

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ANA MARIA FERREIRA CARDOSO

**OS SABERES AMBIENTAIS EM MOVIMENTOS POPULARES NO ENTORNO
DAS LAGOAS ITAPERAOBA E PAPICU**

Fortaleza
2008

ANA MARIA FERREIRA CARDOSO

**OS SABERES AMBIENTAIS EM MOVIMENTOS POPULARES NO ENTORNO
DAS LAGOAS ITAPERAOBA E PAPICU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. João B. A. Figueiredo

Fortaleza
2008

Ana Maria Ferreira Cardoso

**Os Saberes Ambientais em Movimentos Populares no Entorno das Lagoas
Itaperaoba e Papicu**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do
Ceará - UFC como requisito parcial para obtenção do
título de mestre em educação.

Aprovada em 30 de maio de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. JOÃO BATISTA DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

PROF^a DRA. KELMA SOCORRO LOPES DE MATOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

PROF^a DRA. LIANA BRITO DE CASTRO ARAÚJO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

Ao meu amado irmão, Francisco Antonio:
Você é lembrança de amor e dedicação.
Sou grata por sua presença em minha vida.
A você, o acolhimento do Pai.
A nós, o meu desejo de paz e não-violência!

AGRADECIMENTOS

À Jesus, presença real em minha vida, por tudo que palavras não expressariam.

À minha amada família: D. Quetinha, Sr. Olegário e meus (minhas) doze irmãos (irmãs) - Francisco Antonio, Eudes, Antonieta, France, Maria, Raimundo, Jeová, Chavier, Gleiva, João, Olavo e Daiene. Grata, Daiene, por ter compreendido as implicações para mim deste período de elaboração da dissertação. Aos meus (minhas) sobrinhos (as).

Às amigas: Patrícia e Teresa, pelo carinho e por assumirem responsabilidades minhas para que eu pudesse dedicar-me exclusivamente à escrita da dissertação neste curto período de tempo; Mickaelli, por estar presente em minha vida e, mais especificamente, pela colaboração no grupo focal e dedicação na correção deste trabalho; Alana, pela colaboração no *abstract*; Fábria, Kelma, Camila, Roberta e Valéria, sempre acreditando em mim e motivando-me nos momentos de dificuldade.

Aos (às) companheiros (as) do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica Educação Intercultural, Educação e Cultural Popular (GEAD), pelas ricas colaborações às elaborações aqui apresentadas durante nossos encontros.

Ao prof. João Figueiredo por permitir e estimular em mim uma parceria na tessitura de saberes, pela orientação problematizadora e compreensão às minhas dificuldades.

Às professoras Kelma Matos e Liana Brito, pelas ricas contribuições no momento da qualificação do projeto e por aceitaram mais uma vez dialogarem comigo.

À Eleni, pelas contribuições no momento de categorização dos conteúdos e pelas sugestões pertinentes ao texto do trabalho.

Aos (às) autores (as) sociais colaboradores (as) neste trabalho, pela disponibilidade em dialogar comigo e pelo enriquecimento pessoal que o contato com eles (elas) me propiciou.

Aos (às) companheiros (as) da equipe de Coordenação do Projeto Raízes de Cidadania, do período em que trabalhei na Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), que com seu apoio foram fundamentais nos meses iniciais de mestrado.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social da UECE, sob tutoria da prof^a Helena Frota, pelos saberes que mediou em minha vida no período de graduação.

A todos (as) que, direta ou indiretamente, contribuíram com a realização deste trabalho.

Minha gratidão!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender como ocorre a constituição de saberes ambientais em movimentos pela revitalização de lagoas em Fortaleza, identificando a relação entre suas demandas e a constituição de saberes populares em torno da questão ambiental, com o fim de estimular uma práxis coletiva. A orientação teórico-metodológica está na leitura de mundo histórico-dialética, associada a uma ênfase na relação, propiciada pela Perspectiva Eco-Relacional (PER). Trata-se de uma Pesquisa Participante, que se beneficiou do uso das seguintes técnicas: observação participante, por meio da interação contínua da pesquisadora com seus (suas) colaboradores (as); entrevistas semi-estruturadas, baseadas em roteiro com questões abertas e tópicos, enfocando o histórico de atuação dos (as) autores (as) nos movimentos e sua percepção sobre os saberes tecidos e as dinâmicas populares e ambientais; grupo focal, para a obtenção de elementos sobre os saberes ambientais e propiciar a interação entre dois grupos populares distintos. Esta pesquisa é referenciada por uma proposta de Educação Ambiental crítica e dialógica na tematização da constituição, vivência e corporificação de saberes ambientais no cotidiano popular. Os resultados expressam-se em três categorias fundamentais identificadas como mediações que propiciam a tessitura de saberes nos referidos grupos populares. Estas categorias são: as relações sociais que constituem os movimentos populares e, ao mesmo tempo, são por estes estabelecidas: o próprio movimento; e os referenciais da formação de seus (suas) autores (as) sociais. Na vivência e nas falas dos (as) interlocutores (as) identificam-se saberes e valores relacionados: ao respeito, à compreensão de ambiente, à responsabilidade planetária, à complexidade, à leitura crítica da realidade, à burocracia ambiental, à importância do coletivo, às dinâmicas dos movimentos e à auto-percepção. Conclui-se que do entrelaçamento entre diferentes mediações, identifica-se a tessitura de saberes enriquecedores da práxis individual e coletiva. As relações estabelecidas no interior dos grupos impulsionam o reconhecimento do (a) outro (a), seja nos limites postos por este (a) ou na potencialização dos aprendizados, ao confrontar sua realidade com outras. Há ainda a necessidade de uma reflexão e vivência maior sobre o ser grupo. A relação com o lugar, com destaque para a lagoa como um de seus componentes, está fundada na afetividade que possibilita a ressignificação dos espaços urbanos. A lagoa assume essa posição de lugar que comporta lembranças, símbolos e interações referentes à vida das pessoas e da coletividade como um todo, elementos individuais entrelaçados com lutas e sonhos coletivos. Em síntese, a práxis ambiental exige significação afetiva do lugar, pois não bastam as condições estruturais para que saberes sejam tecidos.

PALAVRAS-CHAVE:

Movimentos Populares – Educação Ambiental– Saber Ambiental

ABSTRACT

This dissertation intends to understand how environmental knowledge is developed in popular movements which pursue the revitalization of lakes in Fortaleza, and identify the connection between its demands and the formation of popular knowledge about the environmental issue, in order to encourage collective praxis. The theoretical and methodological orientation is based on a historical-dialectical viewpoint, associated with emphasis on relation, consented by the Echo-Relational Perspective (PER). It is a Participant Research, which includes the following techniques: participant observation, provided by continuous interaction between researcher and research subjects; semi-structured interviews, supported by guide containing general questions and topics, focusing on the subjects' historical actions inside the movements and their perception about the knowledge generated and the popular and environmental dynamics; focus group, aiming to obtain information about environmental knowledge and supply the interaction between two different popular groups. This research is grounded by a critical and dialogic conception of Environmental Education which led the themes of creation, practice and organization of environmental knowledge immersed in the subjects' everyday life. The results are demonstrated according to three fundamental categories, working as mediation which grants the establishment of knowledge in the popular groups. These categories are: social relations that constitute and are constituted at the same time by popular movements; the movement itself; and the bases which contribute to the subjects' formation. In speakers' life experience and talks, it's possible to identify knowledge and values associated with respect, environmental awareness, planetary responsibility, complexity, critical viewpoint about reality, environmental bureaucracy, collectiveness importance, dynamics of popular movements and self perception. In conclusion, in the combination of different pieces of mediation, it's likely to identify the establishment of knowledge capable of promote individual and collective praxis. The relations set up in the interior of the groups make the subjects recognize each other. This is provided either by the boundaries they present or by the apprenticing process when confronting their different kinds of social reality. There is also the need of encourage thinking and experiences that can develop group consciousness. The relation to the place, in which the lake is inserted as one of its components, is based on the affectivity that makes the subjects find a new meaning for urban places. The lake takes this position of place that keeps memories, symbols and interaction concerning to peoples' life in both individual and collective ways, single elements tied with plural issues and dreams. To sum up, environmental praxis requires affective attribution of meaning to the place because structural conditions are not enough to knowledge development.

KEY WORDS:

Popular Movements - Environmental Education – Environmental Knowledge

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMORBASE - Associação dos Moradores da Serrinha
ARBEM - Associação Recreativa Têxtil Bezerra de Menezes
ARFOR - Agência Reguladora de Fortaleza
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEARAH Periferia - Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
COMBASE - Conselho Comunitário do Bairro Serrinha
COMOV - Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP – Conselho do Orçamento Participativo
EAD – Educação Ambiental Dialógica
EA – Educação Ambiental
EMLURB - Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
FPEF - Frente Popular Ecológica de Fortaleza
FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã
FUNDEMA - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
GEAD - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural, Educação e Cultura Popular
HABITAFOR - Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
JOC - Juventude Operária Católica
JUITA - Juventude Unida da Itaperaoba
MPLI – Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba
NSA – Associação Nossa Senhora Aparecida
ONG – Organização Não-Governamental
OP – Orçamento Participativo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PER – Perspectiva Eco-Relacional

PET – Programa de Educação Tutorial

PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SDE - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

SEMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano

SER – Secretaria Executiva Regional

SMDT - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

SOCEMA - Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNIFOR - Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CAMINHOS PERCORRIDOS E DIÁLOGOS ESTABELECIDOS NA DIREÇÃO DE SABERES AMBIENTAIS EM MOVIMENTOS POPULARES	19
1.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS	19
1.2 Os GRUPOS POPULARES COLABORADORES NESTA PESQUISA	28
1.3 AS TÉCNICAS DE PESQUISA	30
1.3.1 <i>Observação participante</i>	31
1.3.2 <i>As entrevistas</i>	35
1.3.3 <i>O grupo focal</i>	36
1.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS	39
1.5 O DESAFIO DA TEXTUALIZAÇÃO	41
2. AS LAGOAS NO COTIDIANO DE MOVIMENTOS POPULARES EM FORTALEZA: APRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA E O MOVIMENTO PRÓ-PARQUE LAGOA DE ITAPERAOBA	43
2.1 AS LAGOAS NA CIDADE DE FORTALEZA	43
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: INTERAÇÕES POPULARES E AMBIENTAIS	50
2.3 OS AMBIENTES URBANOS E GRUPOS POPULARES ABORDADOS NESTA PESQUISA	61
2.3.1 <i>A Lagoa do Papicu e a Associação Nossa Senhora Aparecida</i>	61
2.3.2 <i>A Lagoa de Itaperaoba e o Movimento Pró-parque</i>	66
2.4 O APRENDIZADO COMO POSSIBILIDADE NO COTIDIANO DOS GRUPOS POPULARES	70
3. OS SABERES TECIDOS EM GRUPOS POPULARES NOS ENTORNOS DAS LAGOAS ITAPERAOBA E PAPICU E SUAS MEDIAÇÕES	74
3.1 OS SABERES E SUAS MÚLTIPLAS MEDIAÇÕES NO UNIVERSO HUMANO	74
3.1.1 <i>O Saber Ambiental</i>	78
3.1.2 <i>Saber Tecido na Experiência</i>	80
3.2 MEDIAÇÕES DE SABERES AMBIENTAIS NO MOVIMENTO PRÓ-PARQUE LAGOA DE ITAPERAOBA E NA ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA	82
3.2.1 <i>Saber tecido na relação</i>	83
3.2.1.1 <i>Saber tecido na relação com as demais pessoas da comunidade</i> ..	84
3.2.1.2 <i>Saber tecido na relação com o lugar/lagoa</i>	89
3.2.1.3 <i>Saber tecido na relação com outros grupos e instituições</i>	96
3.2.1.4 <i>Saber tecido na relação com o Poder Público</i>	102
3.2.2 <i>As mediações do saber ambiental no movimento</i>	112
3.2.3 <i>Saberes tecidos na formação</i>	123
3.2.3.1 <i>Referenciais Científicos e Religiosos</i>	123
3.2.3.2 <i>Ações formadoras desenvolvidas pelos movimentos</i>	127
3.3 SABERES TECIDOS: NOVAS QUESTÕES	128

3.4 FINALIZANDO, POR ORA	133
À GUIA DE CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DO MOVIMENTO PRÓ-PARQUE LAGOA DE ITAPERAOBA.....	144
ANEXO B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DA LAGOA DO PAPICU	145
ANEXO C - PLANEJAMENTO DO GRUPO FOCAL	146
ANEXO D - LEVANTAMENTO SOBRE AS LAGOAS DE FORTALEZA	147
ANEXO E – FOTOS DA LAGOA ITAPERAOBA	150
ANEXO F – FOTOS DA LAGOA DO PAPICU	151

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as mediações pelas quais saberes ambientais são tecidos no cotidiano de participantes do Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba (MPLI) e da Associação Nossa Senhora Aparecida (NSA), que desenvolvem suas práxis no entorno das Lagoas de Itaperaoba e Papicu, respectivamente. O interesse e inquietação que o motivaram estão vinculados à problemática da relação entre dimensões objetivas (demanda por bens e serviços) e subjetivas (saberes tecidos) em movimentos populares com perspectivas ambientais. A referência para a realização deste estudo foi o pressuposto de que há uma inter-relação entre as demandas objetivas, intersubjetivas e a constituição de saberes ambientais em movimentos populares comprometidos com temáticas ecológico-ambientais.

Noto que a inserção da discussão ambiental em movimentos populares tem sido um dos indicativos fundamentais de ambientalistas nesta década e expressa um esforço destes (as) em afirmar o caráter de integração de suas demandas com lutas por moradia, justiça social e valorização das diferentes culturas, desconstruindo uma abordagem em que as questões ecológicas aparecem dissociadas das problemáticas sociais e econômicas.

Há, sobretudo na produção teórica de ambientalistas, o entendimento da necessidade dessa articulação entre movimentos e a percepção de que qualquer luta ambiental deve apontar para uma sociedade em que se tenha mais equidade social e inclusão, de forma digna, de todos os setores da população.

Essa compreensão passou a ser mais bem evidenciada, a partir das décadas de 1980, e está vinculada, historicamente, a novas formas de expressão política e de organização de demandas sociais, o que autores (as) como Scherer-Warren (1996) e Santos (1995) identificaram como novas características e novas dinâmicas constitutivas nos movimentos sociais ou novos movimentos sociais.

Inserido nessa dinâmica social, está também o grande destaque dos movimentos de bairros no cenário das lutas sociais nacionais, a partir das décadas

de 1960 e 1970. Estes movimentos tinham por demanda objetiva a garantia de infraestrutura urbana básica, que possibilitasse a qualidade de vida nas cidades.

A questão ambiental ganhou maior visibilidade, nas duas últimas décadas. Em torno desta problemática, organizaram-se diferentes setores sociais, tendo em comum a percepção da insustentabilidade da relação hegemônica que se tem estabelecido com os ecossistemas existentes. Em Fortaleza, o movimento ambientalista, ganhou maior evidência, a partir da segunda metade dos anos de 1970, quando já se podia identificar um grupo de pessoas, sobretudo intelectuais, preocupado com os problemas ambientais. Esses (as) ambientalistas articularam-se na Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA). Essa foi a primeira entidade ambientalista do Ceará e agregava professores (as) da Universidade Federal do Ceará (UFC), arquitetos (as), agrônomos (as), biólogos (as), geógrafos (as) e estudantes universitários (as).

Nos últimos anos, ampliou-se, no interior das lutas ambientais, a compreensão de que a degradação ambiental é um dos produtos intrínsecos ao modo de produção capitalista, que tem por fim a máxima expansão do capital, para isto adotando uma lógica eminentemente destrutiva. É essa dinâmica que se expressa no fenômeno da especulação imobiliária, tão presente em cidades litorâneas como Fortaleza, o qual se liga diretamente à destruição de mangues, aterramento de lagoas, ocupação de dunas, dentre outras degradações, provocando sérios prejuízos ao ambiente.

A aproximação com a discussão ambiental, enquanto problemática de pesquisa, está relacionada ao meu interesse pelos movimentos populares e ao contato com o movimento de bairros na Serrinha, onde realizei pesquisa¹ intitulada Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba²: perspectivas ambientais em construção, entre os meses de julho de 2004 e fevereiro de 2005, cujo objetivo principal foi identificar a interpenetração de demandas ambientais no referido

¹ Apresentada à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como Trabalho de Conclusão de Curso e encontra-se disponível para consultas na Biblioteca Central da referida Universidade.

² Esta lagoa fica no Bairro Serrinha e está delimitada ao sul pela Avenida Dedé Brasil, a oeste pela Rua Dr. Justa Araújo, ao norte pela Rua Padre Nóbrega e ao leste pela Rua Benjamin Franklin.

movimento e suas dinâmicas sócio-culturais. Assim, discuti a intersecção entre o ambiental e o popular. Foi esta união de duas paixões que me conduziu ao Mestrado em Educação Brasileira, na Linha de Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Através dessa pesquisa realizada na graduação, percebi o reconhecimento, por parte de autores (as) sociais, da necessidade de articulação entre movimentos populares com demandas ambientais em Fortaleza, mais especificamente, dos que se organizam em torno da preservação de lagoas. Isto me levou a uma aproximação inicial com outras lutas, que aglutinam forças pela revitalização de espaços urbanos e perpassam questões ambientais, atuando em defesa da revitalização das Lagoas da Parangaba, da Maraponga e do Opaia³, por exemplo.

A pesquisa supracitada também me possibilitou perceber que as referidas formas de organização, que incorporam a problemática das lagoas, participam de uma dinâmica que se observou, na década de 1990, em Fortaleza, quando se configuraram movimentos que se aproximam de um discurso e de uma luta ambientalista, pela especificidade de suas demandas, tendo por base uma situação de degradação ambiental que atinge diretamente a comunidade.

Este saber levou-me a questionar sobre como ocorre a constituição de saberes ambientais em movimentos por revitalização de lagoas em Fortaleza. Essa foi a busca central desta pesquisa, acompanhada das seguintes questões complementares: em que mediações da realidade a constituição de saberes sócio-ambientais se evidencia? Qual sua relação com as dimensões estratégicas dessas formas organizativas? Que tipo de saber ambiental essas dimensões possibilitam aos sujeitos em seu cotidiano? Entendo que essas perguntas estão inter-relacionadas.

³ A Lagoa de Parangaba, situada no bairro de mesmo nome, tem seus limites definidos pela Avenida Carneiro de Mendonça, Rua Gomes Brasil, Avenida José Bastos e Rua Joaquim Moreira; a Lagoa da Maraponga, localizada em bairro de mesmo nome, setor sul da zona urbana de Fortaleza, tem como principal via de acesso a Av. Godofredo Maciel; a Lagoa do Opaia está localizada no Bairro Vila União, próximo ao Aeroporto Internacional Pinto Martins, sendo um de seus limites o muro da Base Aérea de Fortaleza.

Assim, o objetivo do trabalho, que ora apresento, foi compreender como ocorre a constituição de saberes ambientais em movimentos pela revitalização de lagoas em Fortaleza, identificando a relação entre suas demandas e a constituição de saberes populares em torno da questão ambiental.

Os objetivos específicos foram: realizar um levantamento das lagoas em Fortaleza; identificar semelhanças e diferenciações nos processos constitutivos, demandas e propostas, bem como as mediações do saber ambiental nos dois grupos populares no entorno das lagoas Itaperaoba e Papicu; conhecer os caminhos percorridos por essas dinâmicas e seus ganhos em termos de tessitura de saberes ambientais.

Nessa busca pelas mediações do saber ambiental em movimentos populares, interagi com grupos populares no entorno das lagoas Itaperaoba e Papicu. O Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba organizou-se, nos últimos anos da década passada, tendo por referência o dia 17 de junho de 1996, a partir da percepção de que uma importante área pública do bairro, a referida lagoa, estava sendo privatizada e que, por conseguinte, os direitos de usufruto desse bem coletivo estavam a ser furtados.

A Associação Nossa Senhora Aparecida foi criada, também na década de 1990, com o intuito de propiciar a organização dos (as) moradores da Comunidade Pau Fininho, Papicu, para a reivindicação de serviços sociais básicos para a comunidade. Nos últimos anos, seus membros têm despertado para a defesa da lagoa, lutando pela sua revitalização e urbanização.

Os movimentos ou demandas que aglutinam pessoas e interesses escolhidos como interlocutores nesta pesquisa, se analisados apenas em termos quantitativos, não seriam tão significativos, visto que, como na maioria dos movimentos sociais na contemporaneidade, têm um número reduzido de pessoas que participam efetivamente. Contudo, como Scherer-Warren (1996), entendo que esse fato não faz com que o estudo desses movimentos seja tarefa inútil, deve-se analisá-los em termos de potencialidades para a configuração de novos caminhos.

A escolha por realizar pesquisas no campo ambiental decorre da minha identidade com as questões relacionadas ao ambiente, ampliada após meu ingresso na Universidade e o contato com as novas problematizações sobre o tema e sua indissociabilidade com as expressões da questão social na sociedade contemporânea.

Essa discussão é pertinente, por considerar a necessidade de haver articulação, dentro de cada movimento popular, entre suas estratégias de luta para alcançar seus objetivos imediatos e específicos e a formação de uma identidade com questões mais amplas da sociedade, como a luta pela preservação do ambiente e pela equidade social. É fundamental considerar os aspectos específicos e subjetivos de cada movimento, mas sem que se caia em sua fragmentação. Subjaz aqui o entendimento da indissociabilidade entre objetividade e subjetividade da vida humana.

Quero ainda salientar que meu percurso no mestrado, o qual compreende o diálogo com os grupos aqui já apresentados, representou um momento de amadurecimento e reafirmação de uma práxis que permite integrar projetos, histórias e marcas individuais a interesses coletivos. O convite que a vida me faz é o da coerência entre falas, textos, sonhos e ações. Vejo que meu desafio é o de ser eu em interação com os outros, sabendo que eu não sou só eu. Como canta Gonzaguinha “se depende sempre, de tanta muita diferente gente, toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”⁴.

Foi na busca dessa coerência que pude, através da pesquisa que resulta neste texto, iniciar um percurso de construção parceira juntamente com os (as) autores (as) sociais, através de um diálogo aberto e da constituição de espaços de cooperação e estímulo à reflexão sobre suas vivências.

Vale ainda salientar que os (as) parceiros (as) do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural, Educação e Cultura Popular (GEAD), possibilitaram, em muitos momentos, a constituição de um

⁴ Música *Caminhos do coração* de Gonzaguinha.

grupo de pesquisa ampliado, no qual pude dialogar sobre os dilemas da pesquisa e sobre referências teórico-epistemológicas que muito me ajudaram no trajeto.

Desse modo os saberes ambientais aqui apresentados são saberes parceiros, saberes que entrelaçam saberes de tantos e tantas que cruzaram meu caminho no percurso da pesquisa e assim fomentaram novos saberes que são meus e de tantos e tantas que se tornaram assim co-autores (as).

Este trabalho está subdividido em três capítulos. No primeiro, apresento as escolhas metodológicas realizadas ao longo da pesquisa, os desafios e as respostas a estes, bem como a definição dos (as) autores (as) sociais parceiros⁵ (as) nesse caminho de pesquisa.

O segundo capítulo foca a situação das lagoas em Fortaleza, a discussão sobre movimentos sociais enfatizando a presença da questão ambiental no movimento popular, assim como os grupos populares que colaboraram com esta pesquisa e as respectivas lagoas.

No terceiro e último capítulo, possibilitarei um diálogo com os (as) interlocutores (as), na permanente referência à pergunta sobre quais as mediações para a tessitura de saberes ambientais no movimento popular.

⁵ Opto pelo termo autores sociais ao me referir aos interlocutores da minha pesquisa, de forma específica, e aos participantes de movimentos sociais, de forma mais geral, por entendê-los como seres de história e da história. É uma atitude de contraposição à idéia das pessoas como determinadas ou manipuladas por forças alheias a estas, sem desconsiderar os limites individuais e coletivos em cada contexto social. Ao referir-me especificamente aos interlocutores, por vezes, uso o termo parceiros, pois compreendo que este trabalho só foi possível em decorrência de uma relação de parceria que propiciou os saberes aqui expressos.

CAPÍTULO 1

CAMINHOS PERCORRIDOS E DIÁLOGOS ESTABELECIDOS NA DIREÇÃO DE SABERES AMBIENTAIS EM MOVIMENTOS POPULARES

Neste capítulo, apresento as escolhas metodológicas realizadas ao longo da pesquisa, os desafios e as respostas a estes, bem como os (as) autores (as) sociais parceiros (as) nesse esforço por compreender as mediações da tessitura de saberes ambientais no movimento popular.

1.1 Escolhas metodológicas

A abordagem metodológica, adotada neste trabalho de pesquisa, deu-se com base no entendimento de que o método de investigação deve ser delineado conforme a realidade que se pretende conhecer e a configuração específica do objeto de estudo. Como Netto (1987) propõe, o método é um caminho pelo qual se deve buscar uma reprodução aproximada da realidade, para que ocorra a produção do conhecimento.

o método não é um componente alienável da teoria. Ele não se forja, também, independentemente do objeto que se pesquisa – é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode re-produzir intelectualmente o processo do objeto investigado, para apanhar o movimento constitutivo do ser social – e a reprodução intelectual deste configura a base da teoria mesma (NETTO, 1987, p. 74).

As escolhas teórico-metodológicas, explicitadas ao longo do texto, são uma síntese de minha identidade com uma leitura de mundo histórico-dialética e da aproximação, mais recente, com a Perspectiva Eco-Relacional (PER) e a proposta de efetivação de uma Educação Ambiental Dialógica (EAD), possibilitada pelas interações no Grupo de Estudos em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural, Educação e Cultura Popular (GEAD).

Essa síntese tem a ver com o reconhecimento da existência de contradições sociais e o entendimento da realidade como produto de relações complexas, não explicadas por simples dualismos, bem como com a opção por novos aportes epistemológicos que expressam a crítica a uma razão desprovida de afetividade, que me despertam para a construção de aprendizados significativos.

Acerca da concepção materialista, histórica e dialética da realidade, definida por Marx, Bottomore (1988, p. 255) afirma que esta pressupõe:

a) a ênfase na significação da natureza para o [humano]; b) a negação da autonomia das idéias na vida social; c) a concepção da centralidade da *práxis* humana na produção e a reprodução da vida social e, em consequência disso, d) a ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação das relações sociais, na história humana.

Conforme Kotic (1995), a busca da compreensão da realidade impõe a necessidade de que se faça um *detour* (desvio), pois esta não se manifesta de modo imediato aos indivíduos. No pensamento dialético há uma distinção entre *representação e conceito da coisa*, como duas qualidades da *práxis* humana.

Portanto, a realidade não se apresenta aos [humanos], à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade (KOSIC, 1995, p. 13-14).

Fundamenta-se na idéia de que somos nós os produtores da realidade, e por esta razão podemos mudá-la. Desmitifica a ilusão de uma realidade humano-social dada independente de nós, com isso desvela as possibilidades de construção de um contexto diferente do atualmente vivido.

Na compreensão dialética subjaz a noção de relação e interação, em contraposição à norma estéril da separação entre sujeito e objeto, ao pressupor o conceito de *práxis*, que indica que os humanos conhecem a realidade transformando-a. “O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da *práxis* humana. O [humano] só conhece a realidade na

medida em que ele cria a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (KOSIC, 1995, p. 28).

Na perspectiva da totalidade dialética Kosic (1995, p. 30) afirma que “a realidade é concebida como um todo indivisível de entidades e significados, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor”, daí a noção de *apropriação prático-espiritual do mundo* como forma de apreensão dos diferentes saberes que compõem o universo humano-social.

Dessa forma, entendo que a minha inquietação sobre a constituição de saberes socioambientais, uma questão específica, não está isolada de outros elementos que formam o contexto dos movimentos populares, das questões políticas, culturais e econômicas e outras *múltiplas determinações* que circundam esta dimensão por mim ampliada, destacada do seu contexto. Concordo que “cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo [ser humano] é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado” (KOSIC, 1995, p. 32).

Para Kosic (1995, p. 32) a negação da práxis conduz ao “irracionalismo e às mais variadas espécies de *pensamento vegetativo*”, assim como “a recusa e a subestimação da segunda forma [dimensão subjetiva] conduzem ao racionalismo, ao positivismo e ao cientifismo, os quais, em sua unilateralidade, determinam o irracionalismo como complemento necessário.”

Esta constatação dá fundamento à minha constante rejeição a formulações subjetivistas e a teorizações vazias da realidade, e ao mesmo tempo reconheço a relevância de considerar a complexidade do mundo e do humano nele, expressa também na cumplicidade relacional entre subjetividade e objetividade da vida. Escolho o caminho da complexidade relacional, sem me render a um materialismo vazio de subjetividades, tampouco a um subjetivismo que se encaminha para o idealismo e propicia a alienação num mundo onde a lógica do capital é hegemônica.

Outra pertinência da dialética é a percepção da unidade entre sociedade e natureza, negada de forma enfática nas percepções da realidade feitas pelas lentes do paradigma cartesiano. Para a concepção dialética,

O sujeito que conhece o mundo, e para o qual o mundo existe como cosmo ou ordem divina ou totalidade, é sempre um sujeito social; e a atividade que conhece a realidade natural e humano-social é atividade do sujeito. A distinção entre sociedade e natureza anda *pari passu* com a incompreensão de um fato: a realidade humano-social é tão realidade quanto as nebulosas, os átomos, as estrelas, embora não seja a mesma realidade (KOSIC, 1995, p. 52).

Reconhecendo o movimento dialético da realidade, Figueiredo (2003; 2007), foi tecendo a PER ao longo de sua caminhada de pesquisa, frente à compreensão da incoerência de se permanecer filiado a paradigmas que não dão suporte a uma proposta de construção do conhecimento que considere as múltiplas dimensões da realidade, que supere uma lógica antropocêntrica, pragmática e fragmentária, propiciando, assim, a constituição de *saberes parceiros*.

Segundo este paradigma [a PER] o humano é concebido como uma unidade interativa, interatuante, multidimensional (inteligência cognitiva, emocional, cinestésica, intrapessoal e interpessoal), indivisível (corpo físico, sentimento e psique) embora interligado com o todo ao seu redor. O humano, enquanto ser que se edifica continuamente, tem na vivência sociopolítica um lugar privilegiado, na busca do equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos, em uma construção histórica que inclui a transcendência; essa perspectiva crítica considera que toda amplitude, interior e exterior, objetiva, subjetiva e intersubjetiva se entrelaçam, se comunicam, podendo levar desde o processo de sensibilização, “alfabetização” eco-relacional, à reflexão-ação eco-relacionada (ecopraxis); a dimensão ética emerge como esfera essencial (FIGUEIREDO, 2006, p. 13).

No pensamento de Figueiredo, a ecopraxis fundamenta-se na relação e envolve o mundo não humano também como elemento fundamental e constituinte da teia social. É uma práxis fundamentada numa epistemologia que integra e não isola ou exclui, compreende sensibilidade, atitude refletida, ética e afetividade. O aporte fundamental desta proposta é o diálogo, compreendido como “processo que se dá em uma relação horizontal, fundado em uma matriz crítica e geradora de criticidade, nutre-se de amor, humanidade, esperança, fé e disciplina” (FIGUEIREDO, 2007, p. 41).

A PER é aqui entendida e adotada como proposta paradigmática, epistemometodológica, na construção do saber e na vivência cotidiana com a percepção da complexidade e conectividade da vida em suas eco-relações. Olhar e pesquisar a partir desta perspectiva exige a corporificação de princípios como escrita afetiva, multi-linguagem, saber parceiro, supra-alteridade, contextualização, e ecopraxis. Que não são atitudes ou valores absolutos, mas que exigem a constante busca de coerência entre valores, discursos e práticas por parte dos (as) autores (as) sociais.

E isso me faz lembrar Freire (2007) ao enfatizar e, ao mesmo tempo, celebrar a *incompletude do ser humano*, pois é justamente a consciência dessa incompletude que propicia esta busca de coerência contínua, destacando a dimensão ética da práxis humana. Da mesma forma, é por sermos incompletos que há a possibilidade de *sermos-mais*.

Assim, Figueiredo (2007, P. 18) destaca o eco-relacional como leitura de mundo que realça a “importância fundamental das relações, sejam elas humanas, sociais ou ecológicas, considerando a relevância de relações não antropocêntricas.”

No entrelaçamento entre relações e dialógica, a PER destaca também as relações afetivas como elemento essencial ao ‘ser-mais’ e atrela-se à necessidade de reconhecimento da legitimidade do outro enquanto tal.

Essa perspectiva se funda na proposta de enfatizar a relação como eixo principal dentro do contexto de mundo (sentido, pensado ou vivido), na constituição ontológica e epistemológica do ser. O conceito de relação aqui adotado traduz-se pelo ato de ligação, referência, vinculação, agregação ou a conexão de dois ou mais seres (FIGUEIREDO, 2006, p. 12).

Esta perspectiva epistêmica e metodológica fundamenta uma proposta de Educação Ambiental (EA) que considera a multiplicidade do real, que engloba aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos, ecológicos, jurídicos, éticos e espirituais, em constante interação.

Assim uma Educação Ambiental crítica dialógica “capacita os seres humanos para a compreensão e resolução de questões ambientais”, considerando as múltiplas inter-relações humano-humano e humano-ambiente, tendo “o movimento

popular como sujeito central das ações” (FIGUEIREDO, 2007, p. 86). Essa proposta de EA deve articular as reflexões macro-estruturais e conjunturais às particularidades sócio-culturais, considerando as percepções dos (as) autores (as) sobre o ambiente e os saberes constituídos em seu fazer cotidiano.

Desse modo, a EAD configura-se na tessitura parceira do saber, dando espaço para as significações sócio-ambientais tecidas pelas pessoas, evidenciando-as e gerando problematizações enriquecedoras dos saberes populares e ambientais.

A adoção do diálogo como elemento constituinte das diferentes relações possibilita a percepção da categoria saber como “formas diversas de capacidades intelectuais, manifestas por indivíduos interagentes no processo educativo” (FIGUEIREDO, 2007, P. 90).

A proposta de uma Educação Ambiental Dialógica contempla a noção de totalidade dialética já referida neste texto. Ao reconhecer a multiplicidade do real, incorporando relevantes contribuições de Freire, a EAD, por via da dialógica, associa “como igualmente importante, infra e superestrutura, subjetividade e objetividade, materialismo e espiritualismo, dimensão do capital e dimensão cultural” (Figueiredo, 2006, p. 8).

A própria problematização do ambiental, com foco nos saberes, chama a minha atenção para a complexidade da realidade, expressa na multi-referencialidade de todos os seus elementos, que não se restringem à reprodução material, pois esta mesma contempla subjetividades. Essa perspectiva sinaliza para as relações inelimináveis entre cultura, biologia, espiritualidade, economia, dentre outras.

Entendo que essa percepção não exclui a perspectiva crítica, ao contrário, a amplia exatamente por essa noção de totalidade, bem diferente de unilateralidade. Nutrir uma práxis assim referenciada não me faz pintar um mundo cor de rosa. Continuo vendo um mundo contraditório, de exploração da maioria dos humanos e dos demais elementos da natureza, em que a finalidade não é o ideal de emancipação humana, mas da regulação total para que o capital tenha as melhores

possibilidades de se realizar em sua lógica de constante busca por mais e mais lucro.

No percurso das minhas reflexões teórico-metodológicas, surgia sempre a pergunta se haveria incoerência em articular essa minha orientação histórico-dialética aos pressupostos da PER. Sem dogmatismo, percebo que esta perspectiva não nega os pressupostos da dialética, mas se apóia nesta para propor a ênfase da dimensão relacional de tudo com tudo, mantendo a perspectiva crítica expressa também no compromisso com a produção parceira de saberes junto aos grupos populares.

Um dos suportes fundamentais desta pesquisa foi a idéia de diálogo entre saberes e a compreensão da relação de unicidade entre objetividade e subjetividade da vida humana. Freire (2005) fornece ricos subsídios para esta discussão ao reafirmar constantemente a intrínseca vinculação entre a realidade objetiva e a apreensão desta pelo ser humano, como propiciadora de toda a ação humana.

Não haveria ação humana se não houvesse uma realidade objetiva, um mundo como 'não eu' do homem, capaz de desafiá-lo, como também não haveria ação humana se o homem não fosse um 'projeto', um mais além de si, capaz de captar a sua realidade, de conhecê-la para transformá-la (FREIRE, 2005, p. 44).

Outra contribuição fundamental é o diálogo como possibilidade de apropriação do mundo pelos humanos, de significação e de encontro entre humanos com saberes diferenciados. Como destaca Freire (2005, p. 91), "a conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro". Esta conquista consiste no sujeito sentir-se autor da sua própria história.

É esta perspectiva dialógica que fundamenta a proposta de Educação Ambiental vivenciada por Figueiredo (2007) e que possibilita a percepção dos saberes ambientais nos grupos populares e a proposição de uma pesquisa que seja também caminho para a construção de uma ação parceira entre os diferentes atores-autores sociais envolvidos. Pois, para este autor, a Educação Ambiental Dialógica (EAD), como abordagem e prática educativa, é indissociável da Perspectiva Eco-Relacional (PER), em seu caráter epistemológico, e dos

procedimentos da pesquisa intervenção engajada, uma vez que o pressuposto fundamental é o diálogo em todos os níveis da produção e corporificação do conhecimento.

Vinculada à base epistemológica presente na PER e a uma proposta de interação praxica com a realidade, a Educação Ambiental Dialógica constitui-se, também, numa abordagem que fornece ricas possibilidades de dinamização e articulação em processos de construção de conhecimentos, ao vincular-se aos procedimentos da pesquisa intervenção engajada possibilita uma superação do distanciamento entre pesquisador (a) e demais pessoas envolvidas. Dissemina a inquietação, estimula o envolvimento crítico do pesquisador com sua realidade e a realidade do outro, propiciando, assim, a elaboração parceira do saber ao abrir espaço para as significações ambientais construídas pelos (as) autores (as) sociais, evidenciando-as e gerando problematizações enriquecedoras dos saberes populares e ambientais.

A pesquisa intervenção engajada contempla a necessária indissociabilidade entre educação, pesquisa e extensão, coerente com uma perspectiva dialógica e comprometida com os grupos populares. “Desse modo não seremos apenas ativistas ou, por outro lado, apenas pesquisadores dissociados do cotidiano do povo e das demandas populares” (FIGUEIREDO, 2004, p.2).

A presente pesquisa não se configura como intervenção engajada, mas se apóia em seus princípios ao propiciar uma aproximação efetiva e afetiva com os (as) autores (as) populares, ampliando a noção de pesquisa participante, por mim realizada com grupos populares do entorno das lagoas do Papicu e de Itaperaoba.

No decorrer desta pesquisa mantive um contato prolongado com o ambiente cotidiano dos grupos pesquisados, interagindo diretamente com estes e colaborando através de minha presença em momentos de encontro, reflexão interna e de atividades voltadas para o envolvimento da comunidade de forma mais ampla, procurando empreender a tarefa dialética da aproximação e distanciamento com a realidade, tendo sempre em mente as inquietações que geraram a proposta de pesquisa.

O delineamento das questões que motivaram a realização dessa pesquisa não partiu dos grupos nela envolvidos, mas da minha problematização enquanto indivíduo exterior ao grupo, num esforço de contribuir com a reflexão sobre sua práxis ambiental e popular. Uma vez em interação com os (as) autores (as), caminhei tendo clareza da intencionalidade de contribuir com os grupos colaboradores da pesquisa, negando uma pretensa idéia de neutralidade na produção do conhecimento.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, percebi uma diversidade de linhas teóricas e tive contato com discussões até então desconhecidas por mim. Nesse universo de novidade, agarrei-me ao pensamento representado por Loureiro (2006) como quem descobre, num ambiente novo, um semelhante.

Dentre as descobertas, fui percebendo a riqueza da simplicidade de Freire (2005, 2007), seguida de uma proposta de Educação Ambiental Dialógica apresentada por Figueiredo (2007). Quando da definição da categoria *saber* como um aporte fundamental para satisfazer às questões de pesquisa, Marques (2006) representou um guia nas discussões sobre os diversos aspectos do saber e Leff (2007) um instigador às reflexões sobre o saber ambiental. Essas e outras contribuições estão evidentes ao longo do trabalho.

Minha intenção é contribuir com a EA crítica ao focar na categoria *saber ambiental* constituída nos grupos populares e as contribuições deste saber, através de suas práxis cotidianas, a uma reflexão sobre o ambiente e suas múltiplas relações. Podendo essa ser uma das vias também de inserção da práxis ambiental nas comunidades, não se restringindo a meras práticas formais no interior de espaços institucionais, mas efetivamente um saber que se consolida na comunidade com foco nas transformações sócio-ambientais.

Tendo clareza das questões que suscitaram esta investigação foi que optei pela realização de uma pesquisa essencialmente qualitativa, uma vez que chegar ao conhecimento de como os membros de grupos populares constroem seu saber socioambiental passa por aferir práticas sociais, significados de sua luta, motivações

subjetivas, percepção de atitudes, dentre outros elementos. E como nos diz Minayo (2002, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

1.2 Os grupos populares colaboradores nesta pesquisa

No projeto de pesquisa, apresentado para qualificação, havia definido como colaboradores (as) dessa pesquisa participantes do Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, na Serrinha, e os (as) autores (as) sociais organizados (as) em torno da preservação do Parque/Lagoa da Maraponga.

Na pesquisa sobre demandas ambientais em movimentos populares em Fortaleza, já mencionada na introdução deste trabalho, contemplei três grupos populares no entorno de lagoas e um em defesa de um parque ambiental. Um desses grupos levantava a bandeira da revitalização do Parque da Maraponga, inclusive realizei entrevista dois de seus participantes. Quando das visitas exploratórias para a inserção em campo, neste trabalho, pessoas com as quais conversamos, fiscais do parque e freqüentadores indicaram a existência, ainda, de grupo que desenvolvia atividades naquele espaço com essa finalidade.

Porém, na continuidade do trabalho de campo, identifiquei que formalmente o grupo contatado por mim em momento anterior, havia se convencionado como Instituto Lagoa Viva, que ainda existe legalmente, mas, efetivamente, não desenvolve, na atualidade, nenhuma ação de mobilizações no sentido do objetivo para o qual foi criado. Esta constatação foi possível através do contato com o Sr. Sousa Júnior, um dos secretários do instituto.

Esse interlocutor confirmou a desmobilização da entidade, que não mais desenvolveu ações devido à indisponibilidade de tempo de seus (suas)

componentes, por conta das atividades do trabalho, bem como pela desmotivação frente à ausência de respostas às reivindicações, por partes dos órgãos públicos.

Minha primeira tentativa de aproximação com o ambiente da lagoa da Maraponga e identificação de grupos organizados em seu entorno, que incorporassem a demanda de sua preservação, ocorreu em setembro de 2007. Nessa visita percebi que o parque havia sofrido intervenções no sentido de sua limpeza, e a lagoa também estava com todo o seu espelho d'água à mostra. A prefeitura realizara a limpeza superficial. Não consegui localizar nenhum grupo voltado para essa questão e, embora pessoas abordadas por mim no parque mencionassem a existência de um grupo, ninguém dispunha de informações mais precisas.

Em seguida, recorri ao Distrito de Meio Ambiente da Secretaria Executiva Regional (SER V), com o objetivo de buscar vias que facilitassem minha aproximação com o movimento popular no entorno da Lagoa da Maraponga e de conhecer as propostas de intervenção da SER V para a área da referida lagoa. Queria saber sobre grupos ou movimentos existentes em torno da revitalização desta lagoa, as associações comunitárias existentes no entorno e as ações do Distrito de Meio Ambiente para aquela área. Nesse distrito não consegui informação acerca das organizações populares, nem identifiquei ações estruturadas especificamente para a área da Lagoa da Maraponga.

Nesse período, realizei visitas ao parque da Maraponga na tentativa de identificar grupos populares, através da conversa com freqüentadores, comerciantes e com a dona Santinha, residente em uma casa na área do parque. Nessas incursões não foi mencionado o nome de nenhum grupo voltado para a defesa daquela lagoa. Somente após eu ter insistido na pergunta, o senhor da banca de revistas mencionou, superficialmente, o grupo Lagoa Viva.

Com a comprovação da desmobilização do Instituto Lagoa Viva, e a não localização de nenhum outro grupo voltado para esta questão, surgiu a necessidade de seguir por outra trilha, identificando novos (as) autores (as) a colaborarem com a pesquisa. Este momento coincidiu com o conhecimento da organização popular no

entorno da Lagoa do Papicu. Isso aconteceu durante participação em reunião do Pró-parque Lagoa de Itaperaoba com a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor).

Neste íterim, Olinda Marques, presidenta desta fundação, manifestou a intenção em estimular uma articulação entre os movimentos demandadores de ações habitacionais situados no entorno de lagoas. Ela sugeriu para seus assessores a conveniência de um momento que reunisse o Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba com o grupo da Lagoa Papicu, destacando que o Pró-parque poderia repassar estratégias de mobilização, por já possuir experiência acumulada ao longo de sua luta.

Esta reunião de articulação, proposta pela Habitafor, não aconteceu. Contudo, mantive contato com pessoas da Assessoria Comunitária desse órgão, com o intento de conhecer o grupo popular do entorno da Lagoa do Papicu. Foi na solenidade de assinatura da Ordem de Serviço para execução dos trabalhos de urbanização da Lagoa do Papicu e de intervenções habitacionais na Comunidade Pau Fininho, que tive o primeiro contato com autores (as) populares daquela área. Na oportunidade, apresentei-me a alguns, falei sobre minha pesquisa e a intenção de fazer-lhes uma visita.

A partir dessas redefinições, os (as) interlocutores (as) diretos nessa pesquisa são os (as) participantes do Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, Serrinha, e da Associação Nossa Senhora Aparecida da comunidade Pau Fininho, Papicu. Ênfase que a relação estabelecida com estes dois grupos foi de diálogo, fundada na compreensão de que se trata do encontro entre pessoas, e não entre pesquisador/sujeito e informantes/objeto.

1.3 As técnicas de pesquisa

Esta interação foi possibilitada pelas técnicas de pesquisa escolhidas, a partir da orientação teórico-metodológica já explicitada. Nesta pesquisa fiz uso da

observação participante, entrevistas semi-estruturadas e grupo focal, estabelecendo uma relação de complementaridade entre estas técnicas, com o escopo de perceber diferentes aspectos da realidade.

Iniciei a pesquisa através da aproximação com os (as) interlocutores (as) e seus ambientes de vida/luta, cultivando uma interação cada vez mais significativa através da observação participante, seguida de um momento de explicitação de questões da pesquisa por meio das entrevistas. O último momento foi o do grupo focal, como estratégia para gerar encontros e reflexões, que envolveu as percepções individuais em interseção com o grupo. Apresento como se deu a dinâmica em cada um desses momentos, a seguir.

1.3.1 Observação participante

Como base para o contato direto com os espaços urbanos e o cotidiano em que os (as) autores (as) principais dessa pesquisa vivem, assumi o desafio da técnica observação participante.

Compreendendo a observação participante (CRUZ NETO, 2002; MATOS, 2001) enquanto técnica que possibilita uma inserção do (a) pesquisador (a) na realidade dos (as) colaboradores (as) com a pesquisa. Assim, possibilitando perceber suas ações cotidianas, os processos políticos e educativos engendrados por suas ações nos movimentos sociais e o estabelecimento de uma relação de reciprocidade mais efetiva na produção do conhecimento. Procurei construir uma relação dialógica dentro de um processo dinâmico de interação com as pessoas integrantes da realidade estudada.

A presença nesse cotidiano possibilitou perceber também a dinâmica atual do movimento e os participantes mais constantes, que seria um dos critérios para escolha dos interlocutores a participarem das entrevistas.

Para Oliveira (1998, p. 24) na observação participante “o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação”.

Este foi o primeiro momento de interação com os grupos colaboradores com esta pesquisa, propiciando um envolvimento mais contínuo, bem como a percepção e registro de elementos das relações e práticas intergrupais, fundamentais para a compreensão do contexto de desenvolvimento de minhas questões sobre os saberes sócio-ambientais nesses movimentos. Foi uma tentativa de compreender as dinâmicas dos dois grupos, do seu interior, enfocando para o registro das práticas e relações propiciadoras da constituição dos saberes.

Nesses momentos interativos, ganharam relevância minhas faculdades de olhar e ouvir, orientadas pelos suportes teóricos e pelo problema de pesquisa (Oliveira, 1998). Em campo, o que sou integralmente se apresenta ao grupo, contudo, houve o esforço consciente no sentido de potencializar determinadas capacidades cognitivas e afetivas, para a percepção de elementos que nem sempre se apresentam imediatamente. E foi isso que me diferenciou dos demais membros do Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, mesmo envolvendo-me neste como uma de suas componentes.

Esta discussão sobre o olhar e o ouvir, remete-me a Kotic (1995, p. 30), ao falar sobre a totalidade.

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências – sejam vivas, sejam ocultas na memória e se manifestando em determinadas situações -, os meus pensamentos e as minhas reflexões, apesar disto não se explicitar nos atos concretos da percepção da experiência sob um aspecto predicativo explícito.

Mesmo considerando a integralidade de todas as faculdades do pesquisador no exercício de investigação, concordo com o destaque feito por Oliveira (1998) sobre o olhar e o ouvir, como atos cognitivos fundamentais no momento do estar em campo do pesquisador. Como destaca, ambas as faculdades

complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas – que não nos percamos com essa metáfora tão negativa – que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. É nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos significativos que lhe pareçam insignificantes (OLIVEIRA, 1998, p. 21).

É pertinente o alerta que Oliveira (1998) faz, sobre as dificuldades na caminhada da pesquisa, que exigem a constante disponibilidade para recriar os trajetos planejados no projeto de pesquisa. Como já explicitiei anteriormente, o reencontro com o movimento Pró-parque se deu bem anterior ao contato com o grupo da Lagoa do Papicu. Isto resultou numa diferença qualitativa e quantitativa no nível de interação com estes grupos.

A retomada do contato com o Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba se deu com certo receio de minha parte, pois desde as primeiras incursões pelo universo da pesquisa nutri a preocupação em estabelecer uma relação de reciprocidade e de respeito com o grupo pesquisado. Ao final da minha pesquisa de graduação, em que me integrei de forma engajada ao movimento, realizei um momento de socialização da pesquisa e disponibilizei uma cópia do trabalho ao movimento, inclusive como contribuição ao registro histórico e à reflexão sobre as práticas no grupo e sua vinculação com as questões ambientais.

Em decorrência do meu ingresso na atuação profissional, da permanência em cursos de línguas, de questões pessoais e da própria dinâmica do movimento, afastei-me de suas ações e diligências cotidianas. Este afastamento não foi fruto de uma decisão clara e definitiva, pois sempre tive a perspectiva de voltar a colaborar, era só questão de organização pessoal. Este receio foi anotado no meu primeiro registro de campo (09/10/2007):

Esta foi a primeira tentativa de reaproximação com o Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba. Estava meio receosa sobre como seria a recepção, pois embora tenha dado um retorno da pesquisa que realizei na graduação, inclusive tendo entregado cópia do trabalho ao movimento, fiquei durante quase dois anos afastada de suas reuniões.

Porém, quando falei ao telefone com o Sr. Ademar, coordenador do Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, pela primeira vez após este período, todo esse temor foi dissipado frente à receptividade com que ele me atendeu, manifestando como seria bom que eu voltasse a estar presente no dia a dia da luta.

Nessa conversa foi-me apresentado um panorama dos enfrentamentos do movimento, tais como: a continuidade da luta pela suspensão das obras de construção do posto de gasolina em terreno ao lado da lagoa, está luta começou ainda no final de 2004; as manifestações contra a autorização concedida para a construção das casas duplex na margem da lagoa, já iniciadas em 2004; uma nova invasão ao lado destas casas, em terreno cedido pelo proprietário destas ao caseiro, que estaria vendendo partes do terreno, desde abril de 2007, caracterizando nova ocupação e agressão à lagoa, ainda mais nas margens da lagoa.

A partir daí, retomei o contato contínuo e a participação nas reuniões do movimento, principal espaço de realização da observação participante. Desde o início, assumi um papel ativo no movimento, tendo por referência os pressupostos da observação participante e da pesquisa engajada (FIGUEIREDO, 2004).

Assim, a observação participante no Movimento Pró-parque foi realizada no período entre setembro de 2007 e maio de 2008. Em paralelo ao engajamento neste movimento, fui buscando identificar grupos organizados no entorno do Parque da Maraponga. Ao perceber a inviabilidade deste estudo com grupos da Maraponga, estabeleci contato com o grupo da lagoa do Papicu. Em decorrência da necessidade desse redirecionamento na pesquisa, a realização da observação participante com o grupo do Papicu foi bem mais restrita, ocorrendo entre março e maio de 2008.

O que marcou esta diferença no processo de pesquisa foi o fato de ter vivenciado uma interação bem mais intensa com os (as) autores (as) sociais do MPLI, pois pude assumir a postura de membro do grupo, inclusive sendo identificada enquanto tal em outros espaços da cidade. Foi como membro do grupo que participei das Conferências Municipal e Estadual do Meio Ambiente, bem como tive contato com a emergente Frente Popular Ecológica de Fortaleza, que tem a

proposta de reunir os movimentos para fortalecer as lutas populares ambientais da cidade.

Destaco que a proposta de dialogicidade e interação corporificou-se em todos os contatos que estabeleci com os grupos, desde o momento inicial até a fase de maior intimidade.

O uso do diário de campo possibilitou o registro dos momentos de presença no grupo e de contato com membros individualmente, por telefone ou no deslocamento para uma atividade. Ao vivenciar o momento, registrava pontos relevantes em folhas, buscando a maior descrição, e, em casa, organizava as percepções em forma de relato numa pasta no computador.

1.3.2 As entrevistas

Após contato e interação por meio da observação participante, realizei as entrevistas semi-estruturadas (MATOS, 2001), com base em roteiro com questões abertas e tópicos, definido a partir dos objetivos da pesquisa.

Nos dois grupos os (as) entrevistados (as) foram escolhidos (as) seguindo o critério da participação efetiva nas ações desenvolvidas pelo movimento no momento atual, independente de estar ou não vinculado institucionalmente a alguma entidade comunitária. As entrevistas foram realizadas com dez pessoas, sendo cinco participantes do MPLI, Serrinha, e igual quantidade com integrantes do grupo Nossa Senhora Aparecida, Papicu. Tiveram por foco os relatos sobre o histórico de atuação dos (as) autores (as) sociais no movimento, sua percepção sobre os saberes adquiridos nele/com ele e as interações sócio-ambientais nesse espaço.

Todas as entrevistas abordaram os seguintes tópicos: história da pessoa no movimento, significado do movimento, saberes tecidos, percepção da problemática ambiental, articulações externas e situação atual do movimento. No roteiro para

entrevista com as pessoas do grupo NSA acrescentei o item história do movimento, pois já dispunha destas informações em relação ao MPLI.

Todas as entrevistas foram registradas com uso de gravador e, posteriormente, transcritas integralmente por mim, como forma de facilitar o processo de categorização e interpretação dos dados. Após a realização das entrevistas, combinei com os (as) participantes o momento dos grupos focais.

1.3 O grupo focal

O grupo focal possibilita, aos (às) participantes, a expressão dos saberes sobre um tema específico, ao passo que oportuniza também a reflexão coletiva dos fazeres individuais e do grupo. Foi também com o intuito de aprofundar questões percebidas na observação e abordadas insuficientemente nas entrevistas que recorri a esta técnica.

Na aplicação desta técnica de pesquisa, o (a) pesquisador sugere tópicos relevantes no contexto de sua investigação a serem discutidos em grupo, o que propicia maior interação na expressão de opiniões e percepções sobre dada realidade. Como mostra Gondim (2002, p. 4), os grupos focais podem ser utilizados com diferentes objetivos, a depender dos *pressupostos e premissas do pesquisador*.

Alguns recorrem a eles como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisão; outros os vêem como promotores da auto-reflexão e da transformação social e há aqueles que os interpretam como uma técnica para a exploração de um tema pouco conhecido, visando o delineamento de pesquisas futuras.

Assim, o recurso ao grupo focal se deu no sentido de possibilitar aos participantes a socialização de suas vivências no movimento e os saberes sócio-ambientais construídos a partir destas, oportunizando um momento de reflexão coletiva, ao mesmo tempo em que reunia mais elementos complementares às entrevistas e observações, rumo ao alcance dos objetivos desta pesquisa.

Em decorrência mesmo da abreviação do tempo para a realização da pesquisa, resultado também do processo de progressão ao doutorado, aconteceu apenas um momento do grupo focal, que foi bastante rico em interações e deu conta da discussão de questões relevantes, definidas a partir das observações e das entrevistas. Foi um desafio e uma novidade para mim a realização dessa atividade de pesquisa.

Esse encontro aconteceu na Comunidade “Pau Fininho”, no espaço organizado pelo grupo Nossa Senhora Aparecida, anfitriões do MPLI, em maio de 2008. As discussões, realizadas conforme propõe a técnica grupo focal, aconteceram no início da tarde e, em seguida, o grupo anfitrião conduziu os (as) visitantes pela comunidade até a área da lagoa do Papicu. A escolha por reunir membros dos dois grupos decorre da percepção de que não faria sentido no contexto da minha pesquisa realizar os momentos separadamente. Pois esta junção propiciaria uma série de trocas e diálogos, pertinentes às minhas escolhas metodológicas. A suposta heterogeneidade do grupo não atrapalhou o alcance do objetivo de obter dados através dessa técnica, pois há também nos dois grupos pontos de semelhança.

As diferenças entre os grupos se expressam no fato de pertencerem a comunidades urbanas diferentes, em suas vivências políticas, nas condições de moradia, na proximidade com outros grupos ambientalistas e no modelo de organização interna. As semelhanças são percebidas no anseio presente nos dois grupos de que haja uma intervenção urbanística na comunidade e na lagoa, em mediação através da Habitafor, o fato de serem grupos populares, residirem no entorno de lagoas, estarem na faixa etária adulta e possuírem a influência da vivência católica em seus envolvimento com os movimentos populares.

Ao reunir os (as) interlocutores (as) dos dois grupos, esta atividade apresentou um diferencial do uso mais corrente do grupo focal, por se aproximar de uma perspectiva mais interativa e intencional de gerar contato entre dois movimentos. Procurei manter a objetividade e diretividade características do grupo focal enquanto técnica de constituição de dados, tendo por foco questões relevantes para responder ao problema investigado. Contudo, a intencionalidade de gerar

encontros foi alcançada ao propiciar que um grupo conhecesse o espaço de atuação do outro e gerar deslocamentos (físicos e subjetivos) da realidade de um para a realidade do outro, dentro da perspectiva da alteridade.

No grupo focal, assumi a função de mediadora que interfere o mínimo possível no ambiente grupal, apenas lançando as questões de interesse para a discussão. E contei com o apoio de uma amiga conhecedora dos objetivos da pesquisa que colaborou como relatora, observadora e operadora de gravação.

O encontro do grupo focal, que aconteceu no interior da comunidade Pau Fininho, Papicu, teve por foco de discussão os saberes ambientais construídos nos movimentos. Como era o primeiro contato entre os dois grupos, realizei inicialmente um momento de apresentação que permitisse, a cada um, expressar, aos outros, não apenas o seu nome, mas já um pouco de seus valores e percepções de si. Para isso, trabalhei com imagens diversas, distribuídas no centro do círculo, e pedi que cada participante escolhesse aquela com a qual se identificasse mais, que possibilitasse expressar algo sobre si, que o representasse. À medida que iam se apresentando, já iam destacando suas lutas, suas visões políticas e percepções sócio-ambientais.

Após esta apresentação, solicitei que destacassem uma experiência, um fato significativo, vivenciado no movimento, que tenha possibilitado algum aprendizado sócio-ambiental. Fiquei atenta se os participantes contemplavam as seguintes questões: que aprendizados foram gerados? Como esta experiência gerou aprendizados? Que outros aspectos do movimento possibilitaram-lhe aprendizados ambientais? O que mudou a partir destes aprendizados?

Ao final do encontro, saturadas as respostas, solicitei que cada participante expressasse as impressões sobre o momento, dizendo o que significou para si ter participado da atividade.

Os (as) convidados (as) para este grupo foram todas as pessoas que foram entrevistadas, o que faria um grupo de dez pessoas. Contudo compareceram ao grupo focal e participaram das discussões, efetivamente, sete pessoas.

Interessante que, no decorrer da pesquisa, foi que percebi o despertar do interesse nos dois grupos de conhecerem o espaço de atuação do outro grupo, daí veio a idéia de realizar um encontro do grupo focal no Papicu com a ida do MPLI para lá, e o segundo na Serrinha, com o deslocamento do grupo Nossa Senhora Aparecida para lá.

O segundo encontro, que seria nas proximidades da lagoa de Itaperaoba, não aconteceu, pois, no dia combinado, os participantes convidados assumiram outros compromissos. Compareceram apenas três pessoas, duas da Lagoa de Itaperaoba e uma do Papicu. Não realizei o que havia planejado para o grupo, mas conversamos informalmente e realizamos visita à lagoa, apresentando-a à participante que veio do Papicu.

1.4 Análise e interpretação dos conteúdos

Este foi o momento de exercício contínuo de entrelaçamento entre o que se objetivou com o trabalho, tomando por referência determinadas escolhas teórico-metodológicas e o material reunido em campo. Segundo Figueiredo (2004, p. 12), “é a fase final quando o empírico dialoga com o teórico; efetua-se a objetivação do resultado final desse estudo, através da classificação das categorias que comandaram a especificidade das discussões.” Dessa maneira, neste momento pretendo alinhar estas questões.

No movimento de construção e enunciação da problemática, preliminarmente anunciei as categorias que subsidiaram minha reflexão: saber ambiental, educação ambiental, saber popular, movimentos populares como instrumentos iluminadores dessa investigação. Assim, a enumeração dessas categorias gerais, deu-se no sentido de delimitar meu ponto de partida e o lugar teórico de onde falo. Contudo, no momento da análise final da pesquisa, selecionei categorias emergentes do material reunido para análise, que serviram como unidades temáticas gerais para a classificação dos conteúdos obtidos no trabalho de campo.

Primeiramente, realizei a classificação dos conteúdos. Com os materiais transcritos e impressos realizei uma primeira leitura tentando identificar as temáticas expressivas no contexto do material, em diálogo com minhas opções teóricas. Selecionadas essas unidades temáticas, refiz a leitura dos materiais, classificando-os nestas unidades conforme a pertinência e relação de sentido e significado no contexto da fala dos interlocutores.

As unidades temáticas foram definidas conforme a presença significativa nos materiais. Considerando a orientação de Bardin (1977) sobre unidades de registro, que podem ser um tema, palavra ou frase. Na classificação por temas, estabeleci também unidades de registro para os (as) interlocutores (as) e para falas sobre a pesquisa, além dos temas relacionados diretamente a responder as questões de pesquisa, no sentido de retirar a identificação de nossos interlocutores a partir de suas próprias falas.

Bardin (1977) destaca que para a escolha das categorias pode-se utilizar diferentes critérios: semântico (temas), sintático (verbos, adjetivos, pronomes), léxico (juntar pelo sentido das palavras, agrupar os sinônimos, os antônimos), expressivo (agrupar as perturbações da linguagem, da escrita). Como já expressei o critério aqui utilizado foi o semântico.

No momento da categorização, foi possível utilizar as mesmas unidades temáticas para a classificação dos conteúdos das entrevistas e do grupo focal. Embora haja certa orientação para que os conteúdos do grupo focal sejam tratados como *conteúdo unitário do grupo* (GONDIM, 2002), optei por fazer a identificação das falas dos participantes no grupo. Essa escolha se deveu devido à impossibilidade de considerar as falas do grupo focal como de um único grupo, pois houve a clara definição de dois espaços de vida cotidiana diferenciados, embora com muitas proximidades. Assim como o fato de haver duas claras identidades de grupos que eu não poderia simplesmente desconsiderar nesta análise.

No processo de interpretação dos dados, recorri constantemente aos meus referenciais teóricos, portanto às macro-categorias definidas nesse trabalho, bem como às questões centrais da pesquisa.

1.5 O Desafio da textualização

Percorrido este caminho, deparei-me com o desafio da escrita, que me demandou a textualização da complexidade de todo esse processo em sua multidimensionalidade, que contempla interação com os (as) colaboradores (as), diálogo com outros (as) autores (as), leitura dos dados nesse movimento entre cotidiano e teoria.

E, inseridos (as) nessa multidimensionalidade, estamos nós pesquisadores (as), que não deixamos de ser demandados a dar conta de todas as outras implicações sociais do fato de existirmos. E este existir numa realidade social compreende relações, múltiplas e integradas, que nos chamam o tempo todo à cotidianidade. São relações familiares, responsabilidades pelas condições materiais de existência (comer, morar, deslocar-se), desejos por afetividade e busca de serenidade espiritual. No momento de textualizar há toda essa riqueza que se expressa numa dialética de desafios e de possibilidades.

Em meu caso, o momento da escrita esteve tumultuado por outras atividades da pesquisa que tiveram que ser realizadas concomitantemente, em decorrência da redução do prazo previsto para a finalização do texto. A alegria de ter o pedido de progressão para o doutorado aceito esteve junto à percepção do desafio de concluir o trabalho no novo prazo estabelecido. E o tempo? Como o tempo é voraz e escorregadio quando se tem uma tarefa a cumprir!

É no momento da escrita que a responsabilidade do (a) pesquisador (a) ganha maior dimensão, como nos desperta Oliveira (1998, p. 18), “será no escrever que o pensamento exercitar-se-á de forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências sociais voltadas à construção da teoria social”.

No momento da escrita, o (a) pesquisador (a) tem que aliar a disponibilidade e riqueza do material empírico, as pistas teóricas e sua criatividade na tessitura do texto. Que não seja um simples relato, muito menos a sobreposição de idéias, mas o

diálogo criativo e coerente com outros (as) autores (as), com os conteúdos e consigo mesmo, no sentido de superar suas situações-limite.

É no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática [...] Isso significa que, nesse caso, o texto não espera que seu autor tenha todas as respostas para, só então, poder ser iniciado (OLIVEIRA, 1998, p. 32).

Contudo, coerentemente com minha opção teórico-metodológica, o trabalho não se encerra na finalização do texto e nem em sua comunicação no âmbito acadêmico. No sentido de nutrir esse diálogo e reflexão coletiva gestado no seio desta pesquisa, realizarei, após as formalidades acadêmicas de defesa da dissertação, outro momento com os dois grupos de interlocutores (as) nesta pesquisa, no sentido de socializar os achados e de propiciar uma reflexão parceira sobre a práxis nessas dinâmicas e o esboço de articulações entre essas formas organizativas populares.

CAPÍTULO 2

AS LAGOAS NO COTIDIANO DE MOVIMENTOS POPULARES EM FORTALEZA: APRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA E O MOVIMENTO PRÓ-PARQUE LAGOA DE ITAPERAOBA

Neste capítulo, apresentarei a situação das lagoas em Fortaleza, a discussão sobre movimentos sociais - enfatizando a presença da questão ambiental no movimento popular -, assim como os grupos populares que colaboraram com esta pesquisa e as respectivas lagoas que defendem.

2.1 As lagoas na cidade de Fortaleza

O município de Fortaleza ocupa uma área de 336 Km², tendo todo seu território interligado por rios, riachos, córregos, lagoas, açudes e uma diversidade de ecossistemas hídricos que parece nos alertar sobre a conectividade de tudo, lembrando-me da Perspectiva Eco-Relacional (Figueiredo, 2003; 2007).

Passei a ter essa percepção da cidade ao realizar um trabalho de pesquisa que me possibilitou conhecê-la a partir de pontos críticos de interação entre seus habitantes e o ambiente urbano, as chamadas áreas de risco. No caso da cidade de Fortaleza, a grande maioria destas áreas está situada às margens dos Rios Maranguapinho e Cocó e seus afluentes, bem como de lagoas, com exceção das comunidades cujo risco é de deslizamento ou desmoronamento por se situarem em área de dunas, como no caso de trechos dos bairros Barra do Ceará e do Vicente Pizon. Percorrendo estes labirintos urbanos tive uma melhor visão de como a cidade toda está interligada pelos seus recursos hídricos.

Estes aquíferos foram orientadores das tentativas de fixação dos portugueses e holandeses na área onde hoje se situa a capital do Ceará. Foi às margens do Rio Pajeú que o pequeno povoado foi tomando porte de vila, depois crescendo e, a partir

das mudanças políticas, econômicas e sociais, tornando-se capital. Este rio definido como referência inicial, hoje se encontra sufocado entre ou abaixo de edifícios e terrenos utilizados como estacionamento, sendo poucos trechos em que pode ser visto.

A escolha de um recurso hídrico como referência em processos de ocupação do espaço pelo ser humano ocorre frente à importância e ao significado da água para a vida, seja humana, animal ou vegetal. De forma geral, é perceptível a influência que aquíferos do tipo lagoas e rios têm em processos de ocupação e povoamento de áreas. Essa relevância ocorre, também e de forma mais significativa, entre povos indígenas, quando se observa que em algumas tribos a lagoa assume o lugar central de celebração, um ícone sagrado. Isto está associado, igualmente, ao sentido objetivo da água como condição para a vida.

Tendo isto em conta, uma das primeiras atividades desta pesquisa foi a realização de um levantamento das lagoas existentes em Fortaleza, sua localização por bairro e área administrativa, no sentido de possibilitar uma leitura geral da situação sócio-ambiental destes aquíferos⁶. Acrescentei também informações sobre os açudes. Tentei obter dados sobre seu estado de vitalidade e possíveis intervenções dos órgãos públicos. Isto foi feito através de visita a algumas áreas de lagoa, de pesquisas na internet, em jornais e em documentos como o Inventário Ambiental dos Sistemas Hídricos e Orla Marítima do Município de Fortaleza/Inventário Ambiental de Fortaleza, ao qual tive acesso através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM). Um desejo maior, porém inviabilizado pela escassez do tempo e disponibilidade de recursos, seria caracterizar as formas organizativas populares existentes no entorno dessas lagoas, bem como registrar sua estética através do recurso da fotografia.

Verifiquei que esse nível de sistematização sobre os recursos hídricos inexistente, são referências aqui e acolá que precisam ser reunidas. O Inventário Ambiental representa um avanço importante no sentido de localizar estes aquíferos por bacia hidrográfica, além da identificação de elementos da flora, fauna e aspectos

⁶ Ver tabela sobre as lagoas de Fortaleza, em anexo.

antrópicos da cidade, o que propicia uma melhor orientação em termos de política ambiental para Fortaleza. O referido documento apresenta dados sobre “características físicas do meio ambiente de Fortaleza e de sua situação atual considerando décadas de predação antrópica e o histórico do uso e ocupação devida e indevida do solo” (INVENTÁRIO AMBIENTAL, 2003, p. 7).

O município de Fortaleza é constituído por quatro bacias hidrográficas: da Vertente Marítima, do rio Cocó, dos rios Maranguapinho/Ceará e do rio Pacoti. O Inventário Ambiental contabiliza 39 lagoas em Fortaleza, sendo 33 na Bacia do Rio Cocó, três na Bacia do Rio Maranguapinho/Ceará e outras três na Vertente Marítima. Pelo levantamento que fiz em diferentes fontes, este número é maior, registrei 47 lagoas. No Inventário não são mencionadas as lagoas do Tijolo, Urubu, Palmeira, Vila Cazumba, Zeza, Pedras, Araguari e Cabo Velho. Há a possibilidade de algumas destas terem sido referidas com outros nomes, o que não se pode ter certeza, pois, no inventário, não consta a localização nem por rua, nem por bairro.

Inclusive, as lagoas do Tijolo, Urubu, Pedras, Zeza e Vila Cazumba estão inseridas em programas de urbanização e construção de moradias para a comunidade de seu entorno.

Conheci a lagoa Araguari durante visita à Comunidade Waldemar Alcântara, no encontro da Av. Paulino Rocha com a Rua Jornalista Antonio Pontes Tavares, no Barroso. Os moradores não souberam me dizer o nome, porém através de busca no *Google Maps*⁷, ela aparece com o nome Araguari, mas não localizei referência a ela em nenhum dos documentos a que tive acesso. A Lagoa do Cabo Velho, também ausente no Inventário, foi destaque em reportagens de jornais locais, impressos e televisionados, em abril de 2008, devido a uma mortandade de peixes, que ocorreu após limpeza parcial de seu espelho d’água, realizada pela prefeitura.

É curioso que no Inventário Ambiental a Lagoa de Itaperaoba aparece com o nome de Lagoa Seca (Lagoa Taperoaba). Este foi um ponto de estranhamento meu,

⁷ Google Maps é um serviço de pesquisa e visualização, na web, de mapas e imagens de satélite da Terra, gratuito e fornecido pela empresa Google. O acesso é pelo sítio <http://maps.google.com.br>.

devido à longa luta que o movimento da Serrinha tem pela revitalização da lagoa e pelo conhecimento deste movimento junto ao poder público municipal e estadual.

É perceptível que, nos últimos anos, as lagoas vêm ganhando maior destaque entre os problemas ambientais da cidade, sendo pauta nos diferentes meios de comunicação. Esta visibilidade pode decorrer tanto da mobilização de pessoas da comunidade frente aos danos causados pelo acúmulo de lixo às margens das lagoas, pela má iluminação dessas áreas propiciando atos de violência, dentre outras motivações, como também de autores e autoras sociais que, para além dos problemas imediatos, reconhecem a relevância do aquífero e demandam sua revitalização. Além disso, as notícias podem partir de iniciativas particulares de jornalistas sensíveis às questões ambientais.

Esta diferenciação sobre as motivações da mobilização é importante, pois, em alguns casos, a comunidade se mobiliza em decorrência do incômodo que sentem com a lagoa, numa leitura superficial da sua relação com o meio ambiente. Por isso, alguns moradores e algumas moradoras dessas áreas, em busca de soluções imediatas, defendem a morte da lagoa, através de aterramento para a construção de empreendimentos “mais úteis”. Ao longo da luta, o Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, por exemplo, já se deparou com algumas pessoas na comunidade que têm essa leitura. Verifico que há algo mais nesse processo de vivência cotidiana com o ambiente de lagoa no espaço urbano pauperizado e no ato de assumir sua revitalização como demanda popular.

Nos últimos quatro anos, esta visibilidade midiática está relacionada também à implantação do “Programa Lagoas de Fortaleza”, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF). A principal ação desse Programa é a análise sistemática, desde agosto de 2006, da qualidade físico-química e bacteriológica da água coletada, nos finais de semana, em dez lagoas⁸. Esta atividade é acompanhada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM). O programa realiza esta análise nas seguintes lagoas: Maraponga, Mondubim, Messejana, Parangaba, Opaia, Porangabussu, Sapiranga, Itaperaoba, Jacareí e Maria Vieira. A partir desta

⁸ Relatório de Mapeamento Batimétrico. Labomar/UFC; Semam/ PMF, 2007.

análise é elaborado um boletim sobre sua balneabilidade⁹, disponibilizado no site da SEMAM. Algumas ações de educação ambiental, em comunidades e escolas do entorno dessas lagoas, são realizadas pela Coordenadoria de Políticas Ambientais desta secretaria.

Desde 2006, a prefeitura realiza também o projeto “Fortaleza em Férias”, com a finalidade de estimular a requalificação dos espaços das lagoas junto à população, atentando para a necessidade de sua preservação. Particpei de duas destas atividades, uma na lagoa da Parangaba e outra na Lagoa do Opaia, em 2007, quando em suas margens foram montados brinquedos (como pula-pula e cama elástica), disponibilizados caiaquinhos para um passeio pela lagoa e realizadas apresentações artísticas, brincadeiras em equipe, dentre outras atividades.

Articulada ao Programa Lagoas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) realizou um levantamento dos usuários das lagoas, sobretudo pescadores, objetivando propor ações de geração de trabalho e renda. Encaminhou, então, proposta de financiamento ao Banco do Nordeste, para a promoção da *exploração racional* de lagoas, através de projetos de piscicultura (Mapeamento Batimétrico, 2007, p. 11).

O Programa Lagoas de Fortaleza vem realizando, com recursos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUNDEMA, desde 2006, a limpeza de lagoas, dentre elas a do Papicu e de Itaperaoba, que estavam cobertas pelos aguapés há anos.

Atualmente, os principais problemas que afetam a vitalidade e preservação das lagoas, em Fortaleza, são a ocupação irregular e ausência de sistema de saneamento em seu entorno. As ocupações irregulares de áreas de lagoas decorrem tanto da existência do déficit habitacional, resultado do não acesso de muitas famílias à moradia, como da apropriação privada do solo urbano para obter lucro através do mercado imobiliário, muitas vezes via especulação. Esta situação acontece por causa da morosidade dos órgãos fiscalizadores do Município e do

⁹ Verificação se lagoas estão propícias ao banho e desenvolvimento de atividades esportivas em suas águas.

Estado. Devido a isto, muitas lagoas já desapareceram como é o caso das lagoas da Rosinha e do Garibaldi, na Serrinha.

Alguns projetos de urbanização de lagoas atrelados à construção de moradias para reassentamento de famílias das comunidades do entorno estão em andamento, como os já citados exemplos. As limpezas superficiais para a retirada dos aguapés ou dragagem com vistas a prevenir os alagamentos no período de chuvas são importantes para a visibilidade das lagoas e redução de danos às comunidades de seu entorno. Contudo, a questão central é o controle dos resíduos e esgotos lançados nestes aquíferos que só poderiam ser interrompidos via saneamento, sem solução prevista em médio prazo.

Em geral, às margens de lagoas têm-se problemas de construção de assentamentos precários e, também, do uso indevido por parte de comércios, indústrias, grupos privados. Os principais usos ilegais nas Áreas de Preservação das lagoas de Fortaleza são a poluição decorrente da recepção de esgotos e as construções de casas, comércios, muros e cercas, via aterramento, como acontece na Lagoa de Itaperaoba.

Na cidade de Fortaleza, existem hoje 115 áreas de risco¹⁰, com maior concentração destas nas Secretarias Executivas Regionais III, V e VI, boa parte nas margens do Rio Maranguapinho, do Cocó e de lagoas, como a de Itaperaoba, Papicu, Libânea, Zeza, dentre outras.

Foi realizado pela prefeitura, através de técnicos (as) da SEMAM e da Agência Reguladora de Fortaleza (ARFOR), juntamente com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), um levantamento da situação de saneamento no entorno das lagoas. Uma solução proposta foi a instalação de um anel sanitário em seu entorno, ou seja, a instalação de redes de esgoto nas áreas próximas a elas, um processo que se realizaria em longo prazo.

Os recursos hídricos do município apresentaram, em geral, uma baixa qualidade em relação aos parâmetros analisados e os fatores que levam a

¹⁰ Conforme levantamento realizado por mim, com base em dados dos Distritos de Defesa Civil das Secretarias Executivas Regionais e em visitas a algumas áreas, entre outubro de 2007 e janeiro de 2008.

isso podem ser, entre outros: - Forte incidência de lançamento de esgotos sem tratamento e efluentes industriais; - Presença de atividade orgânica muito elevada, originada pelo excesso de nutrientes provenientes; - Na maioria dos rios e lagoas observou-se grande acúmulo de lixo, seja em suas margens, seja flutuando ou em suspensão, o que auxilia a degradar quimicamente a qualidade da água (INVENTÁRIO AMBIENTAL, 2003, p. 120).

Mesmo na generalizada situação de degradação, as lagoas ocupam funções ecológicas, econômicas, sociais, políticas e representam possibilidades diversas dentro de uma relação de respeito ao ambiente. São importantes também pelo valor paisagístico, algumas com o desenvolvimento de ações que geram renda, através da pesca, do lazer, bem como por se constituírem em espaços de socialização. Entretanto, ainda há muito que se avançar em termos de uma cultura de valorização desses aquíferos, que possibilite superar certa visão destas lagoas como espaços inúteis, depósito para lixo, fossa ou receptor de esgotos diversos.

A outra perspectiva, já assumida por alguns grupos populares como os das Lagoas de Itaperaoba e do Papicu, é a que almeja um lugar de destaque a estas lagoas como um ícone da comunidade, onde as portas, as entradas se voltam para elas, ao invés de se restringirem aos quintais, escondidas, esquecidas. As lagoas, no espaço urbano de Fortaleza, têm o potencial de contribuir com o micro-clima da cidade e com a qualidade de vida de seus (suas) habitantes, além de sua dimensão estética, poética e de constituição de ambiente de socialização e interação aos moradores e às moradoras de seu entorno.

Portanto, considero as lagoas, sobretudo no espaço urbano, como uma mediação importante na tessitura de saberes ambientais, uma vez que a interação de autores e autoras sociais, neste e com este espaço, e a constituição de demandas em torno dele possibilita uma aproximação e nova forma de percepção sobre o ambiente.

Apresento, a seguir, discussões sobre a categoria *movimento popular*, destacando os grupos colaboradores nesta pesquisa, bem como as respectivas lagoas no entorno da qual atuam, as influências presentes e a interpenetração de demandas ambientais.

2.2 Movimentos Sociais: interações populares e ambientais

O termo *movimento social* contempla ampla discussão no campo das Ciências Sociais e recebe diferentes conceituações, conforme a concepção teórica que o aborda. E, relacionado a ele, desdobram-se outras problematizações também perpassadas por uma diversidade de percepções, tais como novos movimentos sociais, tipos de movimentos, potencialidade de gerar transformações societárias, dentre outras.

Como expressa Scherer-Warren (1996, p. 18), “não há, todavia, um acordo sobre o conceito de movimento social. Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta”. Em perspectiva oposta, há a abordagem que reconhece como movimento social somente aquelas ações coletivas que possuem como eixo central um projeto de mudança de um tipo de sociedade a outro, numa perspectiva mais global, são *aquelas que atuam na produção da sociedade*.

Peruzzo (1999) também apresenta duas leituras sobre os movimentos sociais: uma em que estes movimentos são percebidos numa relação de subordinação em relação à classe operária por serem inferiores em potencial de transformação social, ligada a algumas linhas marxistas; a outra que os entende como *formas de organização e mobilização populares* tão importantes quanto os sindicatos, destacando a relação de cooperação entre estas dimensões da realidade.

Estes movimentos, nos períodos de maior visibilidade, em que houve uma ampliação de sua abordagem pelas Ciências Sociais, foram vistos por alguns (algumas) como portadores da energia da transformação social, enquanto outros olharam toda esta produção como fantasia a esconder a essência das contradições da sociedade. Entendo que é preciso temperança. A perspectiva é não subestimar e nem superestimar os movimentos sociais (PERUZZO, 1999), e aí entra a mediação necessária da dialética da totalidade.

O destaque necessário, em se tratando de movimentos sociais, é o da compreensão destes como elementos de uma realidade social constituída de outras dimensões. Assim se evita uma visão idealizada destes grupos, atribuindo a eles, numa leitura acrítica, a responsabilidade exclusiva por profundas mudanças sociais.

É importante destacar a heterogeneidade de expressões dos movimentos sociais. Peruzzo (1999, p. 44-45) classifica-os, a partir de suas finalidades, ou seja, daquilo que desperta autores e autoras sociais para a organização coletiva, assim haveria os movimentos: por “bens de consumo coletivo; envolvidos na questão da terra; relacionados com as condições gerais de vida; motivados por desigualdades culturais; dedicados à questão trabalhista; voltados à defesa dos direitos humanos; vinculados a problemas específicos” (pessoas em situação de rua, por exemplo).

Dentro dessa diversidade é que se fala em movimento popular como uma categoria específica no interior do movimento social. Contudo, ressalto que a perspectiva atual é a de intersecção entre diferentes movimentos, nesse sentido é que hoje se sinaliza para a configuração de grupos populares ambientais, e este é mesmo o pressuposto deste trabalho de pesquisa.

Entretanto, historicamente, os movimentos populares urbanos estão relacionados à percepção de situações de privação do usufruto de bens e serviços urbanos básicos, a partir da desnaturalização de sua situação de vida precária por parte de grupos populares. São as situações-limite que ao se objetivarem em demandas adquirem força integradora de autores e autoras sociais para caminharem rumo à superação. Como nos fala Gohn (1997, p. 55-56),

Os movimentos sociais populares urbanos aludem a manifestações coletivas emanadas das camadas sociais, que se encontram numa situação de exploração e expropriação no plano da estrutura econômica, de subordinação no plano da política e, conseqüentemente, de espoliação no plano da vivência cotidiana em seus locais de moradia.

Em síntese, ao longo da história, o movimento de bairros centrou suas ações em torno da reivindicação por equipamentos coletivos e infra-estrutura urbana que deveriam garantir a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos. Como

expressa Matos (1998, p. 92), “a cena principal do movimento de bairros seria aquela característica desde a sua origem: a luta por direitos básicos”.

Saliento a impossibilidade de, mesmo na perspectiva popular, tratar estes movimentos de forma homogênea, pois há contradições em seu interior. Existem frentes “que contribuem para o processo de transformação da sociedade, lado a lado com organizações conservadoras bem estruturadas, historicamente, detentoras privilegiadas dos mecanismos de poder” (PERUZZO,1999, p.48).

Relevante, também, ter clareza de que os movimentos populares urbanos, a partir de sua expressão mais localizada em um bairro, não estão dissociados do cenário político e social que foi se constituindo historicamente e mantém interconexões com o sistema econômico, estruturador de processos desiguais de acesso aos bens produzidos coletivamente. Estes movimentos podem conter elementos conservadores e alienantes, assim como elementos agregadores numa luta pela constituição de uma nova realidade, de novos valores, de novas condições objetivas e subjetivas de existência humano-social e ambiental.

Estes movimentos ganharam maior visibilidade no contexto brasileiro a partir da década 1970, ampliando suas articulações inspirado pelo contexto de profunda mobilização da sociedade brasileira frente à Ditadura Militar. Um dos pontos de agregação dos diferentes movimentos foi a luta pela Anistia. Motivados por ela “os movimentos envolviam-se em diversas lutas, extrapolando suas especificidades...” (MATOS, 1998, p. 38). Nesse contexto havia um enfrentamento comum que propiciava a articulação para além das questões específicas de cada grupo.

Os movimentos populares são forças que se manifestam de modo bastante fragmentário e difuso. Todavia, a prática mostra que em determinados momentos, quando os objetivos se tornam comuns, eles se revelam de maneira mais orgânica (PERUZZO,1999, p. 47).

Como expressa Scherer-Warren (1996, p. 115), “estas organizações que proliferaram da década de 70 aos meados da década de 80 tiveram sua relevância política durante o regime autoritário, pois eram o espaço de expressão política possível para novos atores”.

Matos (1998) destaca, como marcos na constituição e fortalecimento do movimento de bairros, em Fortaleza, a Marcha do Pirambu (1962) e a luta da Favela José Bastos (1978), momentos organizativos que geraram grandes mobilizações de pessoas e idéias nesta cidade, ambas envolvendo a luta pelo direito à terra e moradia. A Marcha do Pirambu marcou o ano de 1962 para o movimento popular e tinha por foco objetivo a desapropriação das terras do Pirambu, uma das primeiras favelas da capital cearense, formada basicamente por pescadores e, posteriormente, adensada pela chegada de migrantes do interior do Estado, que buscavam melhores condições de vida, longe do flagelo da seca.

A luta da Favela José Bastos tinha por questão de fundo a reivindicação por moradia e marca uma intensa mobilização popular que abrange também a luta por um país democrático.

Um aspecto interessante, que é destacado em relação à década de 80, foi o da *imbricação entre movimentos*, do fluxo cooperativo de membros, de determinado movimento, participando de ações em outros, com o objetivo de fortalecer as lutas. No nível individual, isto era possível ao assumirem o papel de *ativistas em tempo integral* (MATOS, 1998).

Na década de 1980, os movimentos sociais elaboraram toda uma cultura de participação, tendo por base a desconstrução de idéias historicamente reproduzidas. Gohn (2005) afirma que os principais frutos dessa participação da sociedade não foram as conquistas imediatas, antes estão relacionados à instauração de uma *nova racionalidade social*, centrada na compreensão de que as pessoas têm o direito de participar das questões que interferem em suas vidas. Naquele período, foi marcante a presença das assessorias externas aos grupos populares, principalmente por parte da Igreja e de partidos de esquerda.

Conforme Scherer-Warren (1996, p. 17), na década de 80, as produções sociológicas tiveram por foco privilegiado os movimentos de base. É dado “destaque para a categoria movimento social e busca das novidades nestas formas de organização e no seu modo de fazer política...”. Há um descentramento nessas produções da categoria classe social para a de *sujeito popular e de ator social*, em

contraposição à década anterior, em que a categoria luta de classe era mais corrente.

No debate sobre os movimentos sociais, voltando-se para as mobilizações sociais pós década de 70, a partir da percepção de novidades nas formas organizativas, em autores (as) em cena e nos projetos políticos, autores e autoras como Scherer-Warren (1996), Santos (1995) e Krischke (2001) problematizam a emergência de *novos movimentos sociais* na cena pública brasileira. Isto podia ser percebido em novas formas organizativas dos movimentos sociais, para além dos espaços institucionais tradicionais, bem como na inserção de novas demandas e na construção de novos caminhos para evidenciá-las e enfrentá-las. Santos (1995) entende novos movimentos enquanto ampliação do campo de ação da cidadania.

Como Scherer-Warren (1996) enfatiza, esses movimentos são frutos, em alguns casos, da reorganização, sob novas formas, de antigos grupos de pressão (Movimento de Bairros, Novo Sindicalismo) e, em outros, de novos grupos que emergiram com demandas diferenciadas (Movimento Ecológico, Movimento dos Sem-Terra e outros).

No momento atual, os pesquisadores chamam a atenção para a necessidade de buscar os vestígios das formas tradicionais de fazer política (clientelismo, paternalismo, autoritarismo populista ou estalinista) nos novos movimentos sociais (NMS), bem como de buscar os novos estilos de fazer política nos sindicatos, partidos e instituições governamentais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 23).

Nos ditos *novos movimentos sociais* prevaleceu, nos anos 1970, a ênfase na *dimensão cultural*, enquanto que nos anos 1980 o destaque se voltou para a *dimensão ética*. Esta se expressaria num “apelo para uma sensibilidade coletiva e por uma responsabilidade pessoal em relação ao futuro coletivo” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 104). Discurso bastante recorrente no movimento eco-pacifista.

Krischke (2001, p. 190) afirma que a diferenciação entre esses movimentos está ligada a uma distinção entre “orientações e ações de caráter *estratégico* (mobilizações mais tradicionais e particularistas) e orientações voltadas à afirmação de *identidades* (valores universais, próprios dos movimentos novos)”. Este autor

defende a interseção entre esses dois aspectos e entende-os como “dimensões complementares para uma ação coletiva”.

A realização de ações estratégicas e/ou de identidade obedece a uma dinâmica específica em cada movimento, em determinados momentos, umas se evidenciam mais que as outras, dependendo da luta e dos objetivos. São variações legítimas na busca pela participação e pela ampliação da esfera pública. Krischke (2001, p. 190) entende que, “a maioria dos atores sociais combina orientações e ações estratégicas e de identidade, que tanto podem seguir ênfases particularistas como universalistas”.

A ação estratégica é a luta objetiva, que pode resultar em algo concreto, material; enquanto que a ação de identidade está relacionada a questões que vão além da luta objetiva, têm por pano de fundo a defesa de um valor, como a cidadania. Para se perceber conquistas nos movimentos sociais ligadas à articulação entre essas duas dimensões é preciso:

considerar as ações desses movimentos sob a dupla avaliação de suas dimensões estratégica e identitária, para estabelecer em que medida, por um lado, participam e influenciam na consolidação das instituições democráticas e, por outro, promovem a expansão e universalização na sociedade dos valores e objetivos que defendem (KRISCHKE, 2001, p. 195).

Entendo que a tentativa de modificar o cotidiano, pode e deve estar articulada com perspectivas mais amplas, com uma visão macro da sociedade que queremos construir.

Na leitura de Scherer-Warren (1996, p. 50), os *novos movimentos sociais* expressam o desejo de atuar no sentido de “estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado e Sociedade Civil, bem como no interior da própria Sociedade Civil”, ao rejeitarem o autoritarismo e buscarem a descentralização do poder tanto no nível institucional como no das diversas relações cotidianas. É visível nos movimentos a preocupação com as mudanças do cotidiano atreladas às negociações e reivindicações junto ao Estado. É a *ação da sociedade civil sobre si mesma*.

As décadas de 1970 e 1980 foram de vivência da participação, aprendizados nos processos organizativos, constituição de identidades e registro de conquistas. Nos anos 1990, autoras como Scherer-Warren (1996), Gohn (2005) e Matos (1998), frente a mudanças na dinâmica de visibilidade públicas dos movimentos, tematizam sua crise. Matos (1998) faz um resgate da memória do movimento popular em Fortaleza, considerando a dinâmica expressa nas cenas de visibilidade e nos momentos de aparente silêncio.

A discussão dessas autoras não acentua a negatividade dessa crise, mas a entendem como momentos constituintes da dinâmica dos movimentos populares, os fluxos e refluxos. Matos (1998) enfatiza o caráter processual das crises, não se constituindo em uma realidade extraordinária, mas como componente mesma dos processos cotidianos.

Um dos indicativos dessa “crise” seria o registro de uma menor mobilização dos movimentos sociais, menor visibilidade na cena pública. Isso pode estar relacionado ao afastamento das assessorias externas, ao novo contexto político do período de democratização, à juridicização das reuniões comunitárias e à centralidade do movimento apenas em lideranças sem envolvimento ativo dos demais moradores das comunidades (GOHN, 2005; MATOS, 1998). Neste contexto de refluxo dos movimentos, Scherer-Warren (1996) vê o movimento ecológico em ascensão.

Mesmo nos momentos de maior articulação e visibilidade das lutas há uma centralização na atuação das lideranças. Falando ainda sobre os anos 1980 em Fortaleza, Matos (1998, p. 42) afirma que “o movimento de bairros vivia seus dias de maior efervescência e ativismo, contando com poucas lideranças, que tomavam para si o maior número de tarefas, centralizando o poder das decisões”.

Uma das mudanças, no contexto governamental, a partir da segunda metade da década de 1980, foi o chamamento à participação por parte do Estado. Há a difusão do ideário dos grupos populares como parceiros dos órgãos governamentais para o alcance das melhorias requeridas para a comunidade. No Ceará, este discurso compôs o conjunto do governo mudancista de Tasso Jereissati.

Essa participação se dá inclusive na administração de benefícios governamentais nas comunidades, um dos elementos possíveis do enfraquecimento do potencial organizativo do movimento, pois assim, o (a) líder passa a ser confundido (a) com a figura do (a) gestor (a), a quem as cobranças são lançadas. Isto também contribui para alimentar a desconfiança da comunidade na liderança. No ímpeto de garantir o acesso a estes serviços e benefícios, os grupos comunitários foram levados à institucionalização, o que provocou um crescimento grande no número de associações no mesmo bairro, gerando disputas entre elas.

Acrescenta-se que as querelas internas contribuíram decisivamente para a desestruturação dos movimentos de bairros, aliando-se a isso a proliferação de associações, a consequência da intervenção do estado e a prática deturpada de algumas lideranças não autênticas (MATOS, 1998, p. 87).

Como perspectivas para os anos 90, em meio aos questionamentos sobre a crise, Scherer-Warren (1996) vislumbrou as redes de movimentos sociais como nova configuração dos movimentos sociais, contemplando a preocupação em articular a dimensão da macroanálise do social (década de 70) com o estudo das microtransformações (década de 80).

O mais relevante dentro desta perspectiva metodológica não é tanto o entendimento dos movimentos enquanto partes estruturadas ou estruturantes da realidade, mas enquanto processos de ação política, enquanto práticas sociais em construção, enquanto movimento propriamente dito (SCHERER-WARREN, 1996, p. 22).

Nos movimentos sociais se evidenciam práticas políticas voltadas à articulação entre estes, com a constituição de novas metodologias interativas. “De acordo com esta abordagem, trata-se de passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações, nas redes de movimentos” Scherer-Warren (1996, p. 23).

As redes são a tentativa de formar identidades coletivas em torno de princípios *éticos universalizáveis*, considerando as diversas especificidades ou particularidades expressas nos movimentos. Suas principais características são (SCHERER-WARREN, 1996): articulação de autores e autoras e movimentos sociais

e culturais; transnacionalidade; pluralismo ideológico; atuação nos campos cultural e político.

Nesse contexto, a articulação entre diferentes movimentos, bem como no interior de um mesmo tipo de movimento, ganha destaque nas reflexões contemporâneas. Essa inter-relação é percebida como um desafio atual para que estes movimentos ampliem sua capacidade de contribuir com mudanças, seja no nível de alcance de demandas objetivas, seja na incorporação de valores coerentes com a vida ou no sentido de transformações mais amplas.

Foi partindo dessa percepção que realizei esta pesquisa, que passa pelo pressuposto da incorporação no contexto dos movimentos populares de questões emergentes, neste caso específico das questões ambientais. Envolve também a ligação com grupos ambientalistas e a contribuição, através de seu caminho metodológico, com a articulação entre dois grupos do movimento popular de Fortaleza.

Scherer-Warren (1996, p. 48), falando sobre os elementos utópicos, que se referem a mudanças mais substantivas, no feminismo e no ambientalismo, pondera que estes “ainda não têm praticamente penetrado nos movimentos populares propriamente ditos, começando apenas a ser trabalhados no nível de algumas reflexões teóricas”.

Um dos motivos seria a distância entre os tipos de demandas centrais destes movimentos, portanto a necessidade, inclusive percebida por ambientalistas em produções teóricas na década de 90, de conciliar cultura política e superação de contradições sociais para possibilitar a aproximação entre diferentes movimentos. Isso significa, por exemplo, o movimento ambientalista se aproximar das demandas cotidianas do movimento de bairros. Esta perspectiva tem sido buscada, desde os anos 90, quando se observou uma nova compreensão dos problemas ecológicos associados às demandas populares, presente nas reflexões sobre uma Educação Ambiental crítica e popular e na revisão, do movimento ambientalista, de suas próprias concepções.

A minha abordagem sobre a questão ambiental tem, por discussão fundamental, sua especificidade dentro da sociedade capitalista, cuja diretriz central é a busca constante da ampliação das taxas de lucro, e, por conseguinte, da máxima produtividade.

Apesar de todo o progresso técnico, visivelmente impulsionado pela dinâmica do capitalismo, este modo de produção e de organização da vida social não se volta ao atendimento das necessidades humanas, uma vez que todo o desenvolvimento e as transformações realizadas na produção voltam-se à busca incessante do aumento do lucro e da garantia de reprodução do capital. Nas palavras de Wood (2003, p. 40), “a produção não é determinada pelas necessidades da sociedade, mas por aquilo que proporciona mais lucro”.

Abordo a questão ambiental, tendo por cenário a problemática das lagoas em Fortaleza, a partir desta perspectiva teórica. Concordo que não há

como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos: formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero (ACSELRAD, 2004, p. 23-24).

Entendo que essa discussão é fundamental para a abordagem da problemática ambiental na sociedade contemporânea, pois não há como lutar por melhores condições de vida e pela preservação ambiental sem realizar uma crítica contundente à racionalidade instrumental do capital, que coloca em último plano o desenvolvimento integrado do ser humano.

Estão intimamente atreladas a esse movimento destrutivo do capitalismo as questões que se apresentam aos (às) interlocutores (as), nesta pesquisa, uma vez que a destruição de mananciais, como as lagoas aqui abordadas, e o empobrecimento de sua vitalidade procedem, necessariamente, dessa dinâmica da busca do lucro, da expansão das propriedades individuais, da especulação imobiliária e da ameaça constante de ocupações em decorrência da escassez de moradia para todos, questões que estão inter-relacionadas.

Os movimentos ambientalistas são diversificados em suas ações e interesses, tendo sua heterogeneidade relacionada às diferentes concepções e estratégias que direcionam sua práxis. Esta diferenciação de discursos e práticas ocorre devido à história de formação específica de cada movimento, em contextos sociais, culturais e econômicos distintos. Ela é afirmada quando se considera a percepção e o trato dos problemas ambientais nos países de centro e os situados na periferia do sistema econômico. Conforme Leff (2007, p. 97), naqueles é adotada uma perspectiva conservacionista da natureza, com ênfase na adoção de medidas remediadoras dos efeitos dos processos de produção, enquanto que nestes o ambiente é abordado pelos movimentos de forma interligada à discussão de mudanças sociais, políticas e econômicas. No ambientalismo dos países subdesenvolvidos, há a preocupação de compreender ações como o planejamento transetorial do ecodesenvolvimento, da auto-gestão comunitária e da descentralização das atividades produtivas.

Leff (2007) e Acselrad (2004) destacam o surgimento de novas perspectivas do ecologismo, que apontam para uma aliança entre “as lutas ecológicas e as lutas populares”. Waldman (2002) percebe essa dinâmica já nos primeiros anos da década de 1990. Para ele, essa ligação com lutas populares insere um caráter social ao chamado *novo paradigma ambiental*, que, assim, vai perdendo uma abordagem mais abstrata e aclassista, que rendeu muitas críticas ao movimento ambientalista e certa apatia por parte de setores da esquerda.

Tanto a crítica da relação atualmente mantida com o meio ambiente, quanto as propostas de reformulação desta relação, devem obrigatoriamente incorporar a dimensão social mais ampla. Esta diretriz aparece em todas as lutas populares com interface ambiental (WALDMAN, 2002, p. 31).

Nessa perspectiva o movimento ambientalista é definido como uma matriz renovada das lutas sociais, devendo articular suas demandas pela preservação da natureza a lutas mais históricas contra a exploração, pela divisão da terra e por uma vida digna nas cidades. “No movimento ambientalista articulam-se as lutas das comunidades indígenas, das organizações camponesas, operárias e populares, com as causas da classe média urbana, as associações de base e os grupos ecologistas” (LEFF, 2007, p. 103).

Na seqüência, apresento os grupos populares que colaboraram com esta pesquisa, suas comunidades de referência e as lagoas incorporadas na luta destes movimentos.

2.3 Os ambientes urbanos e grupos populares abordados nesta pesquisa

Como já indiquei no primeiro capítulo, esta pesquisa foi realizada junto ao Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, na Serrinha, e à Associação de Moradores Nossa Senhora Aparecida, no Papicu.

2.3.1 A Lagoa do Papicu e a Associação Nossa Senhora Aparecida

A Lagoa do Papicu compõe a Bacia da Vertente Marítima, dela flui o Riacho Papicu que encontra o Riacho Maceió até o mar. Esta lagoa forma uma bela paisagem ao pé das dunas, pela Rua Francisco Matos, nas proximidades da Avenida Santos Dumont. Quase na divisa dos bairros Papicu e Cidade 2000.

O bairro do Papicu apresenta um enorme desnível social perceptível visualmente pelo contraste entre as habitações, trechos com amplas mansões e condomínios com boa infra-estrutura ao lado de comunidades desprovidas de serviços básicos, muitas compostas por barracos compactados em pequenas quadras ou na área de dunas, com estreitos becos para a circulação de seus (suas) moradores (as). Como relato no diário de campo (16/03/2008), “no percurso, vi a lagoa sem os aguapés, a área da duna que termina na lagoa e ainda está preservada, como também a parte de cima ocupada com ricas mansões e o outro lado com barracos de tábua”.

Como outras lagoas da cidade, a lagoa do Papicu encontra-se poluída, com suas águas impróprias para banho, além de ter sofrido aterramento em parte de seu

leito para construção de casas, apresenta problemas por conta do lixo e de esgotos serem lançados diretamente nela.

Apresentando um baixo grau de integridade, estes recursos são vítimas da poluição, da ocupação indevida de suas margens e da canalização direta de esgoto. Os riscos potenciais de alagamento, inundação, deslizamento e soterramento estão presentes ao longo do riacho Maceió. A Lagoa do Papicu encontra-se com seu leito natural agredido por construções particulares, ocupações e assoreado pela movimentação das dunas e pelo acúmulo de lixo (INVENTÁRIO AMBIENTAL, 2003, p.116).

O Inventário Ambiental (2003) identifica como potencialidades desta lagoa sua dimensão natural, turística, paisagística e de lazer. Na área, a pressão imobiliária é bastante forte, o que impulsiona o desrespeito aos limites legais de uso daquela área de preservação.

A Lagoa do Papicu, juntamente com seu riacho e a duna onde se situa sua nascente, compõem uma Área de Preservação Permanente. No entanto, esta lagoa encontra-se fortemente deteriorada, contendo, em suas margens lixo, variadas ocupações subnormais e canalização direta de esgoto, além da falta de manutenção e os riscos de alagamento para a população.

Esta lagoa já passou por um processo de urbanização, na segunda metade da década de 1990, conduzida pelo governo do Estado, quando famílias foram reassentadas em outras áreas. Poucos anos depois, a área urbanizada já estava totalmente deteriorada em decorrência da ausência de manutenções, das constantes ocupações e do furto de materiais como pedras dos calçadões e correntes demarcatórias.

No ano de 2008, foi iniciado um projeto de urbanização da área, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Ministério das Cidades, orçado em cerca de R\$ 14 milhões, executado pela Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), PMF. O projeto prevê: infra-estrutura urbana para a área do entorno da lagoa com instalação de equipamentos de lazer e revitalização da área de preservação; construção de 448 unidades habitacionais na área para atender famílias da Comunidade Pau Fininho; realização de melhorias

habitacionais em 134 domicílios desta comunidade e também ações de regularização fundiária.

As obras de urbanização e requalificação paisagística da lagoa foram iniciadas em abril do corrente ano. Neste período, houve a desocupação da área de dunas ocupada, há cerca de um ano, por, aproximadamente, 200 famílias não contempladas pelo referido projeto habitacional. A urbanização prevê, para a área, equipamentos comunitários, calçadas ao redor da lagoa, arborização, quadra de futsal, campo de futebol e pista de skate.

O projeto de urbanização já vinha sendo reivindicado pelo movimento popular da comunidade, tendo sido contemplado entre as demandas do Orçamento Participativo em 2007.

A Comunidade Pau Fininho existe, há quase 24 anos, no entorno da lagoa do Papicu. Esta denominação vem desde o início da ocupação e remete ao apelido dado ao primeiro morador, que iniciou a comunidade. O movimento popular vem tentando renomear o local como Nossa Senhora Aparecida, mas não conseguiu ainda substituir, no uso corrente, o antigo nome.

O processo de formação desta comunidade iniciou-se, através de um senhor que construiu, na Rua Pereira de Miranda, uma casinha, inicialmente em madeira e papelão. Como não sofreu pressão para deixar o local, posteriormente construiu uma pequena vila de casas que alugava e, após certo período pagando aluguel, este senhor repassava a casa definitivamente para o inquilino, que se tornava “proprietário”.

A partir daí o número de famílias residentes na área só foi aumentando, ao ponto de não se restringir aos terrenos ao lado da lagoa, mas algumas residências foram construídas dentro da lagoa propriamente dita, através do aterramento de suas margens. Hoje, a comunidade é formada por um labirinto de estreitos becos. Quem passa pela rua não imagina a quantidade de famílias que moram naquele

quarteirão¹¹. Pelo levantamento da prefeitura, realizado em fevereiro de 2007, residiam na comunidade 612 famílias, contudo, após esse período, novas famílias chegaram à área, assim supõe-se que o número de residentes, atualmente, já é superior.

As principais vias de acesso são as ruas Francisco Matos, Lauro Nogueira, Ribamar Lobo, Joaquim Lima e Pereira de Miranda. A formação da comunidade iniciou-se por esta última. Na área da comunidade existem cerca de 10 terrenos desocupados, em um destes é que a prefeitura pretende construir as moradias para liberação de algumas vias e retirada das casas que estão nas margens da lagoa e sobre a duna.

É nesta área que autores e autoras sociais, da Associação Nossa Senhora Aparecida, organizam-se e desenvolvem ações de mobilização e reivindicação. Esta entidade existe há aproximadamente 12 anos, sendo resultado de processo de mobilização da comunidade, iniciado pelo trabalho do Padre Eduardo, da Sociedade Redentorista, uma congregação da Igreja Católica, juntamente com Margarida, conhecida, pelos membros do grupo, como Guida, que participa das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

Inicialmente, as reuniões de mobilização da comunidade, para organizar a associação, ocorreram em áreas abertas, às margens da lagoa ou embaixo de árvores. Quando se conseguiu reunir o necessário número de pessoas, a associação foi formalizada. Posteriormente a associação passou a funcionar em prédio no interior da comunidade, denominada de Casa das CEBs.

Uma das primeiras ações da entidade foi o desenvolvimento de projeto de atenção a crianças em situação de desnutrição, muito recorrente na comunidade, contando com o apoio da Organização Não-Governamental (ONG) Visão Mundial. Outra atividade foi o funcionamento de uma turma de pré-escola, pois não havia escola infantil mantida pela Prefeitura. Desenvolveu também o reforço escolar no combate à reprovação, pois, na comunidade, havia um alto índice de reprovação.

¹¹ Essa história de formação da comunidade foi organizada a partir das falas de interlocutores (as) nas entrevistas.

Ainda na perspectiva educacional, formaram turmas voltadas para a alfabetização de adultos.

Atualmente, a entidade está muito voltada ao acompanhamento da execução do projeto de urbanização, participando de reuniões com a Habitafor, repassando informações às demais pessoas da comunidade e mobilizando-as para participarem de momentos como os do Orçamento Participativo (OP). No local onde funciona a associação, um grupo de estudantes da Universidade de Fortaleza (Unifor) realiza, às segundas e sextas-feiras, trabalhos na área de puericultura, como atividades de estágio.

Uma das primeiras lutas da comunidade, iniciada antes da legalização da associação, foi pelo acesso à água da CAGECE, pois antes não tinha regularidade no fornecimento de água, dentre outras razões por se tratar de ligações clandestinas.

Neste grupo existe uma influência muito forte da perspectiva das CEBs. O grupo Nossa Senhora Aparecida ainda não tem uma identidade autônoma, embora a entidade já exista há alguns anos, esta passou por momentos de desmobilização e descontinuidade. O grupo que está, atualmente, mais à frente da luta comunitária possui uma composição recente e representa a retomada das ações após algumas dificuldades internas enfrentadas. Inclusive a eleição da diretoria, que não acontecia há três anos, foi realizada recentemente no sentido de regularizar a situação da entidade. Este grupo não possui experiência anterior de militância política como no bairro da Serrinha.

Anteriormente, já falei sobre a presença das assessorias nos movimentos populares, desde a década de 1970. A Igreja inseriu-se nesse campo através de sua ala mais progressista e guiada pela Teologia da Libertação, que nas palavras de Scherer-Warren (1996, p. 32) “trata-se do encaminhamento de uma nova visão para o papel da igreja, da prática cristã e do pensar teológico, até então apoiado numa teologia feita a partir da realidade exógena européia”. Esta perspectiva de ação é formulada através da percepção dos problemas latino-americanos.

O destaque à dimensão histórica da teologia é um princípio importante da Teologia da Libertação, pois fundamenta a busca de mecanismos que propiciem a libertação das classes populares das variadas formas de opressão. A criação desta utopia da libertação por meio da Igreja está relacionada: ao momento expresso no Concílio Vaticano II que trata da doutrina orientada socialmente e na Encíclica *Popularum Progressio* do Papa Paulo VI, voltada para a América Latina; a formação de jovens teólogos progressistas que se empenharam em refletir sobre a realidade da América Latina e a escassez de padres para servir ao campo e às periferias urbanas, associada à existência de organizações de base, principalmente no Brasil – Movimento de Educação de Base que inspirou a criação das CEBs com a participação de leigos e religiosos. As CEBs tiveram a inspiração do Método Paulo Freire, suas ações têm por fundamento a reunião de pessoas da comunidade para “escutar a palavra de Deus e compartilhar seus problemas através da inspiração do evangelho” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 36).

Scherer-Warren (1996) apresenta três níveis da prática social da Teologia da Libertação: o nível da elaboração teórica, com as reflexões que associam a teologia à luta contra as opressões na América Latina; da mudança cultural, para a qual se realiza o trabalho pastoral no estímulo à mudança de valores e atitudes, através dos encontros grupais em que se discute a realidade popular a partir de reflexões e interpretações de passagens bíblicas; a intervenção política, com a participação de membros destes grupos de reflexão em movimentos sociais.

2.3.2 A Lagoa de Itaperaoba e o Movimento Pró-parque

O bairro Serrinha, onde se situa a lagoa, teve início, a partir da década de 1920, quando começaram a ser delimitados e reconhecidos legalmente os primeiros loteamentos da área.

Em meu trabalho de monografia de graduação, já mencionada no capítulo um, fiz um resgate da história do bairro, a partir da memória de autores e autoras sociais do movimento popular e da consulta em jornais e outros documentos.

Identifiquei o Sr. Eusébio e a Sra. Rosinha como primeiros moradores desta região, sendo a partir do terreno de seu sítio que se originou o atual nome do bairro, pois lá existiam pequenos serrotes de barro vermelho, que passaram a ser chamados de serrinha.

As saliências do relevo que deram origem ao nome do bairro foram retiradas na década de 1940, para a construção da Base Aérea de Fortaleza. Esta obra foi um dos grandes marcos da interferência urbanística no bairro Serrinha. Outros terrenos foram loteados já a partir dos últimos anos da década 1950, esse fato foi motivado pelo surgimento de novos equipamentos na área e pela melhoria da acessibilidade ao centro da cidade, resultado da abertura de novas vias pavimentadas. Nesse período Serrinha ainda era um distrito de Parangaba (CARDOSO, 2005, p. 69).

O bairro da Serrinha possui uma tradição de mobilização popular na busca de melhores condições de vida. Inicialmente, as lutas mais significativas de seu movimento popular estiveram “em torno da questão da energia elétrica, da água potável, da saúde (construção de postos para atender à população), de escolas e outros bens” (CARDOSO, 2005, p. 74).

O Conselho Comunitário do Bairro Serrinha (COMBASE) foi a primeira entidade comunitária do bairro, criada nos últimos anos da década de 1960, articulado às Ligas Operárias da Igreja de Parangaba e, desde o seu início, voltou-se mais à realização de atividades educacionais.

A Lagoa de Itaperaoba integra a bacia hidrográfica do Rio Cocó, estando delimitada ao sul pela Avenida Dedé Brasil, a oeste pela Rua Dr. Justa Araújo, ao norte pela Rua Padre Nóbrega e a leste pela Rua Benjamin Franklin, no bairro Serrinha. Em frente ao Campus do Itaperi, da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

No ano de 1956, a Prefeitura Municipal de Fortaleza autorizou o loteamento Parque Itaperaoba. Apesar de haver demarcado a área do entorno da Lagoa como propriedade pública, foi conivente com a progressiva privatização desse espaço ao não enfrentar esse problema. Em consequência disso, a partir da década de 1970, intensificou-se a apropriação privada da lagoa e de seu entorno. Nesse período ocorreu o fechamento das ruas que lhe davam acesso - Barba Alado, Éfren Gondim, Santiago e Magnólia. Essa ocupação desordenada gerou uma progressiva degradação ambiental, por meio da instalação de esgotos clandestinos,

emissão de dejetos, produtos químicos e aterros que reduziram seu espelho d'água (CARDOSO, 2005, p.82).

Em seu entorno, formou-se a Comunidade Garibaldi, desde a segunda metade da década de 1990, quando pessoas sem moradia ocuparam a área do sangradouro da lagoa. Isto também contribuiu para a intensificação da poluição nessa área, decorrente da ausência de qualquer tipo de infra-estrutura.

Esta lagoa está quase totalmente cercada por muros, que delimitam propriedades privadas que fatiam a lagoa, além de casas construídas em cima de aterros lançados sobre a lagoa. Atualmente só se tem livre acesso à lagoa pela Rua Éfren Gondim, que dá acesso à Comunidade Garibaldi.

Em decorrência da percepção a apropriação privada que ocorria na lagoa e do reconhecimento desta como um elemento importante para a população do bairro, autores e autoras sociais do movimento popular passaram a demandar, ao poder público, ações em defesa da lagoa e do direito de acesso da comunidade a ela. Documentos do movimento relatam que, em finais da década de 1970, a comunidade já realizava algumas mobilizações em protesto à apropriação realizada pela família Filomeno. Isto se deu mesmo com a definição da lagoa como bem público ainda na década de 1950¹².

Nas décadas seguintes, o movimento continuou sua luta, e por mais de uma vez a legislação reafirma a ilegalidade da apropriação privada da lagoa, tanto no Decreto 1474/82 de dezembro de 1982, que a classifica como área de preservação ambiental de primeira categoria, como no Decreto 11235 de julho de 2002, que declara como área de utilidade pública seu entorno.

A defesa da lagoa como demanda do movimento popular tomou mais força, a partir de junho de 1996, quando um jovem da comunidade, ao tentar pescar na lagoa, morreu eletrocutado em uma cerca elétrica colocada ao redor da lagoa pela

¹² Ver <http://observatoriopopular.blogspot.com>, onde foi postada uma síntese da história da luta do movimento popular da Serrinha em defesa da lagoa de Itaperaoba.

Associação Recreativa Têxtil Bezerra de Menezes (ARBEM), que havia locado um dos espaços da lagoa para servir de área de lazer aos seus associados. Este é o marco de fundação do Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba. “De imediato, foi realizada uma grade mobilização, num ato de protesto e revolta da comunidade contra aquela atitude de violência simbólica, que a instalação da cerca em si representou, e que acabou por gerar uma vítima fatal” (CARDOSO, 2005, p. 84).

O Movimento Pró-parque não é institucionalizado, foi construída a identidade de movimento pela constância de suas ações, também por pessoas de outras organizações do bairro que consideram a luta pela urbanização e revitalização da lagoa de Itaperaoba importante para o bairro. Não possui regimento ou estatuto, e suas reuniões ordinárias acontecem na casa do Sr. Ademar, que assume sua coordenação. Há em parte de seus (suas) participantes o interesse em transformar o movimento em uma ONG voltada para a questão ambiental.

Os membros deste grupo têm vínculos com outras entidades do bairro, tais como o COMBASE, a Associação dos Moradores da Serrinha (AMORBASE), a Comunidade em Movimento da Grande Fortaleza (COMOV), dentre outras manifestações populares. Boa parte de seus (suas) participantes foram influenciados, de alguma maneira, em sua formação pelos movimentos pastorais da Igreja Católica, como a da Juventude, em especial participando em grupos de bairro, tais como a Juventude Unida da Itaperaoba (JUITA), na Pastoral Operária e no grupo Juventude Operária Católica (JOC). Têm também a clara influência das idéias da esquerda.

Em 1999, foi elaborado um projeto de urbanização para a área de entorno da lagoa, por solicitação da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SMDT). Ainda em 2002, foi anunciada a execução do projeto de urbanização da Lagoa de Itaperaoba por representantes do poder público municipal. Contudo, nenhuma intervenção foi feita na área.

Esta lagoa está entre aquelas monitoradas pelo *Programa Lagoas de Fortaleza*, tendo passado pela limpeza de seu espelho d’água para retirada de aguapés. Na atual gestão municipal, foi realizada uma obra de construção de

barreiras e colocação de manilhas na área do seu sangradouro para amenizar as inundações da comunidade Garibaldi.

O Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba e a Associação Nossa Senhora Aparecida, apresentados aqui foram colaboradores nesta busca por identificar as mediações que possibilitam a constituição do saber ambiental no cotidiano popular.

2.4O aprendizado como possibilidade no cotidiano dos grupos populares

O espaço de tessitura do conhecimento, aqui considerado, é o cotidiano, lócus da vida em sua heterogeneidade. É na vida cotidiana que o ser humano se apresenta em todos os seus aspectos e suas capacidades, essa expressão simultânea tão diversificada não possibilita que todos os aspectos humanos se manifestem em sua totalidade, com intensidade.

Heller (1989) traz contribuições importantes na caracterização do cotidiano, em sua relação com a historicidade, bem como com as múltiplas dimensões do humano em sua particularidade e genericidade.

Como destaca, “o indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos” (HELLER, 1989, p. 22). A particularidade está relacionada ao que é único em cada ser humano, já o genérico está contido em cada um como marca do gênero humano. Muitas ações, embora tendo motivações particulares, são marcas expressivas do gênero humano.

Estes movimentos populares representam uma emersão do cotidiano ao romperem “com a força inercial da vida cotidiana, com a cruel harmonia das hierarquias e valores estabelecidos, com a repetitividade” (MARQUES, 2006, p.173). E, nesta dinâmica de organização, de relação entre interesses individuais e coletivos, saberes são tecidos.

Assim, o aprendizado é um dos frutos mais visíveis dos movimentos. Um dos aspectos desse saber construído é a clara percepção da existência de metas mais subjetivas, articuladas à busca, mais imediata, de resultados palpáveis e materiais. E o saber é pontuado como uma das principais conquistas de autores e autoras sociais.

O movimentar-se decorre da síntese entre ações ou necessidades objetivas e desejos subjetivos, estes são os dois elementos propulsores da atividade humana. Em sua pedagogia do oprimido, Freire (2005) destaca a unidade dialética entre subjetividade e objetividade. A subjetividade - expressando o ser humano - existe em relação contínua com a objetividade - o mundo – esta permanente interação é o que possibilita a reflexão crítica e a inventividade humanas. Loureiro (2006) reafirma essa compreensão ao expressar que a realidade se define na dinâmica entre aspectos objetivos e subjetivos, para ele “a força educativa inovadora está na capacidade de trabalhar com a racionalidade e com as paixões, com a escolha e com a necessidade, com o fato objetivo e com as crenças, refletindo e agindo”. E esta constante interação se dá no contexto em que os seres humanos se encontram, produzem e reproduzem bens materiais, culturais e espirituais.

Significa racionalmente compreender que o singular ganha sentido em suas relações (totalizações) e que o todo é mais que a soma de singularidades, num movimento de mútua constituição que envolve não só o objetivo, o teórico, o coletivo, e o racional imediato, mas o subjetivo, o indivíduo, o espiritual e o intuitivo (LOUREIRO, 2006, p.127).

Estas são as condições para a formação de sujeitos sociais autônomos e conscientes de suas possibilidades históricas e para a superação da reprodução da opressão, através da falsa generosidade, que gera dependência contínua, subalternização e a hierarquização das relações entre os seres humanos, a produção do “ser menos” e negação da humanização defendida por Paulo Freire.

Conforme Loureiro (2006) o desafio, que está posto à educação ambiental, é a compreensão da diversidade de linguagens, da mediação entre o geral e o particular e de superação de uma linguagem excludente, muitas vezes adornada com uma *capa de cientificidade*, mas que, na verdade, é uma forma de reafirmar a distinção e hierarquização de certas ciências sobre outras e desvalorização do saber

popular. Nesse sentido, o diálogo, enquanto encontro dos sujeitos em sua realidade, torna-se um imperativo da educação ambiental crítica.

Ao defender o diálogo como a base do processo educativo, Loureiro (2006) se apóia em Freire (2005) e reafirma a necessidade de que a educação ambiental seja efetiva no contexto em que os sujeitos *vivem sua vida* em socialização com os outros e com o meio ambiente, destacando que o diálogo “se constrói não entre sujeitos abstratos, mas sim entre sujeitos concretos, situados socialmente, com nomes, histórias, vontades, paixões, sonhos, desejos, interesses e necessidades próprios”.

Tanto a educação ambiental crítica, como a educação popular, têm o cotidiano como base para a aprendizagem e elaboração de novos saberes, partindo sempre do reconhecimento e mapeamento do universo particular das comunidades, seus espaços de encontro e modos de vida, para posterior problematização com os sujeitos dos temas mais significativos e representativos dos grupos sociais existentes. Não se fica imerso nas particularidades, mas delas se vai delineando as mediações e as interligações com questões mais globais, macros. É a compreensão da complexidade que nos envolve enquanto seres sócio-históricos.

Desprezar a cotidianidade e o indivíduo faz com que queiramos, paradoxalmente, transformar o mundo sem mudar a nós mesmos, o que seria a suprema demonstração de vaidade ou a simplista crença de que as estruturas mudam mecanicamente os indivíduos (LOUREIRO, 2006, p.133).

Neste ponto, a perspectiva político-educacional de Paulo Freire amplia a dimensão da práxis cotidiana, através da qual a realidade é modificada ao passo que as pessoas também o são. Como Freire (2005), entendo que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”.

É compreendendo a educação ambiental enquanto práxis, não necessariamente ligada de processos formais de ensino, pois que acontece também nos encontros cotidianos, na vivência das lutas coletivas, que ganha sentido a pergunta sobre como são tecidos saberes ambientais em movimentos populares. É

sobre as respostas a esta questão que se voltará minha reflexão no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

OS SABERES TECIDOS EM GRUPOS POPULARES NOS ENTORNOS DAS LAGOAS ITAPERAOBA E PAPICU: SUAS MEDIAÇÕES

Neste capítulo, possibilitarei um diálogo com os (as) interlocutores (as) neste trabalho, na permanente referência à pergunta sobre quais as mediações para a tessitura de saberes populares e ambientais no movimento popular.

3.1 Os saberes e suas múltiplas mediações no universo humano

O saber se funda na práxis, que compreende, necessariamente, relação e interação do ser humano com a natureza, do ser humano com outros humanos, e do humano com ele mesmo. E, mais uma vez, destaco aqui a importância das relações na tessitura do conhecimento, que por ser significado a partir da experiência de autores e autoras sociais torna-se saber.

Para entender como se dá o conhecimento no seio dos diferenciados grupos sociais, será necessário entender como se estrutura o mundo humano-social desses grupos, na dupla dimensão do mundo, como construído pelo trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, como penetrado dos sentidos que as consciências refletem e intercomunicam (MARQUES, 2006, p. 126).

É nesta perspectiva que entendo o conhecimento como elaboração social, com base numa busca de apreensão da realidade, sendo também um produto histórico-social. Destaco que a realidade não se encerra no seu conhecimento, pois aquela é muito mais complexa do que se possa apreender.

Na discussão sobre o problema da fragmentação do conhecimento, Marques (2006) apresenta contribuições significativas, sobretudo no aspecto da reflexão filosófica sobre o saber e o espaço que ocupa na vida humana.

Por outra parte, fundamentalmente, o saber humano é um saber que evoca o sentido profundo da realidade e da caminhada humana em sua unidade e coerência solidárias, coladas à convivência, submersas no próprio real

vivido em comunhão. Ambas são formas de saber produzidas pelos homens em sociedade, que se produzem ao produzirem a realidade, nela incorporando-se para passarem a dela fazer parte (MARQUES, 2006, p. 18).

Assim, a realidade conhecida pelo humano não é algo separado dele, mas contempla as próprias significações humanas e esta mesma realidade é constituída na práxis em sociedade. Da realidade e do conhecimento participam seres inteiros, sínteses da interseção entre subjetividade e objetividade, em relação com os outros seres humanos, consigo mesmo e com a natureza. Concordo que “semelhante à alienação da subjetividade enclausurada em si mesma é a alienação da objetividade desamparada da presença ativa do sujeito humano” (MARQUES, 2006, p. 26).

É fundamental a recuperação da unidade do saber humano que possui potencialidades emancipatórias, sendo necessária a superação da separação “entre o saber da vida cotidiana e o saber erudito”. A relação subjetividade/objetividade aparece como mediação para a constituição do novo. “Ordenar o existente para inseri-lo num mundo de sentidos é condição necessária para projetar o novo no tempo outro da história” (MARQUES, 2006, p. 13).

E a noção de unidade aqui não se refere à homogeneidade, mas o próprio Marques (2006, p. 11) destaca que “não se trata de desconhecer as desigualdades dos saberes, mas importa vê-las como formas, como modalidades do conhecimento humano cuja unidade não conseguem romper criadas que são e mantidas sob a égide dele”.

É neste ponto que a categoria de totalidade é enriquecida na relação com a categoria de alteridade, explicitada na capacidade de perceber o todo sem empobrecê-lo com uma visão unitária, uniforme, mas como múltiplo, composto que é por elementos diversos entre si, mas em constante interação.

Na discussão sobre o saber dos grupos populares, Matos (1998) chama a atenção para que a ciência seja *humanizada*, evitando a opressão do *saber social* pelo *saber técnico*. É importante destacar que mesmo no interior do saber social há uma multiplicidade de saberes. O saber constituído pelos (as) autores (as) sociais deve também ser por estes (as) sistematizados, para dele fazerem uso. Entendo

isso como o processo de percepção de seus saberes experienciais em sua trajetória de significação.

É interessante nesta discussão o chamado à percepção de que o conhecimento não é algo dado, exterior à realidade humana, ao contrário, este é fruto das interações humanas no mundo.

Como força produtiva e como interação das consciências, o conhecimento só existe como conhecimento de sujeitos histórico-coletivos, formulado nas e pelas distintas formas de sociedade que o transmitem e transformam no seio das culturas e na dinâmica das gerações (MARQUES, 2006, p. 10).

Identifico-me, sobretudo, com a historicidade com que percebe o conhecimento, neste ponto aproximando-se de Freire (2005), ao afirmar que “o conhecimento só existe como conhecimento de sujeitos histórico-coletivos, formulado nas e pelas distintas formas de sociedade que o transmitem e transformam no seio das culturas e na dinâmica das gerações” (MARQUES, 2006, p. 10).

A realização do conhecimento é percebida em diversas mediações sociais, tais como: o trabalho, quando o ser humano manipula objetos com propósitos subjetivos; a linguagem, que corporifica a “realidade imediata do conhecimento”; o poder, que mantém correlações com o saber; a cultura, em sua proximidade com a tessitura e circulação do saber e como portadora “das interpretações que os sujeitos fazem de si próprios e de seu mundo”; - a vida do dia a dia, o lugar “da vida prática descontínua e intensamente vivida nos fragmentos do *aqui e agora*”. Em síntese, “os modos especificamente humanos de existir e atuar são todos lugares sociais em que se produz o conhecimento, modelados por específicas formas de conhecer” (MARQUES, 2006, p. 119).

Figueiredo (2007), no contexto da apresentação da dialogicidade freireana, faz uma reflexão distintiva entre informação, conhecimento e sabedoria. Em suas palavras: “estes conceitos carregam um conjunto de valores historicamente

construídos que os definem como diferentes entre si” (FIGUEIREDO, 2007)¹³, em particular, se considerarmos as referências de Paulo Freire para pensar estes elementos constituintes do ser humano em sua trajetória na direção do ser mais.

Em sua concepção, tendo em conta uma teoria de ação dialógica, a informação restringe-se ao “compartilhamento de informações, dados dos mais diversos, recortes, textos, imagens, sons, comunicados, livros, revistas”, isto é, o ato de disponibilizar “estes segmentos informacionais capazes de serem assimilados ou entendidos pelos interessados nestas questões” (FIGUEIREDO, 2007).

O conhecimento, por sua vez, implicaria em uma “ação intencional de assimilação de informações, devidamente entendidas e, portanto capazes de potencializar uma ação consciente” (FIGUEIREDO, 2007).

A sabedoria requer a “a transformação de um conhecimento em ação refletida, portanto implica na tomada de consciência por meio da práxis. Sabedoria se associa a saborear, incorporar, tornar definitivamente seu o conhecimento que tem disponível” (FIGUEIREDO, 2007).

Em pesquisa sobre as significações da água na cultura sertaneja, realizada em Irauçuba, Figueiredo (2003) tece o conceito de “conhecimento tatuado”. Este seria constituído por informações absorvidas acriticamente pelos (as) autores (as) sociais e não associadas ao campo de suas significações. “A sabedoria seria como que um conhecimento enraizado e incorporado pela experiência e a prática dos (as) autores (as) sociais¹⁴”.

Em síntese, “podemos entender como se a informação fosse algo do mundo das coisas desprovidas de sentido, enquanto o conhecimento se dá no mundo pensado e a sabedoria se processa no mundo vivido e experienciado, ou seja, ao sermos tocados no coração” (FIGUEIREDO, 2007).

¹³ Nota de aula do Prof. João Figueiredo para a disciplina Seminário Temático: Dialogicidade e Formação Humana em Paulo Freire – 2007.1, no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira - PPGEB da Universidade Federal do Ceará.

¹⁴ Op. cit.

Marques (2006), também elabora algo nos sentido da diferenciação entre informação e conhecimento, mas não diferencia este de sabedoria.

O que o homem guarda como conhecimento não são apenas informações amorfas e neutras, reduzidas a esquemas lógicos. O conhecimento implica também vida e experiência. As palavras em que se traduz, além de seu significado codificado, carregam também recordações e lembranças, afetos e emoções, a marca das situações em que foram geradas ou utilizadas (MARQUES, 2006, p. 145).

Em seu entendimento o ato de conhecer seria componente do “processo concreto de saber, onde se combinam o sentir/pensar/agir de sujeitos concretamente situados no tempo e no espaço e relacionados uns com os outros e com os objetos do seu mundo” (MARQUES, 2006, p. 155-156).

E é no cotidiano dos movimentos populares que busco aqui identificar as mediações pelas quais foram tecidos saberes ambientais em movimentos pela revitalização de lagoas, em Fortaleza. Antes, faz-se necessário explicitar algumas reflexões sobre esta forma específica de saber, o ambiental, e de lugar social, o cotidiano.

3.1.1 O Saber Ambiental

Acerca do saber ambiental, Leff (2007) identifica-o com um papel significativo no impulso a novas formas de reorganização dos movimentos sociais, como uma força motivadora da constituição de novas racionalidades e novos sentidos.

Destaca a percepção da crise ambiental como um despertar das forças sociais e o ambiente como um desencadeador de processos voltados ao fortalecimento da cidadania e para a crítica da racionalidade econômica e científica hegemônica.

O ambiente é aquela falta insaciável de conhecimento onde se aninha o desejo de saber que gera uma tendência interminável para a produção de conhecimentos, a fim de fundamentar uma nova racionalidade social sobre princípios de sustentabilidade, justiça e democracia (LEFF, 2007, p. 225).

Este autor reafirma o ambiente como categoria sociológica, que envolve uma racionalidade social, “configurada por comportamentos, valores e saberes, como também por novos potenciais produtivos” (LEFF, 2007, p. 224).

O saber ambiental é apresentado como elemento problematizador da fragmentação do conhecimento, da separação entre sociedade e natureza, do desenvolvimento econômico, para impulsionar a instauração de uma nova racionalidade, que perpassa o campo da construção do conhecimento e da instituição de valores éticos. A idéia de que o saber ambiental estimula as transformações na ciência e propicia a vitalidade dos movimentos sociais é bastante recorrente nas formulações de Leff (2007).

A constituição deste saber se dá por meio de processos políticos, culturais e sociais, voltando-se à construção de uma nova racionalidade social, contrária à lógica instrumental do capital, à ciência dogmática e à segmentação dos saberes.

A ausência de conhecimentos é vista como impulsionadora da emergência do saber ambiental, neste ponto, Leff (2007, p. 149) dá destaque à noção de incompletude em oposição à pretensão da ciência moderna de ter respostas para tudo, de formular verdades absolutas. Para ele o saber ambiental “emerge da falta insaciável de conhecimento que impele o saber para a busca de novos sentidos de civilização, novas compreensões teóricas e novas formas práticas de apropriação do mundo”.

O ponto relevante destas formulações é a compreensão do saber ambiental enquanto ponte entre diferentes saberes, condutor a um diálogo entre os conhecimentos mais abstratos acerca das questões ambientais e os saberes práticos, do cotidiano.

Outra contribuição deste autor é o destaque que faz aos conhecimentos locais, à cultura, aos sentidos atribuídos às práticas sociais como elementos constituintes do saber ambiental. “O saber ambiental é um saber enraizado na organização ecossistêmica da natureza, mas está sempre incorporado à subjetividade e à ordem da cultura” (LEFF, 2007, p. 192).

Considero que sua percepção do desejo (“desejo de vida”) como força motivadora, direcionando a percorrer caminhos em busca de superação da ordem vigente não dá conta de toda a complexidade da questão. Penso que são muito mais as contradições sociais que motivam o movimento, que um desejo que se assemelha muito a intencionalidades abstratas. Neste ponto, Leff (2007) parece se aproximar dos pressupostos da teoria do trabalho imaterial¹⁵, já que indica que seria este desejo de vida que guia a cidadania em seu movimento pela história.

Outro ponto que se apresenta problemático é quando Leff (2007, p. 122) afirma, assim como outros autores no âmbito do pensamento pós-moderno, a existência em um “mundo sem referentes teóricos nem apoios ideológicos para orientar uma práxis transformadora da realidade”. Vejo que temos referentes sim, que não são absolutos em si, mas se reconfiguram em cada contexto social com o movimento da realidade.

A tessitura deste saber ambiental requer a conexão entre saberes e ações coerentes com estes, ou em uma palavra, a efetivação de uma práxis pelos autores sociais. “*O mundo do aprendido não se conecta necessariamente ao mundo do fazer e do sensitivo [...] Para que isto ocorra devidamente, é preciso ancoragem e objetivação* (FIGUEIREDO, 2003, p. 527).

Esta relação entre o “mundo do aprendido” e o “mundo do fazer”, não que os percebamos como unidades separadas, é um aspecto relevante na tessitura de saberes.

3.1.2 Saber tecido na experiência

Entendo que os (as) autores (as) sociais transformam-se ao conhecer e mais ainda quando este conhecimento é significado em sua experiência imediata, propiciando reorientar ações, atitudes, falas e relações.

¹⁵ Lessa (2005) faz uma crítica aos pressupostos desta teoria no livro *Para além de Marx? Crítica da Teoria do Trabalho Imaterial*.

Identifico aspecto significativo da minha percepção da realidade quando Marques (2006, p. 33), tendo por referência Godelier (1984), afirma que

Não valem as idéias só pelo que são, mas pelo que fazem, ou pelo que fazem fazer na sociedade, sobre a sociedade ou sobre o mundo exterior. Por isso, toda análise que separe o conhecimento dos demais componentes da realidade social e daí deduza (idealismo) a realidade ou desta induza (materialismo) as idéias, é uma análise, por princípio, fadada ao impasse (MARQUES, 2006, p. 33).

É no cotidiano que se conectam o conhecimento abstrato com a vida prática, neste *universo primário da existência*, em que interagem os outros espaços sociais, constituindo-se no “mundo dos contatos pessoais e dos conhecimentos sem intermediações” (MARQUES, 2006, p. 146). É neste lugar social em que interagem o *saber-fazer, saber-dizer e saber-viver* dos (as) autores (as) sociais em relação.

É na cotidianidade que se dá o aprendizado dos conhecimentos e habilidades necessários à vida nela. É o espaço onde todos (as) estamos imersos (as), onde vivenciamos os ritos, incorporamos tradições e mitos da cultura e nos movemos na esfera social no ritmo da assimilação, repetitividade, analogia, mas nem por isto ela é lugar exclusivo da alienação. Nela, “cada indivíduo pode construir e conduzir sua vida no interior da cotidianidade, apropriando-se, a seu modo, da ordenação da realidade e impondo a ela as marcas de sua personalidade” (Marques, 2006, p. 169).

Uma característica fundamental do ser humano é a significação que dá às coisas, às relações, “o mundo do [ser humano] é um mundo de significados, em que o [ser humano] situa-se no espaço e no tempo interpretando seu situar-se” (MARQUES, 2006, p. 15). E é nesta significação que são produzidos os saberes, que deixam de ser meras informações transpostas mecanicamente para tornar-se constituinte do ser das pessoas, uma sabedoria corporificada.

Mas esta significação não se dá de forma mecânica, dá-se na interação, na “atividade humana, ou práxis pela qual o [ser humano] cria e compreende a si mesmo e o mundo”, guiada pelas relações entre as limitações e as possibilidades.

E como se dá esse saber no cotidiano dos grupos populares Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba e Associação Nossa Senhora Aparecida? Em que mediações da realidade a constituição de saberes ambientais se evidencia? Qual sua relação com as dimensões estratégicas dessas formas organizativas? Que tipo de saber ambiental essas dimensões possibilitam a estes (as) autores (as) sociais em seu cotidiano?

3.2 Mediações de saberes ambientais no Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba e na Associação Nossa Senhora Aparecida

Inicialmente, faz-se necessário uma clarificação sobre o uso do termo mediação desde o delineamento de suas problematizações fundamentais. Até porque, no percurso de diálogo com outras pessoas sobre minhas questões de investigação, repetiu-se um momento de incompreensão do meu interesse de pesquisa, que eu percebi ser devido a um distanciamento da noção de mediação.

As mediações são os “elementos” da realidade social que possibilitam aos (às) autores (as) tecerem saberes ambientais na sua cotidianidade. No contexto do método dialético, esta é uma das categorias fundamentais no movimento de reflexão sobre a realidade, contemplando uma dimensão ontológica, que existe independente do sujeito, e reflexiva, pois possibilita uma reconstrução intelectual do movimento do real (PONTES, 2000, p. 41).

A categoria mediação expressa as relações, conexões estabelecidas entre os fenômenos na sua constituição, bem como entre o sujeito pesquisador/indagador da realidade e a própria realidade. Expressa, ainda, as possibilidades de relações que poderão se constituir no movimento sócio – histórico das objetivações humanas. Apreender, através da pesquisa, as mediações é fundamental para projetar e objetivar ações transformadoras. Podemos entender que a própria pesquisa científica, enquanto uma expressão do trabalho humano, é mediação que se objetiva entre o ser humano, a natureza e a sociedade (BOURGUIGNON, 2005, p. 10).

Assim, restringindo à proposta desta pesquisa, as mediações do saber ambiental em movimentos populares expressam as múltiplas relações constituintes de suas dinâmicas e suas formas de ser.

Nesta pesquisa, identifiquei no cotidiano dos movimentos três categorias fundamentais de mediações de saberes ambientais, que expressam que a tessitura do saber se dá:

1. Na relação com: as pessoas da comunidade, o lugar/lagoa; outros grupos; o poder público.
2. No movimento por meio das demandas formuladas, ações desenvolvidas, das responsabilidades assumidas, momentos de desistência/resistência, do grupo.
3. Na formação, expressa em referenciais científicos e em referenciais religiosos.

A seguir retrato cada uma dessas mediações e suas sub-categorias explicativas, que emergiram das falas dos (as) interlocutores (as).

3.2.1 Saber tecido na relação

A compreensão de relação de que lanço mão, aqui, é aquela contemplada por Freire (2005) ao definir que o diálogo exige: um profundo amor ao mundo e aos seres humanos; humildade; fé nos seres humanos, confiança, esperança e pensar crítico. Todas são opções que exigem a compreensão da complexidade relacional da realidade e, inseridas nesta, as possibilidades de superação daquilo que nega as condições ontológicas do ser humano com seus saberes particulares e universais.

Sua própria definição de diálogo como o *encontro de seres humanos mediatizados pelo mundo*, já expressa um contexto relacional que possibilita este encontro, bem como esta mediação.

É neste sentido, que a PER é uma proposta interessante ao destacar as relações como constituintes de diferentes contextos sociais, educativos, culturais, psíquicos. Saberes são efetivamente compartilhados, assim propiciando também

condições de elaboração de novos saberes. “Em outras palavras, a práxis educativa tem nos mostrado que somente podemos compartilhar saberes através de pontes edificadas por relações significativas” (FIGUEIREDO, 2004, p. 1).

A relação, o encontro é condição fundamental para que os aprendizados tornem-se significativos. “Só à medida que está na realidade, participando da aventura de ser no mundo em relação com os seus outros, o homem desenvolve sua capacidade de pensar, isto é, de perceber-se no mundo e perceber os outros seres como separados e diferentes” (MARQUES, 2006, p. 17).

O que percebo aqui é que “não há um saber independente das relações sociais em determinado quadro institucional e determinada tradição cultural, onde se dão as interações simbolicamente mediadas” (MARQUES, 2006, p.144).

As relações são mediações indissociáveis da vida humana. No cotidiano, elas se estabelecem imersas na espontaneidade e na diversidade de contatos. No contexto dos movimentos com os quais dialogo, identifico as relações com as demais pessoas da comunidade, com o lugar/lagoa, com outros grupos e com o poder público como propiciadoras de um saber popular articulado a um saber ambiental. Analisarei, a seguir, cada uma dessas relações.

3.2.1.1 Saber tecido na relação com as demais pessoas da comunidade

Embora dada associação ou grupo esteja situado no espaço social da comunidade, estabelece-se uma relação diferenciadora entre os membros do grupo comunitário e a totalidade da comunidade, por estes ocuparem um lugar de destaque ou de referência em seu interior. Inclusive pela cultura da representatividade, o grupo que desperte para a problematização de suas situações-limite assume, intencionalmente ou não, uma função que parece o destacar do restante da população.

E é em decorrência disto que foi possível encontrar, a partir da interação com colaboradores (as) desta pesquisa, elementos que dão uma noção do todo dessa relação de um grupo da comunidade com as demais pessoas do lugar, são eles: aproximação/distanciamento, confiança/desconfiança, cooperação/cobrança, mobilização/desmobilização.

A respeito da dinâmica de aproximação/distanciamento na relação dos grupos colaboradores nessa pesquisa com as demais pessoas do lugar, verifico que há uma diferenciação entre o grupo Nossa Senhora Aparecida e o Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, pois este toma por referência comunitária o bairro Serrinha, de forma mais ampla, e a comunidade Garibaldi, mais especificamente, como lugar onde estabelecem uma relação mais direta pela proximidade com a lagoa. Já o grupo Nossa Senhora Aparecida se volta a uma comunidade específica no espaço do bairro Papicu.

Outro aspecto relevante é que no grupo de Itaperaoba os (as) participantes não residem precisamente no interior da comunidade Garibaldi e não participam das mesmas condições de moradia, por exemplo, das pessoas de lá. Enquanto que no grupo do Papicu, suas participantes residem no interior da comunidade, também vivenciando as condições precarizadas de moradia. Este detalhe toma relevância na medida em que propicia maior presença dos membros do movimento no cotidiano das demais pessoas.

Mesmo com estas diferenciações, há nos dois grupos o relato de uma dinâmica de aproximação/distanciamento na relação com as demais pessoas da comunidade, seja por incompreensão dos objetivos do grupo ou por resistência de pessoas específicas.

Há um distanciamento, tem certa revolta com algumas pessoas. Por que eu digo isso? Porque os habitantes aqui, principalmente da Garibaldi, estão muito ansiosos por este lugar, por esta comunidade [...], eles já são um grupo que tem laços muito estreitos entre eles. Então falar em urbanização da lagoa, falar no entorno da lagoa, significa retirada de pessoas. E é isso que elas não querem. Elas não compreendem que a intenção do movimento é ajudá-las pra que elas tenham uma moradia em condições melhores, que elas morem em um bairro onde tenha uma lagoa, onde não esteja aí o esgoto a céu aberto. Então como elas não compreendem isso é que elas

querem viver aí, por isso que não olham o movimento com bons olhos [sic] (CLAUDINA, MPLI, 31/03/2008)¹⁶.

Nesta fala, evidenciam-se diferentes aspectos, como o vínculo existente das pessoas com o lugar e certa desconfiança sobre a possibilidade de serem retirados de lá depois que a área for urbanizada.

Porque aqui na Nossa Senhora Aparecida, se você for fazer uma entrevista com qualquer uma pessoa de fora, ele diz que aqui não tem comunidade, porque eles não reconhecem a luta, eles não reconhecem a comunidade, a comunidade pra eles é quatro paredes e não as pessoas. Aí a gente tenta passar pra eles que a comunidade somos nós, que a gente tem que se unir (TOINHA, NSA, 24/04/2008gf).

Os dois grupos estão sempre empenhados nesta aproximação, ao se preocuparem em pensar formas de mobilização, ao proporem atividades e ao repassarem informações. Há uma constante auto-avaliação sobre esta relação por parte de membros dos grupos.

Uma questão recorrente, interpretada das falas sobre esta relação com as demais pessoas da comunidade, é sobre como estar junto realmente, interagir com as pessoas de tal forma que se supere este estranhamento.

Outro elemento percebido é a variação entre confiança e desconfiança, de demais moradores (as) da comunidade com os movimentos, possibilitando o diálogo ou restringindo-o.

Pelo que eu tenho conhecimento de alguns moradores que são mais próximos, eles ainda ignoram [criticam]. E muitos não se envolvem e ignoram por não acreditar mais, devido de tanta decepção que já tiveram, tanta promessa, demora muito a acontecer, não anda, são longas datas que vão se passando e não acreditam mais, não tão acreditando mais em nada (ELOI, MPLI, 04/04/2008).

A desconfiança se dá tanto no sentido de não acreditar que aquilo que o movimento tanto defende, acontecerá, como também nas reais intenções e na ética das pessoas que fazem o movimento. “Porque dizem que a gente rouba, vem coisa

¹⁶ A partir daqui usarei a seguinte seqüência para fazer a referência das falas dos (as) interlocutores (as): para as falas decorrentes de entrevistas – (NOME, GRUPO, DATA); para as falas do grupo focal – (NOME, GRUPO, DATAgf).

pra comunidade e a gente rouba, é aquela coisa toda. E não é verdade. Então assim, a minha consciência tá tranqüila, eu vou levando assim” (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Acerca da dinâmica entre cobrança e cooperação nessa relação dos movimentos com as demais pessoas da comunidade, há uma cobrança vinculada também àquela relação de estranhamento. Influenciadas pela cultura da representatividade, os moradores lançam sobre o movimento a responsabilidade pelo alcance de determinada demanda.

Às vezes, as pessoas cobram muito da gente, porque a gente sempre tá lá, coloca a cara à frente. Então as pessoas questionam muito a gente, sobretudo o Ademar que é o mais próximo, ele leva muita pancada, vamos dizer assim, das pessoas verem a gente como se dependesse da gente. Que a gente não faz porque a gente não quer, como tem muita gente que fala (IRAN, MPLI, 19/04/2008).

No caso do MPLI, além da cobrança das pessoas que residem na Comunidade Garibaldi, há também a das pessoas que vivem em melhores condições de renda, do outro lado da lagoa. Então o Movimento tem que atender a diferentes visões.

Ao mesmo tempo, que a comunidade cobra, o movimento se ressentido por não ter maior cooperação das pessoas de lá. “Muitos cobram muito, mas não participam de nada e não acreditam no grupo” (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Por sentirem-se cobrados, os movimentos obrigam-se à responsabilidade de apresentar respostas, de mostrar que estão se empenhando em lutas que são para o benefício da comunidade. “Despertar os moradores, mostrar que existe alguém trabalhando para a melhoria do seu espaço e mudar as condições de vida” (ELOI, MPLI, 04/04/2008).

E também, fazer com que essas famílias que não moram, esse pessoal aí não tem casa, não é casa de morar, nessa favela o povo realmente mora em casas que não são dignas da pessoa humana, então a nossa luta também tem que ser nesse sentido, de que haja realmente a transferência dessas famílias pra uma área melhor (CLAUDINA, MPLI, 31/03/2008).

Acerca do aspecto da mobilização/desmobilização nessa relação entre movimento e comunidade, percebi que a ausência de envolvimento efetivo de um número mais significativo de pessoas da comunidade é uma das preocupações e parece denotar uma fragilidade do movimento. Esta percepção propicia a busca de formas de mobilizar as demais pessoas no sentido de fortalecer a luta.

A dificuldade é naquele ponto, a gente não tem muito apoio das pessoas, de você botar o pé no chão e você ir atrás de uma coisa, como por exemplo, aqui nós estamos necessitando de uma creche há muito tempo e a gente nunca conseguiu. Por quê? A gente chama as pessoas pra ir, aí não vão, esse ano ainda vou tentar ver se eu levo pra ver se a gente consegue (TOINHA, NSA, 07/04/2008).

E frente à percepção de que o interesse imediato é o que atrai, algumas pessoas pensam em estratégias deste tipo.

Porque todo mundo aqui sabe que toda quarta-feira tem reunião, só que a maioria ali que vem é quem já tá dentro do movimento, mas aí a gente sempre traz alguém, uma amiga, sabe... ainda não é aquela coisa assim bem unida, do jeito que a gente queria. É, coisa complicada! É, *vou pra lá fazer o quê? Vou ficar lá ouvindo o quê? Eu não vou perder minha novela pra eu ir* (EDILEUZA, NSA, 05/04/2008).

Por outro lado, reconhecem que a dificuldade em mobilizar mais pessoas não é uma dificuldade de sua luta específica, vêm como fenômeno enfrentado em outras comunidades também. Identificam como dificuldade, na aproximação de mais pessoas da comunidade ao movimento, a cultura assistencialista que se desenvolveu no meio popular. Então, como o movimento não oferece nada de imediato, as pessoas não se empenham em participar de forma mais continuada.

A quantidade reduzida de pessoas no cotidiano dos movimentos é uma das principais dificuldades do movimento de bairros. A ampliação do número de participantes só acontece quando esta participação está associada a um ganho imediato ou em momentos de manifestação por uma causa específica e, por isso, têm uma temporalidade restrita.

Como acontece no Papicu. Agora em decorrência do início das obras de projeto que contempla construção de unidades habitacionais, há uma maior presença de outras pessoas da comunidade no movimento. “Agora ultimamente aqui

a única coisa que chama mesmo todo mundo, é se você disser que a reunião é sobre as casas. Aí todo mundo tem interesse, porque quer dizer, também é um interesse único, é um interesse que envolve todos” (EDILEUZA, NSA, 05/04/2008). Participações que só se vinculam a este fim, fragilizam o movimento, pois, passada a fase do projeto, as entidades e grupos voltam a esvaziar-se. Mas é um potencial que pode ser aproveitado para gerar discussões mais politizadoras.

3.2.1.2 Saber tecido na relação com o lugar/lagoa

Neste tópico contemplo a relação com o lugar de forma mais ampla, mas com destaque para a significação que a lagoa ganhou para os (as) interlocutores (as). E disto decorre a sua configuração enquanto demanda do movimento, mesmo não se tratando de um bem de primeira necessidade.

Percebe-se que o espaço significado afetivamente pelas pessoas, que o vivenciaram em diferentes momentos, onde moram, onde experimentam sua cotidianidade e estabelecem relações, torna-se lugar. É valorizado pelos (as) autores (as) e constitui-se em mediações para a tessitura de saberes ambientais.

Tuan (1983, p. 6), realiza uma discussão interessante sobre as diferenciações entre espaço e lugar, enfatizando como as vivências e significações, em dado espaço, transforma-o em uma espacialidade diferenciada. “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. É nesta perspectiva de relação significativa que usamos aqui o termo lugar.

Nesta mediação, a dimensão da afetividade tece as relações significativas no lugar. Bernard (2004, p. 89) reconhece “não apenas a existência de laços afetivos com lugares, mas também a importância que isso pode ter na qualificação da nossa existência, de maneira positiva ou negativa”.

O sentimento que possuímos em relação a alguns lugares e às comunidades que os lugares ajudam a definir e que são, por sua vez,

definidos por elas [...] certamente contribui, forte e positivamente, para definir nossa identidade, dar sentido à nossa vida, enriquecê-la com valores, metas e significado (BERNARD, 2004, p. 90).

Nos conteúdos das entrevistas, em apenas três interlocutores (as) não aparece esta significação mais profunda do lugar, coincide com o fato de se tratar de pessoas que não vivenciaram de forma mais intensa o cotidiano da comunidade, pois não residem na área, participam das lutas comunitárias, mas não vivenciaram o bairro ou a comunidade como os (as) demais. Contudo, em relação à lagoa nove expressaram, em alguma fala, como se dá sua relação com este manancial, talvez por ser o foco dos movimentos, um dos elementos de destaque na sua luta. Apenas um não destacou maior relevância da lagoa para seu envolvimento na luta, parecendo uma militância descolada. No grupo focal, duas não enfatizaram esta mediação do apego ao lugar e à lagoa como propiciadora de aprendizados ambientais.

Bernard (2004) cita três processos diferenciados que podem resultar em um sentimento de apego. Um deles é aquele em que se vivenciou um longo período de *residência ou familiaridade com o lugar*, isto suscita um sentimento de segurança e bem-estar. Os outros dois processos são aquele que decorre da avaliação positiva da qualidade do local e o que deriva do significado que o lugar tem para a identidade da pessoa.

Nas falas dos (as) interlocutores (as), esta relação com o lugar enquanto mediação do saber ambiental aparece em diferentes aspectos: histórico de interação com o lugar, apego ao lugar por este satisfazer a necessidades, significado do lugar e simbologias que este passa a expressar, situações-limite lá vivenciadas e pela expressão de contradições. Expressarei cada um destes aspectos a seguir.

Em relação ao histórico de interação, vejo que o fato de ter conhecido e vivenciado o lugar em épocas anteriores, quando a lagoa era ainda preservada e aberta à comunidade, por exemplo, possibilita uma relação diferenciada com o lugar, com base no afeto. “A gente tá defendendo a nossa história também, nós que já nascemos e já ficamos algum tempo ali naquela comunidade, defender a nossa marca, a nossa referência, que fala também um pouco de nós” (IRAN, MPLI, 24/04).

Como Edileuza destaca (NSA, 05/04/2008), “é ruim, você crescer num lugar, você ser criança e você crescer num lugar assim vendo uma coisa ali de um jeito e depois você vê que não é mais daquele jeito, entendeu?”.

As lembranças de como era o lugar em tempos anteriores, de como havia mais espaço para as atividades de lazer, dos campos de futebol, das lagoas, contrastam com a paisagem urbana de hoje.

Há uns quatro, cinco anos atrás, a gente visitou os mananciais da lagoa, a gente ainda conseguiu ver quatro mananciais, inclusive um deles era dentro da mata fechada que a gente via só um reflexo, era tão escuro que a gente via alguns reflexos do sol entre as árvores, ainda tinha um pouco de mata virgem. A gente lembra dessa beleza e hoje não consegue visualizar, visivelmente, não tem mais nenhum manancial da lagoa, tá tudo com casa em cima (ROSA, NSA, 24/04/2008gf).

O tempo de moradia no lugar, o fato de ter vivenciado a infância e juventude, de integrar-se na vida social gera um sentimento de apego que transcende o período vivido e fica registrado na memória. As Interações no lugar, as brincadeiras e atividades comunitárias, mesmo ainda não revestidas de militância e sem finalidades políticas conscientemente delineadas, possibilita a emergência dessas práticas.

Quando eu era criança era uma relação, até a adolescência era uma relação muito próxima porque eu participava dos movimentos de igreja, das quadrilhas, daquelas coisas todas relacionadas à cultura que era um bairro muito, de poucas pessoas, não era um bairro tão populoso, então todo mundo se conhecia, todo mundo participava das mesmas coisas (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

E esta participação na vida social do lugar gera uma identidade inclusive com o nome, como, no bairro Serrinha, um dos interlocutores disse ter um período em que quiseram nomeá-lo de Planalto Aeroporto e a comunidade defendeu que permanecesse o nome original.

A lagoa aparece como um elemento de destaque no lugar, nas lembranças de quando se tinha livre acesso a ela, quando suas águas eram limpas, das atividades que se desenvolviam lá.

E ainda bem jovem, cheguei aqui no bairro Serrinha, morando próximo a outra lagoa, a lagoa de Itaperaoba. E passei parte da minha adolescência, da juventude no bairro Serrinha, a gente recorda assim, embora não fosse urbanizada, mas a lagoa de Itaperaoba era praticamente o nosso único

espaço de lazer que existia no bairro, um local muito agradável, muito bonito, já sofria assim algumas agressões, as pessoas lavavam animais, carros, mas não dá pra se comparar com as agressões que a lagoa sofre hoje (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008).

Reconhecem a importância ao mesmo tempo em que entendem que, enquanto comunidade, deveriam ter um cuidado maior com a lagoa.

Eles vêem a lagoa, como alguns já tiveram o privilégio de usar ela como lazer, outras não, outras já chegaram após já tá as casas e tá também coberta, porque ela passou vários anos coberta de aguapés. Então é muito assim essa importância da lagoa, acredito que todos têm essa preocupação com a lagoa, mas acaba, eu não sei se por motivo de não ter outra opção, que algumas delas moram às margens da lagoa, colocam os dejetos (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Essa fala evidencia um aspecto importante da dissociação entre um aparente reconhecimento da importância da lagoa e as atitudes tomadas em relação a ela, isto associado à ausência de infra-estrutura que atenda as necessidades básicas dos (as) moradores (as) de seu entorno. Esse é um dos aspectos, mas como já sinalizei em outro momento, para a práxis ambiental é necessário muito mais que a estrutura, percebo que exige algo mais de envolvimento das pessoas, que pode ser entendido como efetiva significação afetiva do lugar.

O apego pode resultar também do reconhecimento por parte da pessoa de que dado lugar propicia o atendimento de suas necessidades, gera comodidade. Neste caso, “o apego deriva de uma avaliação positiva da qualidade do local, ante as necessidades do indivíduo (até que ponto o ambiente possibilita que certas funções sejam realizadas)” (BERNARD, 2004, p. 94). Aqui a base é mais cognitiva do que afetiva.

As falas expressam esse reconhecimento da funcionalidade do lugar, principalmente por estar próximo de equipamentos importantes. “O povo diz que aqui num presta, num sei o quê, que aqui é ruim, mas aqui é muito é bom. Perto de hospital, perto de supermercado, perto de tudo. Eu acho bom demais aqui. Taí, quero ficar é aqui mesmo” (PRAZERES, NSA, 05/04/2008).

Assim como destacam a satisfação com o lugar de forma mais ampla, enfatizam também o potencial da lagoa em atender a necessidades da comunidade, sendo um dos aspectos do apego.

Porque meu maior sonho é ver a lagoa uma área de lazer pras crianças porque tem muita criança aqui, eu quero que a lagoa seja limpa, que ela tenha qualidade da água, que a pessoa possa tomar banho, pode curtir o seu final de semana, porque a lagoa é água doce, e, além do mais, ela tem muito peixe que é onde a comunidade mesmo pode se alimentar do peixe, contanto que a água seja limpa. É uma boa pra eles, pras pessoas que necessitam mais, lá ao redor da lagoa muita gente necessita mesmo (TOINHA, NSA, 07/04/2008).

A percepção sobre a lagoa está associada ao desejo de ter um espaço de lazer que propicie qualidade de vida ao lugar, pelo desenvolvimento de ações que gerem trabalho e renda, de cultura, de atividades turísticas, bem como expressam valores mais amplos associados a estes, tais como vida e beleza.

A gente vê que essas lagoas são potenciais de atividades culturais, de atividades até financeiras, gerando emprego e renda. Seria como a gente unir o certo ao agradável, a gente lutar pela preservação da nossa lagoa, transformando ela num local de paz, onde a gente possa contemplar a sua beleza que infelizmente hoje está sendo devastada, tendo sempre essa perspectiva, eu pretendo trabalhar pra fortalecer e engrandecer o movimento e que o bairro Serrinha desperte cada vez mais para salvar o seu último manancial (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008).

Nessa fala, destaca-se uma percepção importante sobre o ambiente: a de que o limite para a utilidade é o da preservação da lagoa, assim só faz sentido nesta convivência com ela o desenvolvimento de ações que não interfiram em suas condições de vitalidade. De forma geral, esta é uma das dimensões da noção de sustentabilidade.

Outro aspecto do apego ao lugar decorre do significado que este tem para a identidade da pessoa. Nesta pesquisa, a lagoa aparece articulada a significações pessoais, relações familiares, que possibilitam a atribuição de um sentimento especial.

Bernard (2004, p.94), destaca que “enquanto os outros dois processos operam principalmente com referência a locais que são importantes na vida cotidiana, o apego simbólico também pode estar associado a locais que têm apenas valor simbólico, que carregam a identidade do grupo, etc.”.

Para uma de minhas interlocutoras, defender a vida da lagoa representa, em certa perspectiva, uma valorização da memória que pessoas queridas têm de outra lagoa, que já foi aterrada.

O aterramento da lagoa da minha avó, que é chamada Lagoa da Rosinha, em frente ao Aeroporto, foi com grande tristeza que eu vi. Era assim um sonho da minha mãe que aquela área fosse preservada [...] E o sonho da minha mãe não podia se concretizar na Lagoa da Rosinha, porque já estava aterrada e lá também era particular, mas eu vi aqui na Lagoa de Itaperaoba uma perspectiva de salvar esse manancial porque é uma área pequena, muito bonita e que a gente via que se houvesse uma intervenção do poder público, era possível pra cidade de Fortaleza um pulmão de respiração, de águas, de árvores, de lagoa pra comunidade, não só pra comunidade do bairro da Serrinha, mas também pra toda Fortaleza (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

Existe também o sentimento de perda de um bem da comunidade para o interesse privado. No caso da lagoa de Itaperaoba, o muro representa uma violência aos (às) moradores (as), uma agressão à lagoa por impossibilitar que sua existência seja publicizada, seja do conhecimento de quem passa pela Avenida Dedé Brasil. “A gente vê com muita tristeza aquele muro barrando a vista que a lagoa poderia dar pra população, uma área muito bonita, não é tão grande e embelezaria a cidade (INÊS, MPLI, 09/04/2008). É destacado ainda o significado estético da lagoa e de sua área de entorno.

Assim, há o reconhecimento da lagoa como um marco para o lugar, mesmo ainda não valorizado por todos os (as) moradores (as). “Embora não seja defendida, não seja amada, assim cultuada por boa parte da população, mas é um marco significativo uma lagoa numa comunidade, um rio... (IRAN, MPLI, 24/04/2008gf). Esta fala expressa também certa associação entre a afetividade e o cuidar do ambiente.

Essa relação com o lugar contempla também a vivência de momentos tristes, tragédias, agressões, negatividades, que também se integram na tessitura de saberes. Que caracterizo como “situações-limite” (Freire, 2005), com potencial de gerar mobilizações e, também, derivam em afetos.

Um momento crítico do MPLI, nessa relação com a lagoa de Itaperaoba, foi quando o jovem Alessandro, morador da comunidade, morreu eletrocutado em cerca

elétrica posta para impedir o acesso de moradores à lagoa. Foi em decorrência deste fato, que a mobilização pela desprivatização e revitalização da lagoa se fortaleceu e passou a ter uma organização maior, originando o MPLI, como já mencionamos no capítulo anterior.

De repente a lagoa ficou fechada, toda murada e os habitantes mais jovens do bairro não tinham conhecimento de que ali existia uma lagoa, mas os moradores mais antigos já tinham aquela vontade de ter de volta aquele espaço de lazer, já tinha esse sentimento, então somando aí com o acidente/crime com o jovem Alessandro, aí se criou na comunidade um sentimento maior para que, principalmente, a comunidade tivesse de volta o seu manancial (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008).

Outra dimensão dessa situação-limite na convivência com as lagoas é na diferença do sentimento em relação à lagoa em decorrência de sofrer ou não as conseqüências de morar em suas margens.

Quando ela era limpa todo mundo lavava roupa lá, as crianças tomavam banho e tudo mais, até os adultos também, tinha gente que pescava, era linda, mas depois que ela ficou suja e tudo mais, eu não tenho o que reclamar dela não, agora tem uns por ali que é muito prejudicado por ela, quando é tempo de chuva. Ah, quem mora muito próximo, quando ela enche mesmo, que tem muita chuva, aí alaga as casas, quando lembra a água dentro de casa [sic] (EDILEUZA, NSA, 05/04/2008).

Viver no espaço de lagoa pode ser um fator de valorização das condições de moradia, uma vantagem aos (às) moradores (as), se respeitado devidamente sua espacialidade. Por outro lado, pode representar também uma dificuldade quando há uma relação de desrespeito aos limites. As participantes da Associação Nossa Senhora Aparecida, compreendem que o projeto de urbanização, através da requalificação dos espaços, possibilitará uma convivência com a lagoa que enriquecerá sua condição de moradia. Assim, a lagoa muda de posição, deixa de ser sinal de área de risco, para ser referência de nobreza, embelezamento da cidade. Pode-se observar isto nesta fala de Rosa (NSA, 24/04/2008gf): “se Deus quiser vai ficar de frente pra lagoa”. Também atentei para este destaque durante a visita à lagoa.

A relação com o espaço de lagoa no cotidiano propicia o despertar para as questões referentes ao destino dos resíduos sólidos, aos locais adequados para uma moradia digna, à importância da água e do respeito aos espaços públicos.

O lugar lagoa propiciou, ainda, a explicitação de contradições sociais incorporadas na relação com o ambiente. Sinalizam a percepção de que as justificativas à degradação do meio são diferenciadas conforme condição de acesso à riqueza.

A gente tá colocando muito esta questão dos pobres, mas foi detectado que as mansões também estão colocando dejetos para a lagoa, no esgoto, nas águas pluviais tá tendo buraco nos canos, então que tá sendo visto em cada cano, cada boca de lobo que cai na lagoa. Das águas pluviais e das mansões também estão vindo, não é só dos pobres (ROSA, NSA, 24/04/2008gf).

No entorno da lagoa do Papicu é nítida a disputa que se estabelece pelo espaço urbano, os grupos populares ficam sempre no alvo daqueles (as) que querem retirar as marcas da pobreza que enfeiam o cenário urbano. E isto gera querelas, junto aos órgãos governamentais, em reuniões. A ênfase recai sobre as pessoas pobres que ocuparam a área de duna, mas na mesma duna, pelo outro lado, foram erguidas garbosas mansões. E os (as) participantes dos grupos populares percebem essa diferenciação.

3.2.1.3 Saber tecido na relação com outros grupos e instituições

A constituição do saber pode decorrer tanto de vivências próprias de cada movimento específico como da troca entre diferentes movimentos, absorvendo caminhos e formas de fazer, que foram desvendados através da práxis de outros, mas que podem contribuir com o fortalecimento de lutas ainda residuais. Esse fato revela um aspecto interessante da elaboração de saberes no movimento popular, destacado por Matos (1998), quando afirma que “a experiência acumulada possibilita a construção de saberes, que poderão ser aproveitados pelo próprio

grupo [...] ou por outras pessoas”. Logo, os saberes são socializados e redefinidos a partir da experiência em cada luta.

Nesta pesquisa, verifico que as relações estabelecidas pelos grupos populares com outros movimentos e com instituições diversas, como ONGs, também entram nessa tessitura de saberes. Aqui, tem destaque o contato com grupos e pessoas vinculadas ao movimento ambientalista e com instituições que influenciam o movimento.

A respeito da articulação com grupos ambientalistas de Fortaleza, o MPLI participa de uma rede de relações com outros grupos e instituições de forma mais intensa que o grupo Nossa Senhora Aparecida. No Papicu, este contato se restringe a encontros com pessoas destes movimentos em outros espaços de participação.

Pela observação, percebi que a articulação com outros movimentos da cidade é uma dimensão ainda não desenvolvida no grupo NSA, inclusive pelo seu caráter mais restrito à atuação no interior de sua comunidade de referência e pelo despertar, mais recente, para questões de amplitude maior, como as problemáticas ambientais da cidade. Já no MPLI estas relações são bem mais claras e perceptíveis em seu cotidiano.

Sobre o contato com grupos ambientalistas, Toinha (NSA, 07/04/2008) afirmou: “não, nós ainda não temos, a gente tá, inclusive no Orçamento Participativo tem um rapaz que é ambientalista, só que a gente não teve contato com ele ainda”.

Membros do MPLI participam constantemente de mobilizações e manifestações do movimento ambientalista em diferentes lugares da cidade: no ato “águas de março”, neste ano, quando grupos ambientalistas se posicionaram contra a política ambiental da SEMAM; na Jornada das Áreas Verdes, visitas exploratórias a áreas verdes da cidade, em setembro de 2007, que resultou em uma audiência pública sobre o tema, dezembro de 2007; manifestações realizadas durante a reunião do CONAMA, em maio de 2008, e diversas audiências públicas motivadas pelos movimentos ambientalistas, para discutir a questão da água, questão das termelétricas, dentre outras. E é perceptível o saber que esta interação propiciou.

A articulação com grupos ambientalistas de Fortaleza foi uma forma de buscar fortalecimento e apoio. Esta aproximação não acontece igualmente por todos os membros do movimento. O Ademar, reconhecido como coordenador do MPLI, em vários momentos já se denominou ambientalista, outros participantes fazem a reflexão da importância, mas não constituíram uma identidade ambientalista, como expressa a fala seguinte.

Eu acho muito positivo pro movimento. Eu não tive ainda oportunidade de ir e nem me julgo ainda uma ambientalista porque só participo mais focada aqui na questão da lagoa, apesar de eu já ter dito que desperta isso, desperta a gente pra uma sensibilização maior em torno da própria cidade, além da comunidade que a gente reside, do mundo como um todo, do planeta. Mas acho muito positivo assim, quando tiver oportunidade, eu gostaria de me dizer uma ambientalista também, mas ainda hoje não ousa dizer que só com a minha participação assim pequena, a colaboração que eu dou ao Pró-parque, não diria assim uma ambientalista... e acho que é muito saudável, muito importante pro movimento tá divulgando outros pólos, outras frentes de luta sobre o meio ambiente (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

No geral, os (as) interlocutores (as) reconhecem o enriquecimento que esta aproximação com o movimento ambientalista trouxe para o grupo, no nível das reflexões, de uma leitura mais ampla da cidade e do planeta, bem como na ampliação da visibilidade do movimento na cidade.

E esse contato se efetiva também nos espaços de participação coordenados pelo poder público, como nas conferências municipal e estadual do meio ambiente, onde o movimento esteve presente, apresentando delegados em articulação com demais grupos ambientalistas. E a perspectiva é de que esta relação se enriqueça ainda mais, identificada tanto nas falas de interlocutores (as) como nas minhas observações. “Inclusive, esses encontros que a gente teve, nas conferências do meio ambiente da prefeitura, que existia uma intenção da gente tá mais unido, fazendo trabalhos conjuntos, eu acredito que com o tempo vai se afunilando mais” (IRAN, MPLI, 19/04/2008).

A própria definição da denominação pró-parque está relacionada a esta aproximação, desde o início do movimento, com outros grupos no sentido de ganhar apoio à luta, pois decorreu do contato com o Proparque Rio Branco¹⁷.

¹⁷ O Movimento Proparque Rio Branco é composto por moradores do bairro Joaquim Távora e adjacências e há 12 anos desenvolve ações de reivindicação, mobilização e culturais na busca da

A interação acontece também na vinda de outros grupos ambientalistas para reforçar atividades do movimento ou apreciá-las. “O movimento também já fez eventos que atraíram outras forças ambientais para as suas atividades. E a gente sempre participa. Se é em defesa do nosso meio ambiente a gente sabe que tem que estar lá, porque o meio ambiente tem que ser o todo” (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008). Aqui se identifica a percepção da luta particular articulada a outras lutas, que compõem, no contexto da realidade, uma luta mais ampla.

O MPLI vem se articulando, também, com a Frente Popular Ecológica de Fortaleza (FPEF), um grupo de ambientalistas com vinculações ao movimento popular que tem refletido e organizado ações acerca de questões ambientais da cidade. Esta frente tem a pretensão de ser uma articulação de movimentos, com suas particularidades, em seus referidos lugares. É um movimento ainda residual, espontâneo, mas que se aproxima de perspectivas abordadas neste trabalho.

Este contato com outros grupos serve para identificar semelhanças entre os movimentos e leva a um olhar sobre si, ao conhecer a dinâmica do outro. Como expressa Claudina (MPLI, 31/03/2008), ao dizer que “outro dia estava conversando com o Ademir, lá do Proparque Rio Branco, a gente vê a luta deles é igual a nossa luta também e que eu acho bom, que bom saber que tem outros movimentos que também estão na mesma luta da gente”.

É no contato com estes outros grupos que o movimento participa e se informa sobre as outras lutas que acontecem na cidade, reflete sobre problemáticas ambientais para além da vivenciada no seu lugar imediato, como a construção da Torre Iguatemi na área do Parque do Cocó, do aterramento do Riacho das Lavadeiras, da instalação da termelétrica a carvão mineral, de projetos voltados para os rios Maranguapinho e Cocó, dentre outras.

Assim, ampliam sua problematização sobre questões da realidade, embora, em alguns momentos, ainda mediados por informações não significadas e sem uma reflexão mais profunda sobre determinados conceitos. Como na fala a seguir.

valorização daquela área de lazer. Aspectos da história desse movimento e de suas lutas são apresentados em minha monografia de graduação, já referida neste trabalho.

Então, a gente fica assim um pouco apreensivo, hoje todo mundo tá partindo pra criar novas iniciativas de energia, aqui estão querendo criar a siderúrgica a carvão, pois é, carvão mineral no Pecém. Isso é desenvolvimento sustentável ou é um retrocesso? É um retrocesso (ADEMAR, MPLI, 24/04/2008gf).

Essa relação com grupos ambientalistas enriquece a dinâmica interna dos grupos populares, ao trazerem, para suas discussões, questões que estão acontecendo em outros lugares da cidade e ao participarem de outros espaços reivindicativos. Por tratar-se de uma relação, os grupos ambientalistas também se beneficiam deste contato ao reforçar a perspectiva do ambiente enquanto categoria abrangente, que não se limita à defesa de parques, de animais, mas que se atrela à luta em geral pela vida, pela dignidade e por uma nova configuração da realidade social.

No que se refere às articulações com instituições em geral são motivadas pela busca de apoiadores para a luta, por ações que possam ser desenvolvidas nas comunidades e por formações. Nem sempre são os movimentos que recorrem a essas instituições, mas estas, muitas vezes, é que buscam naquele uma forma de atuar ou um apoio para inserir-se em dado lugar.

Os (as) participantes do MPLI, recorrentemente, fazem referência à UECE como uma parceria que poderia contribuir com o alcance dos objetivos do movimento, visando também ganho para a instituição em si. No pensamento dos (as) interlocutores (as) seria lógico o empenho desta Universidade pela revitalização da lagoa de Itaperaoba, devido à sua localização exatamente em frente a um de seus *campi*, o que não ocorre de forma efetiva, apenas em momentos específicos é que há algumas articulações.

Uma dessas tentativas de aproximação é representada pelo direcionamento das ações de extensão do Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social para o bairro. Participando destas ações, foi que conheci o MPLI. À época, realizamos uma pesquisa exploratória sobre a organização comunitária no bairro com o intuito de propor um projeto de extensão junto ao movimento. O projeto de extensão efetivamente não aconteceu focado nestas questões populares, mas, em

2007, o grupo PET desenvolveu um projeto na área de educação ambiental, voltado para estudantes de uma escola na Comunidade Garibaldi.

No MPLI, essa relação com a Universidade é enfatizada, criticando aquelas parcerias que são apenas para o desenvolvimento de pesquisas que não trarão um retorno ao movimento ou à comunidade. “A gente acha que a universidade tem muita contribuição a dar com os próprios alunos, desde que eles não estejam aqui só pra passar aquele período e estejam sempre retornando com o conhecimento acadêmico, pra poder tá fortalecendo o movimento” (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

Outras articulações do MPLI foram com assessorias como o Escritório Frei Tito de Alencar¹⁸ e com o Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia)¹⁹. Foi realizado no bairro também um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inicialmente com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), depois com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O foco escolhido pelo movimento foi a questão da lagoa de Itaperaoba. Foram desenvolvidas ações de articulação com entidades como BNB, UFC, UECE e Cáritas para, junto aos moradores, traçar estratégias para o desenvolvimento do bairro.

O MPLI articula diversos (as) autores (as) sociais dos movimentos populares do bairro. Participantes do movimento vêem, atualmente, a necessidade de maior articulação e identificação de objetivos comuns. E um dos principais objetivos é a revitalização e urbanização da lagoa de Itaperaoba. Nesse contexto, uma das ações do MPLI seria mobilizar outros grupos do bairro e envolvê-los na luta pela lagoa.

No caso dos membros da Associação Nossa Senhora Aparecida, as articulações identificadas são mais restritas, dão-se mais com os órgãos da gestão municipal, tais como SEMAM, SER II, HABITAFOR e Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB). Possui uma articulação com grupo de estudantes da Universidade de Fortaleza (Unifor), que desenvolve práticas de estágio na

¹⁸ O Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, vinculado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, presta Assessoria Jurídica Popular no enfrentamento à violações aos Direitos Humanos.

¹⁹ É uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1991, que atua principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana (CE-Brasil), na área de desenvolvimento urbano.

comunidade. Em períodos anteriores, teve o apoio do Rotary Club, para manutenção do grupo de alfabetização e com entidade da Irlanda, que colaborou com projeto de combate à desnutrição.

3.2.1.4 Saber tecido na relação com o Poder Público

A relação dos grupos populares com os entes representativos do “poder público” é permeada por contradições e complementaridades, que propiciam também significativas experiências e saberes.

Autoras como Gohn (2005), Scherer-Warren (1996) e Matos (1998) já indicaram aspectos relevantes dessa relação para os movimentos populares, identificando momentos diversos nessa interação, alguns de contato mais intenso, de parcerias, outros de embate e ainda, aqueles em que os movimentos parecem desconsiderar o Estado.

Para Scherer-Warren (1996, p. 24), “o que se faz necessário é investigar com maior profundidade em que medida as organizações da sociedade civil, nas relações que estabelecem com o Estado, são modificadas por este ou comportam efeitos político-institucionais relevantes”.

Os dois grupos populares desta pesquisa entrelaçam práticas reivindicativas e cooperação, prevalecendo o recurso à via institucional, por meio de abaixo-assinados, agendamento de reuniões, ofícios solicitando serviços para as áreas das comunidades. Pelo momento atual vivenciado pelos (as) autores (as) sociais do MPLI, em que há a ameaça real de perder a lagoa para a degradação, também protagonizam ações que buscam a visibilidade das problemáticas abordadas pelo movimento e representam outra estratégia frente à ausência de respostas buscadas pelos mecanismos burocráticos, sobretudo do governo municipal.

Esta constante busca, este reinventar constante de formas de exigir a ação do poder público possibilita um aprendizado, que, embora tenha suas

especificidades, não é exclusivo de um único movimento. Os saberes se entrelaçam, ultrapassam temporalidades e espacialidades.

Apesar das diversas críticas, é inegável que na relação entre lideranças e instituições públicas há um aprendizado mútuo. Os participantes dos movimentos de bairros passaram a conhecer melhor o governo, percebendo a sua força, mas também a sua fragilidade. Aprenderam a expressar-se com desenvoltura, em situações adversas; a conhecer a burocracia interna das instituições estatais, enfim, gestaram um saber e resistência que foi sendo utilizado nas suas práticas cotidianas (MATOS, 1998, 126).

Do contexto referido por Matos (1998) até aqui, os movimentos populares passaram por diferentes momentos que requisitaram novas reorganizações internas, relações diferenciadas com os governos, que também passaram por mudanças, mas os aprendizados por ela referidos ainda são evidentes na atualidade.

A relação com o poder público, no momento atual, também apresenta configurações específicas nos dois movimentos, que eu acredito estar relacionadas com suas constituições diferenciadas e com o nível de resposta do poder público em um e em outro.

Uma das demandas centrais lançadas, ao poder público municipal, pelos dois grupos, é a urbanização da lagoa e a construção de habitações para pessoas da comunidade que moram em condições precárias, ambas intermediadas pela Habitafor. Esta secretaria parece gozar da credibilidade nos dois movimentos, em decorrência das respostas, do cuidado que é demonstrado com as demandas recebidas e do diálogo estabelecido com os grupos populares.

Mesmo no caso do MPLI, que apresenta críticas a diversos espaços da gestão, a atuação da Habitafor é elogiada, sobretudo na pessoa de sua presidente. Essa fundação realizou diagnóstico social da Comunidade Garibaldi e encaminhou projeto a fontes de financiamento no Governo Federal. Essa proposta contempla a urbanização da lagoa e atendimento a cerca de 400 famílias na área de habitação.

O movimento do entorno da lagoa do Papicu já está contemplado com o projeto, em fase de execução. Vivenciam um momento de trabalho conjunto com o governo municipal, pois este representa um parceiro no atendimento de suas lutas.

Sob dados aspectos, assumem a função de repassador de informações relacionadas à intervenção para o restante da comunidade. Nesta parceria, o movimento contribui para reduzir a ansiedade dos moradores, sobretudo pela clarificação de informações. O espaço privilegiado de formulação de demandas e de reivindicação pelo grupo Nossa Senhora Aparecida é o Orçamento Participativo (OP).

O Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, por sua vez, vive um momento de decepção com a administração municipal, pois nutriu, inicialmente, a esperança de que a luta, de anos, seria reconhecida pela atual gestão e que a comunidade alcançariam a tão sonhada urbanização da lagoa. O que vivenciam, no último ano da gestão, é uma realidade totalmente oposta às expectativas: nenhuma obra de urbanização mais ampla foi realizada e os órgãos municipais foram inoperantes para barrar as diversas agressões que a lagoa vem sofrendo. A situação de degradação deste manancial agravou-se bastante e os riscos de sua morte ficaram mais iminentes.

Assim, identifiquei uma relação complexa, articulada entre reivindicação, compreensão, espera, ação. Mais uma vez, lembro Marques (2006, p. 133), quando tratando sobre o poder como um lugar social do conhecimento, diz que

no poder, o saber que simbolicamente o constitui deve enfrentar complexas interações de forças que se geram nas relações entre pessoas e seus grupos de convivência e trabalho, agigantam-se nos aparelhos do poder político, ocultam-se nos claros / escuros da ideologia.

No entendimento da relação com o poder público como uma mediação de saberes nos dois grupos populares aqui considerados, emergiram as sub-categorias relacionais: crédito/des crédito, compreender/exigir, espaços formais de participação, decepção e autonomia do movimento.

Os (as) interlocutores (as) expressam em suas falas tanto credibilidade quanto descrédito ou desconfiança em relação às ações do poder público. “O que eu quero, não só eu, como todo mundo, que melhore cada vez mais, os projetos que estão aí dêem certo, continuar fazendo limpeza, pólo de lazer [...] Mas eu não sei se, depois disso tudo, vão deixar a gente ficar aqui” (PRAZERES, NSA, 05/04/2008).

Essa fala indica acolhimento das ações que foram iniciadas, mas expressa seu receio se realmente pode confiar que, depois de realizada a urbanização, as famílias não serão removidas para outra área.

Eu acho que o poder público, apesar da gente ter sido parceiro nessa última gestão [...] É uma obra inacabada e promessas de que as famílias vão ser removidas e a gente não sabe quando isso se concretiza, e um pouco de desesperança de que isso aconteça em curto prazo, porque a gente vê que esse ano, é ano eleitoral e vê que a obra tá abandonada, o pouco que tentaram fazer, apesar da limpeza, de o espelho d'água ter aumentado, da lagoa, mas ainda deixa muito a desejar (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

Como já indiquei, as categorias, subcategorias e tópicos mais significativos nestas se mesclam. Na fala acima, evidencia-se sentimentos de frustração, incerteza e descrédito em relação ao poder público.

Outra dimensão da relação com o poder público é a dinâmica entre compreender e exigir. Observa-se nos grupos, sobretudo no MPLI, um impasse entre exigir a ação do poder público, publicizar as ineficiências em relação ao ambiente da lagoa ou assumir uma postura mais compreensiva, lembrando das muitas dificuldades da gestão, dos vários outros problemas existentes na cidade, do oportunismo da oposição, dentre outros aspectos.

Isto se dá, sobretudo, por existir certa identidade dos (as) autores (as) sociais com grupos que participam da atual gestão da prefeitura municipal. Existem vínculos, não só políticos, estabelecidos com muitas pessoas que estão na administração.

Nós hoje fazemos parte da... não sei se a palavra seria administração... porque tem gente nossa, pessoas do nosso grupo, do nosso meio, no meio do grupo que estão em alguns cargos na prefeitura, a própria prefeita que o último programa [de campanha no horário eleitoral gratuito na televisão] dela foi todo enfocando a lagoa de Itaperaoba e a questão da juventude. E a gente tinha uma postura muito de esperar, de aguardar, vendo a dificuldade que é administrar uma cidade como Fortaleza, mas hoje em dia a gente tá participando e numa atitude mais agressiva, mais forte pra ver alguma coisa concretizada, a gente tá achando muito pouco o que tem sido feito (IRAN, MPLI, 19/04/2008).

Em dados momentos, o MPLI ficou no dilema entre reivindicar de forma mais incisiva, ou aguardar, sendo compreensivo com as dificuldades da gestão e não

correr o risco de colaborar com a oposição na inviabilização e fracasso do mandato. E estas dualidades se refletiram nos momentos de discussão interna do movimento, em que alguns defendiam uma postura mais combativa frente à urgência de cessar as agressões à lagoa e outros, mais comprometidos com a gestão, argumentavam as dificuldades da administração e a continuidade das articulações pelas vias institucionais reguladas pela própria prefeitura.

Eu acho que algumas pessoas do movimento se preocupam em tá melindrando o poder público atual, justificam, tentam escamotear alguma coisa, mas é porque a gente de certa forma ainda tem uma certa esperança de que alguma coisa seja feita. Por exemplo, a questão da invasão aqui do lado de cá da lagoa, isso aí é uma coisa gritante que nunca aconteceu em outras gestões, e se aconteceu foram retiradas, e não ficou nenhuma intervenção. Era uma questão de se trabalhar a mobilização da comunidade, mas algumas pessoas ainda esperam, por exemplo, a audiência da prefeita pra que vejam uma posição mais definitiva, política, de boa vontade, de vontade política, mas ainda há certo melindre, tratado assim muito pisando em ovos. Mas eu acho que a gente já fez assim algumas mobilizações, já houve uma tarde de denúncias, lá perto das margens da lagoa (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

Matos (1998) identificou relações semelhantes no contexto de sua pesquisa, nas quais a proximidade com políticos influenciavam na amenização das pressões reivindicatórias dos movimentos populares.

Os líderes parecem sentir-se constrangidos ao terem de demarcar uma posição reivindicativa com uma personalidade pública que os trata tão cordialmente, e até com certa intimidade [...], enfim passando a ser não mais o prefeito, o governador ou o secretário que se distancia por trás de uma mesa, e sim o *parceiro* que lhes fala sobre as dificuldades do governo em atender a tantas demandas, frente à escassez de recursos que atinge todo o setor público nacional (MATOS, 1998, p. 97).

No grupo Nossa Senhora Aparecida, destaca-se uma relação de parceria e cooperação. Edileuza (NSA, 05/04/2008) manifesta isso na seguinte fala: “É, por exemplo, quando a gente quer uma coisa que a gente acha que é bom pra gente, eles já acham outra, a gente tenta dialogar, conversar sobre qual é a melhor possibilidade pros dois lados”.

Tem os momentos que é de parceria, tem os momentos que é de reivindicação. E a gente vê esta gestão muito aberta, porque nas anteriores, ave Maria, a gente não conseguia falar com ninguém. O Orçamento Participativo foi uma abertura muito grande... de certa maneira a população tá fazendo parte desta administração, que nunca acontecia nas outras... E também muitas pessoas que estão na prefeitura são de movimentos

populares, a gente conhece muitas pessoas que estão lá que são dos movimentos, que na outra gestão a gente não conhecia ninguém. É a Olinda, Edite, o Chico Feitosa, o Erivaldo, todos eles a gente conhecia de movimentos, esses e outros. A gente vê que tem muitas pessoas que já é da base, que moram, que conhecem a realidade (ROSA, NSA, 16/03/2008)

Pela proximidade do movimento com as pessoas da gestão, pelos compromissos assumidos por aquela junto aos grupos populares e a credibilidade destes no entendimento de que participavam de uma mesma luta, a espera evidenciada em alguns momentos pode estar associada à compreensão de que o compromisso assumido seria suficiente para que o poder público atendesse às demandas do movimento, sem precisar grande mobilização da comunidade.

Frente à ausência de ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza que coibissem agressões como o aterramento, venda e construções ilegais na lagoa, o MPLI caminhou na direção de expressar o repúdio à “convivência da prefeitura”, recorrendo ao Ministério Público e às manifestações em articulação com outros (as) autores (as) ambientalistas. E nesta experiência, percebo que também se colocam como parceiros da gestão, numa outra perspectiva, ao cumprir a função que pertence aos movimentos populares, destacando que o compromisso maior é com o povo. É um saber que os participantes do movimento elaboram em sua luta.

Os grupos aprendem que a visibilidade da luta e a sensibilização de pessoas pela causa, nem sempre, representa solução ou atendimento à demanda do movimento. Há sensibilização, mas efetivamente nada acontece. “Juraci participou [plenária de encerramento do trabalho do PNUD], e nessa o Juraci se comprometeu com a urbanização da lagoa de Itaperaoba, acho que foi em torno de 99. Se comprometeu e na verdade não aconteceu” (IRAN, MPLI, 19/04/2008).

Todas as pessoas, que estão fora, se sensibilizam, acham que é uma causa importante, mas o problema é a tomada de decisão dessas pessoas. Elas se sensibilizam com a causa, apóiam naquele momento, se escandalizam com a situação de degradação da lagoa, mas depois se afastam, aí o retorno não vem (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

No momento em que o movimento acha que terá uma resposta, dá uma trégua aos processos reivindicativos para ver no que vai dar. Então, isto é um fator de desmobilização também.

Os (as) autores (as) sociais, ao incorporarem demandas ambientais, percebem a ausência de prioridade do poder público em resolver tais questões. Uma das ações de enfrentamento às agressões ambientais percebidas em seu ambiente é o repasse de denúncias, sobre crimes ambientais, aos órgãos responsáveis pela fiscalização, mas isto não tem tido resultado, devido aos crimes ambientais percebidos. Como no caso da ocupação na duna da Lagoa do Papicu, mesmo o grupo popular denunciando, todas as árvores de dada área foram derrubadas, somente após vários meses a prefeitura teve alguma ação. Na Lagoa de Itaperaoba da mesma forma, desde as primeiras árvores que foram cortadas o movimento registrou na célula responsável da SER IV, hoje várias casas foram construídas e não houve ação efetiva.

Outro aspecto da relação dos movimentos com o poder público são os espaços formais de participação. Desde o final da década de 1980, uma diversidade de instrumentos de participação da sociedade tornou-se parte da realidade brasileira. Alguns só tiveram as suas formas delineadas e dispostas à participação nos últimos anos da década de 1990. Espaços de debate e reivindicação, como conferências, orçamentos participativos, fóruns, conselhos etc., passaram a fazer parte do cotidiano de membros dos movimentos populares.

Ao longo destas vivências, foram ficando mais nítidas as potencialidades e as limitações destes instrumentos. E muitos são os questionamentos sobre a efetividade desses espaços na realização dos anseios populares. Nesta pesquisa, foram muitas as referências a esses espaços, sobretudo ao OP.

Ambos os grupos participam do orçamento participativo, tanto na mobilização da comunidade para as assembléias, como nestas defendendo propostas representativas dos interesses locais. Os membros da Associação Nossa Senhora Aparecida manifestam uma confiança maior em relação à efetividade do OP como via para o atendimento de demandas da comunidade

Tem muitas pessoas que não acreditam no Orçamento Participativo, eu acredito, num sei se porque eu tô no COP [Conselho do Orçamento Participativo], mas eu acredito muito que ele pode se fortalecer, que nós juntos, a gente pode fortalecer o Orçamento Participativo, num é você pegar um papel aí tá aqui, lá onde eles moram na Itaperaoba, eles querer um

melhoria e botar só no papel, aí eles tem que ir atrás mesmo, tem que correr, não pode ficar parado (TOINHA, 24/04/2008gf).

A comunidade do entorno da Lagoa do Papicu está bem representada no OP. São quatro delegadas e uma conselheira. No movimento Pró-parque a empolgação é mais restrita, vêm como um espaço importante de articulação com outros grupos, mas enfatizam o pouco destaque deste processo em termos de orçamento disponível para atender às demandas do OP.

Outros espaços destacados pelos (as) interlocutores (as) foram o Fórum da Agenda 21, o Plano Diretor Participativo, conferências estaduais e municipais de meio ambiente, na discussão do Programa Municipal de Educação Ambiental, nos Conselhos de Segurança, Fórum das Áreas de Risco e Fórum de Educação da Praia do Futuro.

Há ainda, nessa relação com o poder público, um sentimento de decepção, que aparece nas falas de participantes do MPLI, pois estes tinham a expectativa de que a situação da lagoa de Itaperaoba seria revertida e finalmente o movimento seria atendido em suas reivindicações na atual gestão da PMF. Nutriam esta expectativa devido ao apoio e à relação de proximidade cultivada com a atual prefeita e vários componentes desta gestão, inclusive porque várias pessoas do movimento popular do bairro a compõem.

Nessa nossa luta ambiental na nossa lagoa, mais de 11 anos, sempre diziam pra gente que o que faltava era a gente colocar lá nosso representante. Então a gente foi lá, elegeu Lula presidente, depois a gente elegeu Luizianne. Aí o pessoal dizia "Ah, agora sai, agora a coisa sai", mas por incrível que pareça, no período do governo da Luizianne é que a gente tem amargado as maiores derrotas, mostrando que tem uma aparência que protege o meio ambiente, mas que na verdade não protege, faz alguma coisa ali, outra acolá. Só em relação à lagoa, nós perdemos uma quadra pra especulação imobiliária, já foi efetivada em 2005, a construção de um posto de combustível que a SEMAM, ela autorizar um alvará de construção de um posto de combustível no nascente de uma lagoa, então a gente fica assim querendo não acreditar pelo governo que a gente tem (ADEMAR, MPLI, 24/04/2008gf).

Durante o encontro do grupo focal e a visita à lagoa do Papicu, os participantes do MPLI refletiam sobre o fato do grupo do Papicu ter a reivindicação do projeto de urbanização atendida, e o movimento da Serrinha ainda não.

Avaliavam que a luta da Comunidade Pau Fininho é menos expressiva em termos de divulgação, bem como a razão por que o MPLI não conseguiu. Mencionaram a possibilidade do projeto de urbanização da lagoa do Papicu ter sido efetivado logo em decorrência também dos interesses econômicos sobre aquela área serem maiores.

a gente participa do processo da construção desses mandatos, desse pessoal que tá aí, via a proximidade e o compromisso desse pessoal com a gente, mas na verdade a gente viu diferente, que existem outras prioridades, não sei se por aqui a especulação ser maior, os interesses do capital maior houve essa possibilidade do poder público iniciar aqui com mais brevidade (IRAN, MPLI, 24/04/2008gf).

A revolta e decepção do MPLI estão relacionadas à ausência de ações objetivas dos órgãos da prefeitura que barrem a comercialização de terrenos e construção de casas, envolvendo aí aterramento e derrubada de árvores nas margens da lagoa. Estas ausências de ações efetivas cansam os (as) autores (as) sociais e distanciam outras pessoas da comunidade. E aqui destaco mais uma vez como estas categorias não são isoladas, apenas enfocam de forma incisiva alguns aspectos da realidade, mas todas se intercomunicam e um fator interfere em outro.

A relação com o poder público é perpassada também pelo reconhecimento da necessária autonomia dos movimentos, tanto frente às administrações públicas como aos políticos. “Os movimentos de bairros discutem sobre o perigo da cooptação pelos políticos e administradores clientelísticos e populistas quando de sua participação na gestão do espaço público” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 58).

Essa tensão, entre manutenção de certa autonomia frente ao Estado e a cooperação com este, está presente nos movimentos populares brasileiros, mais destacadamente, desde o processo de redemocratização (MATOS, 1998).

A defesa desta autonomia é um aprendizado identificado nos dois grupos populares com os quais dialogamos. No MPLI, as dificuldades recentes na relação com o poder público fortaleceram, no movimento, o entendimento de que é fundamental zelar pela autonomia, mesmo quando há uma identidade com o grupo que está no governo.

Uma lição também grande pra mim, Ademar, não só de agora, é de a gente nunca deixar que um partido político cale a boca da gente, nem candidato, isso ou aquilo. É claro, por exemplo, eu sou petista, mas não é porque eu sou petista que a gente aceita tudo que a administração tá fazendo. Acho que isso tem que ficar muito claro pra nós, sabe. A gente tem que aprender a exigir de maneira clara, de maneira justa. E não porque, “ah, meu Deus do céu, a gente trabalhou pra eleger a prefeita”, tudo bem, a gente não é inimigo. Nós somos é parceiros, nós queremos que a coisa melhore, por isso que nunca um partido político também, pode fechar a boca da gente (CLAUDINA, MPLI, 24/04/2008gf).

Há também uma preocupação com as relações estabelecidas de forma mais específica com políticos, principalmente em períodos eleitorais. Nos dois movimentos percebi este cuidado em resguardar a autonomia, seja da associação ou do grupo não institucionalizado, evitando a vinculação direta entre o grupo e algum candidato. Deixam claro as identidades políticas, os candidatos com os quais se aproximam no plano individual, as escolhas de cada membro.

A gente não baixar a cabeça como ela falou em termos assim político, do político querer ser o dono da razão. Ele não é o dono da razão. Por que ele não é o dono da razão? Pra ele ter o voto e ser eleito precisa da gente nas urnas, e se, outra coisa, quando a gente coloca ele lá nas urnas, ele deve é a gente, nós não devemos a ele não. Eles é que devem, eles prometeram lá tudo que eles tinham o direito de prometer. E a gente mesmo, como é que se diz, ele tá lá recebendo o dinheiro dele, mas é às nossas custas (TOINHA, NSA, 24/04/2008gf).

Foi destacada a importância desse diálogo com o poder público, mas no sentido de que a participação dos (as) autores (as) sociais seja verdadeira, e que seus anseios e percepções sobre o que é melhor para a comunidade sejam considerados na formulação de políticas, projetos e ações a ela destinados. Reavivando um desejo que perpassa a emergência desses movimentos que é participar das questões que lhes dizem respeito.

Por isso a gente tem que fortificar bem essas lutas, apoiar as iniciativas da regional, do secretário, mas jamais deixar que as iniciativas só partam deles. As iniciativas são importantes que partam mais da gente, dos movimentos sociais, que possam interferir. Vai ter um benefício, então as nossas idéias vão estar contempladas nesses benefícios que vão ser construídos? Então porque isso aí fortifica, digamos assim, o nosso conhecimento, a nossa sabedoria e, principalmente, a nossa participação neste mundo que nós queremos construir. Mundo que há harmonia entre o

desenvolvimento, mas um desenvolvimento sustentável pra não destruir a minha natureza (ADEMAR, MPLI, 24/04/2008gf).

Gohn (2005) afirma que um dos principais ganhos, tanto em termos individuais quanto coletivos, é a desmitificação da idéia de autoridade, fato que facilita a auto-percepção enquanto autor e a superação de uma posição de subalternidade. Este saber afirmar-se está em constituição constante no MPLI e no NSA nessa interação com o poder público.

3.2.2 As mediações do saber ambiental no movimento

O fato de pertencer a um grupo ou a um movimento já indica uma superação do ritmo frenético da atualidade, que impulsiona uma cultura do individualismo. A correria do dia a dia parece insinuar que o tempo é tão escasso que só permite, a cada um, cuidar da sua própria vida. Nesse sentido é que ser parte consciente de uma coletividade já é em si potencializador da tessitura de saberes.

O caráter educativo dos movimentos populares tem uma dimensão coletiva e não só individual, à medida que abre a percepção sobre outras possibilidades de construção coletiva e de superação de relações hierárquicas que castram a capacidade criadora e propositiva dos (as) autores (as) sociais, elementos fundamentais ao “ser mais”, vocação ontológica dos seres humanos, conforme Freire (2005).

Os saberes engendrados nos grupos populares não são estáticos, ao contrário, eles estão em permanente mobilidade, em que são reconfigurados e ressignificados em cada contexto e em cada temporalidade. E, nas “relações cotidianas é gestado, então, o saber coletivo, que se coloca em função da prática organizativa e política, e das prioridades da vida concreta, permitindo ao grupo atuar em situações diversificadas no âmbito econômico, político e cultural” (MATOS, 1998, p. 106).

Participar do movimento significa redefinir sua agenda pessoal, assumir compromissos que vão desde a presença contínua nas reuniões a tarefas mais complexas. Uma dessas tarefas pode ser simplesmente se posicionar autonomamente em um encontro com grupos externos, caso se trate de uma pessoa mais tímida. Então, no movimento se entrelaçam o ser individual e aspirações coletivas, projetos de um grupo. Este entrelaçamento propicia a vivência de experiências que podem ser corporificadas em saberes. É assim que,

Mesmo sem ter acesso à educação necessária e reconhecida oficialmente, as pessoas dos movimentos adquirem um aprendizado político e social, ampliam seu espaço de sociabilidade, constroem novos saberes com as adversidades cotidianas que têm para enfrentar, aprendem a falar em público, conhecem melhor o espaço onde moram, a cidade em que vivem (MATOS, 1998, p. 110).

Gohn (2005) destaca diferentes dimensões do aprendizado possibilitado pela dinâmica dos movimentos populares, enfatizando a riqueza do saber constituído em decorrência do contato com as fontes de exercício do poder, da realização de certas atividades burocráticas, do estabelecimento de relações e da articulação com as assessorias.

Essa autora demarca três aprendizados: - o da organização política, uma construção processual em que se vai descobrindo direitos, conhecendo o aparato legal que o define e a função das instituições públicas; - o da cultura política, pois se aprende a estabelecer estratégias frente aos objetivos e a adotar atitudes coerentes com cada momento; - e o espacial-temporal, há uma redefinição do tempo livre dos sujeitos, passam a ser preenchidos também por reuniões, seminários, bem como a adoção de uma nova compreensão a respeito do uso dos bens e espaços públicos que devem ser acessíveis a todos (as).

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 71).

Há o fortalecimento das relações comunitárias numa perspectiva política. E o saber é propiciado pelo fato do movimento implicar: na participação no grupo, na constituição de uma auto-imagem do movimento, na formulação de demandas, em tarefas e responsabilidades assumidas, bem como em sentimentos e atitudes de resistência/desistência.

Quando ao fazer parte de um grupo, o movimento cumpre também essa função de propiciar um lugar de encontro e sociabilidade. E esta convivência com outras pessoas que formam um grupo vai despertando para a importância do respeito, da valorização de cada um e do trabalho conjunto.

Com relação ao grupo, é esse aprendizado que é você trabalhar em conjunto. É você saber caminhar respeitando o outro, as idéias, às vezes, são até diferentes, nós somos diferentes, mas eu acho que você respeitando o outro e procurando alternativas dá pra gente caminhar (CLAUDINA, MPLI, 24/04/2008gf).

Nas falas dos (as) interlocutores (as), há um consenso de que é a união do grupo que faz a diferença entre a realidade vivida e aquela desejada. A vivência cotidiana no movimento ajuda também ao desenvolvimento das potencialidades de cada um de seus membros, a superar as limitações individuais, tais como falar em público, ouvir o (a) outro (a) e aceitar as diferenças.

Matos (1998, p. 114) destaca que “um aprendizado essencial e que atinge os participantes do movimento em sua grande maioria é a fala, a palavra dita”. Nas participantes do NSA percebo um movimento muito significativo que foi das mulheres fazerem a cena pública, para isso tiveram que superar o poder do silêncio e aprender a soltar a sua voz para serem ouvidas e comporem a sua história.

Quando eu comecei a participar das CEBs que a gente ia mensalmente, que era assim, mais ou menos 50 a 70 pessoas, então era um sofrimento pra mim. E com a continuidade, eu me desinibi. Pra falar no microfone eu ainda tenho a dificuldade, mas por sempre tá sendo colocada a fazer aquilo, então... (ROSA, NSA, 24/04/2008gf).

O envolvimento em um grupo, em um movimento, é uma escolha renovada a cada dia, por isso, em dados momentos, os (as) participantes se afastam, nas situações mais difíceis, pensam em desistir. E é a interação contínua com o grupo

que propicia o fortalecimento. Os encontros grupais constituem-se em espaços de trocas, sobretudo afetivas e políticas. “Nós mesmos nos desacreditamos, como a gente tá constantemente em congregação, encontro, a gente se fortifica, mas, às vezes, a gente desacredita, principalmente dos políticos, dos representantes (ROSA, NSA, 24/04/2008gf).

As reuniões não são apenas momentos de planejamento de ações, de informes e de estratégias, mas também espaços de encontro, socialização e interação. Este aspecto é mais visível, sobretudo, no grupo do entorno da lagoa do Papicu, acredito que isto se dá por terem uma dinâmica mais sistemática de reuniões.

Toda quarta-feira a gente se reúne aqui, quer dizer, toda quarta-feira a gente tá vendo um ao outro e tal, fulano vem, fulano tá ali. Isso aí já é uma coisa que também todo mundo fica conhecendo todo mundo, então é uma coisa que a comunidade agora tá querendo se reunir de novo, já foi muito unido, mas teve um tempo que ficou afastado (EDILEUZA, NSA, 24/04/2008gf).

São espaços de integração e também de evidenciação de conflitos, de disputas e percepções diferenciadas sobre a condução de dadas ações. Estes conflitos podem levar ao fortalecimento ou a rupturas e distanciamentos, no interior do grupo. E este desdobramento vai depender da maturidade das pessoas que o compõem. “A gente tenta ter o companheirismo, mas a gente percebe que a gente tem pensamentos diferentes. Então isso, às vezes, gera conflitos. Mas a gente sempre busca apaziguar através do diálogo lá mesmo” (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Os dois movimentos carecem de uma reflexão maior sobre o sentido de grupo, mas destacam muitos aprendizados nesta relação. Percebo que nas relações estabelecidas no interior dos grupos há o reconhecimento do (a) outro (a), seja nos limites que este coloca ou na potencialização dos aprendizados que este possibilita, ao confrontar sua realidade com outras.

Nas falas dos (as) participantes do MPLI estão explicitadas: a preocupação com o envolvimento de todos (as); a representação do movimento como uma força que resistiu tantos anos e ainda permanece firme, reinventando suas formas de

atuar; o reconhecimento do compromisso das pessoas que participam e realmente se doam. Tudo isso expressa uma auto-imagem, pois ao falar da interação do outro no grupo, estão falando de si também e, em síntese, do movimento que comporta estas relações. O trecho da entrevista com o Ademar, a seguir, expressa como os (as) participantes do MPLI vêem este movimento, pois de formas diversas estas percepções apareceram na fala dos (as) demais.

A gente procura sempre estar em sintonia, fazer as lutas unificadas, sempre cobrando assim a participação dos companheiros, porque na verdade nós não somos muitos, mas o Pró-parque pelo que já fez, ele já mostrou que quando ele tem um grupo unido, ele consegue muitos objetivos (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008).

Destacam unanimemente a necessidade de ampliar sua aproximação com mais pessoas do lugar, não somente com aquelas já reconhecidas como lideranças. Têm claro que sua questão específica é a defesa da lagoa de Itaperaoba, mas associada à luta pela melhoria da qualidade de vida no bairro.

Porque essa luta em defesa da lagoa, é luta em defesa da vida toda. Então pra mim é um grupo que, que realmente é um grupo que é coeso, um grupo que sabe o que quer, um movimento que sabe o que quer. Pra mim, isso me ajudou muito, me despertou mais essa vontade realmente de olhar pra natureza (CLAUDINA, MPLI, 31/03/2008).

Os (as) participantes do MPLI vêem que os maiores potenciais do movimento são, justamente, o compromisso das pessoas que o fazem e a clareza de objetivos que têm.

Entre as participantes do movimento no entorno da Lagoa do Papicu é bastante evidenciada a preocupação com a responsabilidade no repasse de informações à comunidade, atentando para que esta atividade não gere desentendimentos para a superação das desconfianças entre as pessoas. “A gente nunca repassa aquilo que a gente não tem certeza que vai ser, aí muitos colocam em dúvida. Eu digo “olha, a gente tá dizendo que foi pra reunião e estamos repassando”, se outra pessoa for dizer o contrário, eu não sei, procure se certificar” (DA LUZ, NSA, 09/04/2008).

A participação no grupo significa para suas participantes ter força para enfrentar as dificuldades, a partir da compreensão de que juntos e com clareza de

objetivos poderão viver melhor. “Pra mim, [o movimento] representa ter força, tá entendendo, coragem de enfrentar e batalhar pelo que a gente quer, que a coisa funciona é mais ou menos assim” (EDILEUZA,NSA, 05/04/2008).

Outra dimensão inerente ao movimento é a formulação de demandas mais objetivas, que expressa uma dada leitura da sua realidade cotidiana e o reconhecimento de que os (as) autores (as) sociais podem viver em melhores condições. Que são possuidores (as) de direitos. E na defesa dos seus meios de vida vão tomando consciência da defesa da vida em sua integralidade, ou ainda, ao buscar a melhoria do seu espaço de moradia vão descobrindo o ambiente e desvendando as inter-relações com ele mantidas. É este movimento de interação com a realidade, em dimensões diferenciadas, que acontece nos dois grupos populares por mim investigados. Esta dinâmica foi destaca por Scherer-Warren (1996) ao realizar uma leitura dos movimentos sociais no campo.

Os seringueiros (posseiros e índios), quando lutam contra a derrubada da floresta pelos pecuaristas e madeireiros, e os ribeirinhos, quando se manifestam contra a poluição dos rios provocada por mineradoras ou agroindústrias, estão defendendo seus meios de produção, sua fonte de vida. Porém, cada vez mais têm consciência de que, ao defender a floresta e o rio, estão também defendendo as fontes da vida planetária (SCHERER-WARREN,1996, p. 102).

As relações mais complexas não se mostram de imediato aos indivíduos, mas em sua práxis cotidiana vão percebendo estas articulações e vendo como a sua luta por um bem imediato, por uma vida melhor, coerentemente deve estar associada à luta pelo ambiente em sua integralidade. É nessa dinâmica que os (as) autores (as) sociais vão articulando sua luta objetiva (interesse mais imediato) à defesa do ambiente. Assim, as demandas assumidas pelos movimentos são mediações de saberes populares e ambientais.

É, partindo dessa percepção, que cada vez mais considero como significativa a interseção entre necessidades objetivas e idéias, valores, fluência cultural (subjetividades). No plano dos movimentos, equivaleria à “articulação substantiva entre as necessidades existenciais e radicais dos movimentos populares e das lutas ambientalistas” (SCHERER-WARREN,1996, p. 108). O saber está apoiado nas

condições objetivas da realidade e no processo histórico de constituição de movimentos populares.

No momento atual, as demandas centrais nos dois movimentos estão em torno da urbanização e preservação das lagoas e da execução de um projeto habitacional que propicie moradia digna para as populações das comunidades próximas a estes mananciais. “Desse grupo, a demanda principal mesmo é tentar ver se esse conjunto sai, essa é a luta que nós estamos, porque pelo menos com a construção e a urbanização da lagoa vai ter benefício pra todo mundo” (DA LUZ, NSA, 09/04/2008).

Nós estamos na luta pra que haja a revitalização da lagoa de Itaperaoba, atualmente eu queria pelo menos que a atual administração viesse a defender a lagoa de Itaperaoba de agressões, já que eu estou achando difícil ela cumprir as promessas feitas de revitalizar a lagoa, já que a gente já está quase no final do mandato, pelo menos, nesse momento eu fico assim muito preocupado, e eu acho que a gente queria, já ouvi isso aí também de outros moradores do bairro da Serrinha, se não vai fazer nada, pelo menos não deixe que o manancial de Itaperaoba seja destruído (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008).

Na formulação de demandas, também propõem alternativas, novos usos para os espaços de lagoa numa perspectiva de sustentabilidade.

Eu vejo assim a lagoa como, até uma extensão da própria universidade, que tem áreas lá de particulares que poderiam ser preservadas pra museus, laboratório, alguma coisa assim que a universidade pudesse atuar dentro da área da lagoa, quando ela for urbanizada. Eu tenho muita esperança de ver isso concretizado algum dia (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

No cotidiano dos grupos populares, o assumir de uma demanda específica possibilita o envolvimento com o tema que a perpassa, e ao defender dada proposta os fatos relacionados a esta tocam os indivíduos mais significativamente. Um exemplo simples: desempenhamos diversas atividades com a mão, mas no momento em que há algum machucado nela e que passamos o tempo todo a magoá-lo é que nos damos conta do quanto a utilizamos, da sua importância no nosso dia a dia. Analogamente, acontecimentos que antes o grupo não dava atenção, se relacionados a uma demanda sua, a todo o momento ele se verá sensibilizado. Na experiência da vida cotidiana isso é muito recorrente.

Trazendo para a realidade dos movimentos populares: antes de definir a problemática das lagoas como questão, na certa vi várias notícias sobre estas, passei em frente a muitas sem ter atentado que estavam ali, mas a partir do momento em que as defini como realidade significativa, pareceu que o tempo todo elas estavam em evidência. Foi um elemento que teve sua singularidade destacada na heterogeneidade do cotidiano, frente a tantas outras questões.

Ao assumir a revitalização das lagoas como demandas, os (as) autores (as) sociais passaram a atender mais para as outras agressões ambientais que também acontecem na cidade e a refletir sobre a morosidade dos órgãos responsáveis em resolver problemas ambientais.

Então trabalhando o meio ambiente a gente vê, você sente, até sofre mais com essas ocupações irregulares que acontecem, em leito de rios, em dunas, em lagoas porque as pessoas, a grande maioria, na verdade, é motivado pela sobrevivência, tem gente que não se deixa convencer disso, e a gente de certa forma sente, até sofre porque as pessoas não tem desenvolvido esse senso mais da preocupação ambiental, muitas vezes são pessoas que chegam e ocupam e passam para pessoas de nível econômico mais elevado (IRAN, MPLI, 19/04/2008).

Relembrando as mediações, percebidas na relação dos grupos populares com o poder público, destaca-se que, quando suas demandas são atendidas os movimentos se fortalecem e atraem a simpatia das demais pessoas da comunidade. Como indica a falar de Ademar (MPLI, 02/04/2008), “o movimento está sofrendo pelo que a lagoa está sofrendo, se especificamente o poder municipal não está fazendo a sua parte fiscalizadora pra coibir as agressões que a lagoa vem sofrendo, a própria conscientização da população fica afetada”.

É um trabalho que eu gosto de fazer, não é porque que a gente não recebe pagamento de dinheiro, mas é muito gratificante participar e quando a gente consegue um projeto, consegue obter um resultado é mais gratificante ainda, saber que a gente fez parte daquele resultado (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Outras demandas já formuladas pelos referidos grupos comunitários foram a luta pelo acesso à água da Cagece, por energia elétrica, pela limpeza do espelho d'água da lagoa, por escolas e creches, atendimento básico de saúde e equipamentos de cultura e lazer. A formulação e luta pela realização das demandas

possibilitam o exercício da persistência e da paciência, importantes para que não se desista frente aos primeiros obstáculos.

Outro aspecto que propicia a tessitura de saberes no interior de movimentos populares é o ato de assumir tarefas e responsabilidades e se comprometer com a sua realização pensando no interesse coletivo.

Percebo que, tanto no MPLI como no NSA, espontaneamente, os (as) participantes vão assumindo determinadas práticas no interior do grupo: mobilizar os (as) demais, estimular a reflexão, propor estratégias, contato com as demais pessoas da comunidade, elaborar documentos, dentre outros. São aspectos da dinâmica do movimento, dos quais uma ou outra pessoa se aproxima mais. E assim, cada um dá o seu tom ao cotidiano do grupo.

Eu sempre participo da elaboração de documentos, quando há algumas questões que precisam ser colocadas no papel, dou uma assessoria, até dentro das minhas possibilidades, eu tenho esse papel de tá colaborando na elaboração de documentos, de ofícios, e tá indo também nas representações, nas reuniões com as instituições (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

Outros (as) colaboram, mais especificamente, com a captação ou economia de recursos para o movimento, através de suas habilidades pessoais. Como é o caso de Eloi (MPLI, 04/04/2008) “a questão dos recursos, que são poucos os recursos, com a minha habilidade de trabalhar com pintura eu fiz alguns letreiros, trabalhar na parte de faixas, pra evitar que haja gastos”.

As reuniões aparecem como um compromisso prioritário, assumido previamente, em relação a outros que possam surgir, como expressa Edileuza (NSA, 05/04/2008): “E agora não, querendo ou não, eu posso tá trabalhando no que eu tiver, tem reunião, então ‘eu vou ficar aqui só até tal horário’, porque eu tenho outro compromisso”.

Outras tarefas assumidas são o repasse de informações às demais pessoas, mobilização para atividades e participação e/ou representação do movimento em outros espaços, como em reuniões com outras instituições.

Aos poucos você vai aprendendo ali, vivendo mesmo. Logo no começo, por exemplo, tinha reunião na regional, quando eu chegava parecia um peixe assim fora d'água. Às vezes falavam sobre alguma coisa, "tia, Rosa, o que foi isso aí mesmo que ele falou?". "Ah, é sobre isso". Aí, querendo ou não, eu fui perdendo o medo de dizer o que eu tava pensando (EDILEUZA, NSA, 05/04/2008).

Uma responsabilidade a ser assumida no movimento é o cuidado com os registros, a documentação. Mesmo que se tente descentralizar, sempre há uma pessoa que assume essa tarefa de forma mais continuada. "Então com isso eu conheço essa experiência do trabalho em conjunto que eles já vinham desenvolvendo há muitos anos, tudo com uma documentação e essa perseverança" (CLAUDINA, MPLI, 24/04/2008gf).

A diversidade de tarefas e responsabilidades a serem assumidas, nos dois movimentos, configura-se como formas de contribuição dos (as) autores (as) sociais com o movimento por meio das habilidades pessoais, ao mesmo tempo em que se é impelido a desenvolver outras.

Há também no interior dos movimentos uma dinâmica entre resistência e desistência. No cotidiano dos dois grupos, tem destaque esta vinculação entre risco de desistência e potenciais de transformá-los em resistência, estabelecendo assim uma relação dialética entre estes dois aspectos, que fazem parte do movimento. O conceito de resistência aqui é utilizado no sentido de persistência, na capacidade que os membros do movimento têm de enfrentar as situações que ameaçam enfraquecê-lo e seguir na luta, na busca por seus objetivos.

Pois é, a falta de conquistas mais expressivas, até pela falta de uma postura de defesa do manancial Itaperaoba, principalmente, da parte da Regional IV, levando o povo à descrença, o movimento é atingido, isso aí também atinge alguns membros do Movimento Pró-parque, mas é interessante que os integrantes do movimento saibam que isso aí faz parte da luta e que a gente também tem que ter a força suficiente pra superar (ADEMAR, MPLI, 02/04/2008).

A ausência de conquistas objetivas é um dos elementos do risco de desistência, de momentos de desânimo por parte dos (as) membros do movimento, pois dá a aparência de que os esforços estão sendo em vão, mas, por acreditarem que a luta é justa e os objetivos são alcançáveis, sim, persistem e reinventam as formas de continuar.

Eu vejo algumas adesões de pessoas novas, mas eu vejo também que só a pessoa do coordenador, do Ademar, num vai conseguir essa mobilização que é necessária pra ampliar, o empenho dele é muito grande, é uma pessoa de luta que tá sempre chamando, sempre à frente, mas se não ampliar e se não houver nenhuma intervenção, é muito perigoso assim de desmobilizar, de não ter mais, mas têm tentativas porque se reúne, a gente se planeja, a gente tá sempre, não deixa cair a bola, tá sempre com uma coisa pra puxar mais uma mobilização e quando vem mais uma mobilização, vem mais esperança de que tenha uma solução, pro caso (INÊS, MPLI, 09/04/2008).

Essa persistência não se evidencia de forma ininterrupta, pois há momentos em que o ritmo de mobilização, de reuniões e de manifestações diminui, mas o objetivo da luta permanece e, em momentos mais propícios, se retomam os enfrentamentos e negociações de forma mais continuada.

E essa dialética entre resistência e desistência está presente também no interior do próprio grupo, não só na relação deste com o poder público ou com grupos externos. O desconforto, gerado pelas atitudes de um determinado membro do grupo, pode incidir em afastamento de outro, da mesma forma que atitudes acolhedoras podem reanimar pessoas que pensavam em desistir.

Acho que tá todo mundo com esperança, então é um ponto positivo assim, a gente com esperança, a gente tem mais força pra lutar, tá confiante que o projeto vai acontecer, que a gente vai ver a lagoa revitalizada, mas de negativo tem, porque às vezes não vê o lado do outro e também, “ah porque eu repassar uma coisa e a pessoa dizer que é minha mentira eu vou me zangar”, então assim são essas coisas que às vezes prejudicam. Então assim potencialidades, tem essa esperança, essa perseverança que ainda tem, mesmo que sendo, são poucas pessoas, mas tem a perseverança de tá ali continuando (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Os dois grupos populares vivenciam momentos diferenciados: os (as) autores (as) sociais da Associação Nossa Senhora Aparecida carregam esperança e boas expectativas, frente à realização do projeto de urbanização da área; o Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba está em um momento de tensão, frente ao nível elevado de agressões à lagoa e à frustração com a ausência de ação do poder público municipal, mas acreditando que seu objetivo é possível e que, mais do que nunca, têm que continuar articulando-se e agindo para alcançá-lo.

3.2.3 Saberes tecidos na formação

Aqui, chamo a atenção que a tessitura de saberes, nestas diferentes dimensões relacionais presentes nos movimentos populares, é composta também pelo aspecto da formação. Ao termo formação, estou associando os elementos formais que tiveram destaque na constituição da leitura de mundo dos (as) participantes dos movimentos, de forma mais ampla, e os lugares, instituições que exercem funções educativas na sociedade.

Identifiquei que a Igreja Católica teve e ainda tem uma forte influência na formação dos (as) interlocutores (as), assim como é significativa a contribuição de instituições diversas e ONGs que desenvolvem ações de formação política, educação ambiental, orientação sobre direitos, dentre outras, são elementos dos referenciais científicos e religiosos. Outro aspecto desta formação é aquela, intencionada pelos próprios grupos populares, sobre sua comunidade de referência.

3.2.3.1 Referenciais científicos e religiosos

Inseridos nos movimentos, os (as) autores (as) sociais têm contato com diversas entidades e instituições, que, em dados momentos, prestam certa assessoria relacionada ao estudo de temas específicos.

No MPLI, dentre diversas outras formações de curta duração, tais como cursos, oficinas, palestras e reuniões preparatórias, algumas, inclusive, ofertadas pelo poder público municipal ou estadual, destacam-se como contribuições, de maior alcance e durabilidade, as do Cearah Periferia e do projeto BNDES/PNUD.

Como experiência eu tiro, a maneira como a gente no movimento se preparou e fortificou, através do movimento, em formações pra defender essa nossa proposta. Já em 97, 98, quando eu e o Marcos participamos daquele curso do Cearah Periferia, pesquisador popular, com o pessoal de planejamento urbano e pesquisa popular, e na época a gente defendia uma proposta popular para a urbanização da lagoa de Itaperaoba. Conseguimos

levantar várias informações, fizemos um diagnóstico. Propomos o que deveria ter na lagoa em comparação com outras que tinha na cidade... Isso foi marcante, a maneira com que nós da comunidade buscamos aprimorar, buscar elementos científicos, acadêmicos e tudo mais pra justificar aquilo que a gente achava certo pra comunidade (IRAN, MPLI, 24/04/2008gf).

Nesta fala, há a referência a técnicas e conhecimentos, próprios de espaços acadêmicos, que foram socializadas junto ao movimento popular, inclusive no estímulo à realização de uma leitura da comunidade, a partir destes elementos.

O poder público também atua neste campo, desde as tradicionais capacitações de lideranças a cursos de formação em moldes mais interativos. “Já nessa gestão teve um curso de educador e mobilizador para o consumo, educação e mobilização para o consumo, teve umas aulas sobre o meio ambiente e eu fiquei sabendo mais” (ELOI, MPLI, 04/04/2008). Outros cursos mencionados foram o de gerenciamento dos recursos hídricos do Ceará e outro ofertado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

Verifico que, no MPLI, tem maior destaque a presença de seus membros nestes espaços de formação propiciados por instituições fundamentadas num conhecimento científico. Já no NSA não foram feitas referências a este tipo de articulação. A grande influência ainda hoje, inclusive, neste aspecto de organizar momentos para formação dos membros da Associação, é a Igreja Católica. Apresento esta questão no item a seguir.

Como já indiquei, desde o segundo capítulo, a Igreja Católica teve forte influência na formação dos (as) interlocutores (as) nesta pesquisa, sobretudo na juventude com a participação nas pastorais e, atualmente, no caso das pessoas do entorno da Lagoa do Papicu, como orientadora do envolvimento comunitário.

Em suas histórias pessoais, vejo que a participação em movimentos da Igreja Católica foi o grande impulso para seu engajamento nos movimentos populares. Como afirma Peruzzo (1999, p. 53) a Igreja também é “*porta de entrada* e suporte institucional *ramificado* para os movimentos dos moradores, como parte de um espaço social de organização e autonomia popular, com a socialização de métodos democráticos de trabalho em grupo”.

No grupo NSA, desde seu início, a Teologia da Libertação aparece como força articuladora. Ainda hoje, a associação conta com a assessoria de um núcleo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Percebo que a formação desenvolvida com o grupo assume a perspectiva de que “o alvo espiritual é apenas o ponto de partida para ajudar as pessoas a olhar e lutar pelas mudanças pessoais e sociais” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 40). Nas palavras de Rosa (NSA, 16/03/2008), “fé e vida”.

Neste aspecto, o grupo ainda é dependente da assessoria de Margarida, membro das CEBs, e do padre Eduardo, da Sociedade Redentorista que há anos desenvolve sua atividade pastoral na área do Papicu e do Vicente Pinzon. Este movimento não constituiu ainda uma identidade autônoma.

A coisa positiva que a gente tem muito forte também é a Guida e o padre Eduardo, quer dizer a comunidade também foi através deles dois. Não era toda semana que a gente tinha reunião, e através dele não, através dele tanto ele vinha de livre e espontânea vontade, com carinho e tudo mais, e tudo isso eles foram, até hoje eles passam pra gente, quer dizer é um ponto positivo mesmo, eles dois (EDILEUZA, NSA, 05/04/2008).

Um dos destaques da atuação das CEBs, como assessoria junto aos movimentos populares, é a forte ênfase no poder da organização coletiva. E esta ênfase aparece muito potente na fala de uma das participantes do MPLI, justamente em decorrência de sua formação e atuação na área pastoral como freira.

Um dos principais momentos de formação do grupo do Papicu são as reuniões, que acontecem todas as quartas-feiras, às 19h30min, conduzidas pela Guida ou pelo padre Eduardo. São os momentos de formação, assim denominados por nossas interlocutoras.

É tipo uma evangelização, porque vem o padre aí tem o momento, antes da gente começar a discussão, primeiro a gente tem o estudo bíblico, aí depois a gente vai falar sobre o que ta acontecendo na comunidade. E esse o que a gente ta focando mais é na relação entre as pessoas, assim, a pessoa vem lhe fazer uma pergunta, você saber responder, por mais que você esteja com raiva, mas você pensar e responder a pessoa direitinho” (TOINHA, NSA, 07/04/2008).

Mesmo outros cursos, mencionados pelas participantes do grupo NSA, são relacionados às CEBs, como o mencionado por Rosa (NSA, 16/03/2008), “através das CEBs eu fiz muito curso de formação, padre Eduardo, Guida ajudou muito essa questão dos cursos de formação dos cursos de verão, que tudo isso ajuda nossa formação”.

Tanto entre participantes do MPLI como do NSA, o despertar e a expressão de algumas experiências, dão-se utilizando os suportes oferecidos pela instituição religiosa ou pelo evangelho. Como no caso das reflexões sobre a questão ambiental, possibilitadas pela Campanha da Fraternidade, que teve por tema a água, mencionada por Rosa (NSA, 16/03/2008).

Assim como na resposta à questão sobre a motivação para participar do movimento, Eloi (MPLI, 04/04/2008) aponta que foi estimulado por tomar, por referência, um versículo do livro de Marcos, da Bíblia Sagrada, que diz “daí, de graça, o que de graça recebeis”. Da mesma forma, Rosa (NSA, 16/03/2008) apresenta como principal motivação, para se engajar na luta, o evangelho: “quando eu comecei, eu acho que o que me motivou mesmo foi o evangelho, que a gente começou no estudo bíblico, tinha os textos bíblicos, depois as reflexões, aí depois que vinha a questão da vida. Então é fé e vida, as CEBs é isso, fé e vida”.

Ou ainda, a forma como este um interlocutor menciona a ausência de cooperação das demais pessoas da comunidade: “Eles se servem como aquela história da Bíblia, dos dez cegos que foram curados e só um voltou pra agradecer, se servem, mas nenhum chega e ‘tá precisando de contribuição?’, ‘trouxe um cafezinho pra ajudar’, ‘foi tão bonito o que vocês fizeram’” (ELOI, MPLI, 04/04/2008).

As referências religiosas aparecem também quando os (as) participantes destacam a natureza como obra de Deus, que deve ser cuidada. “Agora também pra mim é o grande sentimento, que a gente tem de cuidar das coisas criadas pelo nosso Deus. É uma obra, ela é uma obra de Deus que merece ser cuidada, não merece ser explorada, não merece ser enterrada como ela está sendo” (Claudina, MPLI, 31/03/2008).

A própria motivação para persistir no movimento, superando a vontade de desistir, é buscada nos suportes religiosos. “E sempre que tô desanimada, sempre vem, Deus dá um puxa-arranco de orelha na gente, dá uma palavra assim que a gente ouve, um texto do evangelho, então assim eu sempre me baseio muito pra me dar força” (Rosa, NSA, 16/03/2008).

3.2.3.2 Ações formadoras desenvolvidas pelos movimentos

Os próprios movimentos populares realizam diversas ações, que têm um fim de estimular reflexões junto às outras pessoas da comunidade, ao passo que também divulgam suas lutas.

No Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, algumas destas ações já possuem um caráter sistemático, como o Natal Ecológico. Consiste em um evento realizado no período natalino, que tem por objetivo promover momentos de integração com a comunidade e atividades com o foco na questão ambiental. O evento sempre conta com uma grande participação, especialmente, das crianças residentes na Comunidade Garibaldi.

É um momento também de grande confraternização porque apesar das nossas limitações financeiras, mas a gente sempre distribui um lanche, alguma coisa. Uma das atividades que eu achei muito interessante foi no ano passado, retrasado, onde em vez de nos preocuparmos em angariar presentes para darmos pras crianças, a gente fez várias oficinas, onde as próprias crianças fizeram seus brinquedos, foi um momento muito bonito (CLAUDINA, MPLI, 31/03/2008).

Este movimento também, nos anos de 2004 e 2005, como forma de divulgar suas ações, organizou uma agenda do Pró-parque Lagoa de Itaperaoba, que trazia algumas páginas sobre a história do movimento e de determinadas entidades do bairro, além de mensagens em defesa do ambiente.

Outras ações, com foco na educação ambiental foram: seminário sobre o meio ambiente realizado na Escola Waldemar Barroso, atividades diversificadas na semana do meio ambiente, festival junino ecológico, caminhadas pela comunidade,

oficinas com crianças às margens da lagoa, dentre outras. Foi elaborado um projeto de um curso de educação ambiental, cujo público-sujeito seriam os jovens da comunidade, mas não se conseguiu o financiamento pretendido, necessário à execução.

O grupo Nossa Senhora Aparecida, por sua vez, desenvolveu ações de mobilização comunitária, voltadas a estimular a correta destinação dos resíduos sólidos, objetivando solucionar a questão do acúmulo destes resíduos pelos becos da comunidade, que atraía ratos e baratas, além de difundir mau cheiro e fumaça, quando os moradores tentavam resolver o problema colocando fogo nos entulhos acumulados.

Com as atividades de sensibilização para a adequada disposição dos resíduos sólidos, as participantes do grupo NSA percebem o início de mudanças nas atitudes de moradores (as) em relação a esta questão. Assim, têm um ambiente comunitário mais limpo, embora muitas pessoas ainda não atentem para isso.

Porque assim, como é uma questão cultural, leva mais tempo, tem a questão da conscientização. Mas assim, algumas pessoas que a gente via que destruía, porque assim, a pessoa jogava o lixo ela tá destruindo, hoje ela já pega, já antes de vir o gari com o coletor, eles já estavam vindo, trazendo pro contêiner, não eram todos, mas alguns (ROSA, NSA, 16/03/2008).

Os (as) interlocutores (as) manifestaram suas próprias reorientações em relação a atitudes e comportamentos cotidianos, como por exemplo, em relação à disposição dos resíduos sólidos, à educação dos (as) filhos (as), à importância da água etc. Preocupações estas geradas em decorrência da participação no movimento.

3.3 Saberes tecidos: novas questões

Neste rico percurso, identifiquei uma diversidade de saberes ambientais e populares, que se entrelaçam e mantêm, entre si, relações de interseção,

composição, oposição, dentre outras. Tentarei agora apresentar uma síntese, salientando os elementos que se destacam nas falas dos (as) interlocutores (as).

Os saberes mais destacados estão relacionados: ao respeito, à compreensão de ambiente, à responsabilidade planetária, à complexidade, à leitura crítica da realidade, à burocracia ambiental, à importância do coletivo, sobre dinâmicas dos movimentos e sobre si.

O saber respeitar se expressa na buscar por vivenciar este valor na relação consigo e com os (as) outros (as) representados no companheiro do grupo popular, nos demais moradores da comunidade, nos participantes de outros movimentos e no ambiente. Se, nem sempre, configura-se num respeito efetivo, ao menos essa intencionalidade de respeitar é real. Esse é, ainda, um caminho em percurso, mas já se estabelece como uma escolha feita pelos (as) autores (as). “Pra mim as pessoas que participam do movimento são um grande testemunho de solidariedade, de amor à natureza, de desprendimento, de doação, aprendi muito isso no movimento” (CLAUDINA, MPLI, 24/04/2008gf).

A presença, nas falas, de certa percepção do meio ambiente como lugar a ser cuidado, mas que está relacionado à vida num sentido mais amplo, expressa um saber sobre o ambiente. A defesa do meio ambiente representa, em si mesma, o zelo pela vida.

Há um reconhecimento de que uma relação ambiental adequada, portanto diferente da relação hegemônica, exige mudanças culturais que não se dão de imediato. E o movimento tem um papel importante neste despertar para o cuidar, para a percepção de que tudo está articulado.

Por participarem do movimento, têm acesso a reflexões sobre questões da atualidade como o aquecimento global, da instalação de empreendimentos poluentes (termelétricas a carvão mineral) a probabilidade de crise pela escassez da água e a problemática dos resíduos sólidos. Há também a percepção da articulação entre os problemas ambientais a questão social, a pobreza, embora ainda uma minoria demonstre não ter despertado para este aspecto.

A questão da lagoa está em primeiro plano, mas atrás disso tem as questões sociais, das pessoas que moram sem condições de vida que acabam por não ter condições de procurar locais pra morar, acaba poluindo a lagoa que também poderia ser benefício pra elas mesmas (ELOI, MPLI, 04/04/2008).

Embora ainda seja preciso se avançar na reflexão, junto aos referidos grupos, acerca de uma compreensão de ambiente que envolva os aspectos econômicos, sociais, culturais, ecológicos, etc. do lugar, é possível identificar certa percepção de que a discussão ambiental não está dissociada de problemas sociais, tais como as precárias condições de moradia de significativa parcela da população.

O saber sobre a responsabilidade planetária está presente na preocupação com o cuidar do meio ambiente, que se associa ao desejo de que as gerações futuras, como seus (as) filhos (as), tenham contato com ecossistemas saudáveis, bem como que as ações desenvolvidas no seu local não afetem negativamente outras realidades. “Então trouxe pra gente foi esse compromisso cada vez mais forte de defender essa questão do meio ambiente como algo importante, não só pra nós que estamos vivendo agora, pras outras gerações” (Iran, MPLI, gf).

Há a percepção da importância do envolvimento político, a partir de sua realidade, como forma de participar de sua história e se contrapor aos que dispõem do poder político para a manutenção dos privilégios de um grupo restrito de pessoas. Isso manifesta o saber fazer uma leitura crítica da realidade.

Quando a gente não reconhece, em todas as relações da gente essa dimensão política, a gente muitas vezes não avança, a gente muitas vezes fica se perguntando, colocando a culpa numa coisa, na outra e por trás de toda relação, todas as relações humanas tem a questão da política (IRAN, MPLI, 24/04/2008gf).

Os (as) interlocutores (as) identificam que a questão ambiental não é posta como pauta prioritária por não atender a interesses políticos e econômicos hegemônicos, mesmo sendo de fundamental importância para a vida. Percebem, também, a apropriação do discurso ambiental por empresas, exclusivamente, com o interesse de ampliar seus lucros.

Acerca do saber sobre a complexidade, os (as) interlocutores (as) destacam como as diferentes dimensões da vida estão articuladas e a relação entre a vida humana e os demais elementos constituintes do meio ambiente. Então, ao agredir o ambiente, está-se agindo contra a vida mesma. E estas questões estão articuladas, “tem toda uma questão social e ambiental que vai formando uma bola de neve, que é uma preocupação geral. Não é só a lagoa, porque a lagoa também ela traz o peixe, tem o lazer, tem a questão até da poluição, da purificação das plantas” (ROSA, MPLI, 24/04/2008gf).

Eles possuem o entendimento de que participam de um mesmo contexto, embora em realidades imediatas diferentes. A fala de Rosa (NSA, 24/04/2008gf) expressa isso: “se a gente não preservar a lagoa, que é aqui no meu pedacinho que tem no mundo, aí lá na Parangaba também não, aí lá no Rio de Janeiro também não, em São Paulo, aí vários, vários, aumentando o problema, quer dizer, é uma bola de neve”.

Os (as) autores (as) sociais, por uma necessidade de encaminhamento de suas demandas, de recorrerem a diferentes órgãos, aprendem a lidar com a burocracia do sistema de proteção ambiental, a partir do contato com promotorias, com secretarias de meio ambiente e outras instituições. Aprendem, ainda, o que significa o fato de a lagoa ser uma Área de Preservação Permanente e quais as implicações disto nas reivindicações a serem feitas, junto aos órgãos públicos. É o saber mover-se na burocracia ambiental.

Destaco aqui a percepção de Ademar (MPLI, 02/04/2008), quando identifica a contrariedade que é o fato de seu aprendizado estar associado à degradação da lagoa para a qual defende a revitalização: “o que a gente se lamenta é, digamos assim, o conhecimento das leis, das normas ambientais, é interessante pra gente, agora é doloroso a gente saber que a gente tá aprendendo isso em cima da degradação ambiental da nossa lagoa”.

O saber sobre a importância do coletivo se faz presente na grande importância que a organização coletiva tem na busca de melhores condições de vida para a comunidade e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento humano individual.

Cada dia mais, a gente vê essa questão, que a situação desse país, dessa cidade, muda, e do mundo, só quando realmente os pobres se organizarem e lutarem por seus direitos, porque as mudanças nunca vão vir de cima, então realmente eu acho que isso é um incentivo para nós, nessa luta pela nossa organização, a gente tem que se organizar (CLAUDINA, MPLI, 24/04/2008gf).

Os (as) interlocutores (as) ressaltam que o grupo anda bem quando cada um (a) percebe-se como capaz de contribuir e empenhar-se nisso. Como diz Rosa (NSA, 24/04/2008gf), “cada um de nós somos importantes, cada um fazemos parte, temos que fazer parte dessa história”.

Na vivência cotidiana da dinâmica de seu movimento específico e no contato com outros grupos, os (as) autores (as) elaboram saberes sobre estes movimentos, suas potencialidades, dificuldades, semelhanças e diferenciações e passam a refletir sobre o porquê da desmobilização e das conquistas.

Essas dificuldades são geradas mais pela questão da inércia dos movimentos, eu vejo que os próprios movimentos sociais da Serrinha estão quase que parados, assim todos os movimentos estão assim um pouco parados, o movimento Pró-parque também é afetado, já que ele é formado por esses integrantes dos movimentos sociais e se os movimentos sociais estão passando por essas dificuldades, até certo ponto, ele é atingido (ADEMAR, MPLI, 24/04/2008gf).

Essas pessoas desenvolvem percepções sobre a dinâmica dos movimentos dos quais participam, sobre os desafios que precisam ser superados. Aprendem a olhar os outros grupos, analisá-los para entender a seus próprios movimentos. Esta é uma sabedoria que contribui com a articulação para além do espaço local, pois verificam que se há problemas semelhantes podem contribuir um com o outro para superá-los.

Além do saber sobre o movimento, os (as) autores (as) sociais elaboram um saber sobre si a partir da interação com os outros que compõem o grupo. Passam a perceber melhor seus potenciais, as dificuldades a serem superadas, as atitudes a serem cultivadas. Edileuza (NSA, 24/04/2008gf), por exemplo, destaca que aprendeu a ser mais paciente, “na convivência, no falar até mesmo com as pessoas, às vezes, chegava pra uma pessoa falava uma coisa, a pessoa não entendia, eu já explodia. Agora não, eu explico, se não entendeu, vou explicar de novo”.

3.4 Finalizando, por ora

A perspectiva é de continuidade na problematização dos saberes orientada pela questão que emergiu deste trabalho: qual a ligação entre a tessitura de saberes ambientais em movimentos populares e a vivência de mudanças nas relações dos (as) autores (as) sociais entre si e com o ambiente, tendo em conta a Perspectiva Eco-Relacional?

Assim, caminhando rumo a uma conclusão parcial, ressalto que a visualização do saber constituído pelo movimento e das conquistas imateriais pode ser entendida, também, como uma forma de não se desiludir com a luta ou desistir dela, pois sempre existirão as conquistas subjetivas de um movimento, embora concretamente, pareça não haver resultados. Assim, jamais o trabalho terá sido em vão.

No processo de organização dos sujeitos as conquistas podem oferecer um sentido imaginário, subjetivo (...). Como passo inicial no percurso é preciso resgatar a “necessidade de grupo que constrói na teia de significados sua significação” (FIGUEIREDO, 2003, p. 77)

A partir da compreensão das diferenciações explicitadas entre informações, conhecimentos e saberes, tenho pistas de que a mudança ocorre quando os sujeitos implicam-se no processo, de tal forma que seu discurso não é vazio e superficial, mas algo que passou, também, a constituir sua leitura da realidade, sua forma de ver e ler o mundo, sendo reafirmado em suas ações cotidianas.

Tanto Loureiro (2006), como Figueiredo (2007) expressam que a constituição de saberes na esfera individual e de uma coletividade, depende da ação e reflexão dos sujeitos sobre sua realidade, interação que envolve todas as dimensões humanas e sociais, da afetividade, da política, da espiritualidade, da cultura, do biológico, por isso a compreensão da complexidade sobre a qual a educação ambiental deve estar apoiada. Aspectos que se evidenciaram ao longo deste diálogo com meus (minhas) interlocutores (as).

Em outras palavras, diante da inexistência desta interação, a possibilidade de reconfiguração e troca de saberes torna-se remota. Não há diálogo, não há criação e é pequena a possibilidade de significação das informações. Contudo o que encontrei, nos movimentos aqui considerados, foi uma dinâmica rica em significações a partir de suas vivências. É neste sentido, que ganha relevância aprofundar a discussão sobre as mudanças propiciadas por estes saberes no cotidiano.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A busca por compreender as mediações pelas quais foram tecidos saberes ambientais em movimentos populares no entorno das lagoas Itaperaoba e Papicu, em Fortaleza, resultou na percepção de que as relações, que constituem os movimentos populares e, ao mesmo tempo, são por estes tecidas, perpassam e interligam todos os demais aspectos da realidade, que propicia a evidenciação de saberes significados pelos (as) autores (as) sociais.

E, embora, expondo didaticamente de forma separada as categorias e subcategorias que emergiram nesta pesquisa, é evidente que estas interligam, interpenetram e complementam-se.

Nos grupos com os quais dialoguei aqui, verifiquei que a tessitura do saber se dá nas diferentes relações, nas implicações decorrentes de se participar de um movimento e a partir dos elementos que interagem na formação de seus (suas) participantes.

A relação, em suas múltiplas dimensionalidades, aparece como condição fundamental para que os aprendizados tornem-se significativos, propiciando a reflexão sobre a realidade das pessoas e a reelaboração de novas sociabilidades, novas atitudes e novos saberes decorrentes das experiências cotidianas.

Na medida em que estabelecem relações com as demais pessoas da comunidade, com o lugar/lagoa, com outros grupos e com o poder público, os (as) participantes de grupos populares podem elaborar um saber popular articulado a um saber ambiental.

Mas estas mesmas relações são tecidas por elementos que interagem em seu interior, que só são possíveis identificar, vivenciando a cotidianidade destes movimentos. Na relação dos membros do grupo popular com as demais pessoas do lugar, estão imbricados processos de aproximação/distanciamento, confiança/desconfiança, cooperação/cobrança e mobilização/desmobilização.

A relação com o lugar, com destaque para um de seus componentes, a lagoa, está fundada na afetividade que possibilita a ressignificação dos espaços urbanos. A lagoa assume essa posição de lugar que comporta lembranças, símbolos e interações referentes à vida das pessoas e da coletividade como um todo, elementos individuais entrelaçados com lutas e sonhos coletivos.

Esta relação de apego vincula-se ao histórico de interação dos indivíduos com o lugar, à satisfação de dadas necessidades, ao significado dele e simbologias que este passa a retratar, às situações de crise lá vivenciadas e à expressão de contradições sócio-políticas.

O contato com outros grupos e instituições possibilita, ao movimento, tornar-se presente no cenário das lutas populares e ambientais da cidade, ao mesmo tempo em que a percepção da realidade do outro movimento, a identificação de diferenças e semelhanças, a troca de experiências, propicia uma auto-reflexão dos (as) autores (as) sociais sobre o seu movimento e sua práxis.

Outro espaço relacional significativo é aquele estabelecido com o “poder público”. Permeada por contradições, complementaridades, angústias, riscos e possibilidades, que propiciam notadamente a elaboração de saberes, esta relação é tecida entre crédito/des crédito, compreender/exigir, espaços formais de participação, decepção e autonomia do movimento.

Verifico, nos dois grupos, que muitos aprendizados foram gestados nesta relação, mas muito ainda se tem que avançar em termos de configuração de uma real autonomia, destes movimentos, que potencialize suas conquistas objetivas e subjetivas.

Ao envolver-se no movimento, mesmo que inconscientemente, as pessoas estão assumindo o desafio de implicar-se nesta teia de mediações menores que compõem as diferentes relações. O movimento popular em si possui um potencial de contribuir para a elaboração de um saber que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Pois estas duas dimensões da realidade social não estão separadas, menos ainda nesta tessitura de saber.

A participação em um movimento específico propicia a quebra com o ritmo repetitivo da cotidianidade particularizada, estabelecendo uma ponte entre os interesses individuais e aspirações de uma coletividade. Isso exige, do (a) participante, redefinições em sua vida, redistribuição de seu tempo, recurso às suas habilidades individuais e disponibilidade para superar suas limitações. Isso propicia a vivência de experiências que podem ser corporificadas em saberes.

Neste trabalho, verifiquei que os movimentos populares, aqui abordados, constituem-se num lugar de tessitura de saberes ao comportar as mediações da participação no grupo (ser parte), da auto-imagem do movimento, das demandas (objetivação de anseios), das tarefas e responsabilidades assumidas e da resistência/desistência.

Outra mediação da tessitura de saberes, que não está separada das anteriores, mas é tanto um elemento interior como exterior aos movimentos, é a formação dos (as) autores (as) do MPLI e do NSA. Entendendo a formação no sentido da constituição de dada leitura da realidade, bem como espaços sociais voltados a esta. Esta formação está vinculada a referenciais religiosos, científicos e às ações desenvolvidas pelos movimentos sociais que contemplam estes dois.

Do entrelaçamento entre estas diferentes mediações, que são a substância das relações que constituem o movimento e são por estes (e nestes) estabelecidas, identifiquei aprendizados e saberes enriquecedores da práxis individual e coletiva dos (as) autores (as) sociais.

Na vivência e nas falas, os (as) interlocutores (as) evidenciam saberes e valores relacionados: ao respeito, à compreensão de ambiente, à responsabilidade planetária, à complexidade, à leitura crítica da realidade, à burocracia ambiental, à importância do coletivo e, ainda, aspectos sobre dinâmicas dos movimentos e sobre si.

Nos movimentos aqui considerados, há uma dinâmica rica em significações, a partir de suas vivências. Partindo destas conclusões, percebi que as questões objetos de investigação no mestrado, particularmente a referente aos tipos de

saberes elaborados, estimulam a formulação de outras que considero relevante aprofundá-las em pesquisa subsequente.

Identificados saberes e mediações destes, no cotidiano de movimentos populares, uma questão emerge: qual o potencial deste saber para propiciar mudanças nas relações dos (as) autores (as) sociais entre si e com o ambiente?

A esta questão relacionam-se outras: qual a influência dos saberes ambientais, identificados em movimentos populares pela revitalização de lagoas, no agir cotidiano destes? Qual a relação destes saberes com a formação de um grupo organicamente constituído? Estas questões estão relacionadas a uma tentativa de articular os saberes e sua vivência pelas pessoas a uma ação coletiva, compreendendo estes dois aspectos como elementos interdependentes da rede, mas cada um com sua autonomia.

As inquietações, aqui expressas, estão vinculadas à percepção de que o saber e a práxis não se limitam às condições estruturais, mas envolvem a percepção da complexidade, o compromisso e o diálogo dos (as) autores (as) sociais entre si e com o seu meio. Avalio que, somente ter informação e/ou possuir as condições estruturais de realizá-la, não são determinantes de uma ação coerente. Por exemplo, no caso da disposição dos resíduos sólidos urbanos, em que residentes às margens de recursos hídricos, mesmo dispondo da coleta periódica em sua rua e informação sobre a importância da correta destinação dos resíduos, permanecem lançando-os nos rios ou áreas verdes.

É dessa reflexão que surge a pergunta já apresentada acima: que tipo de saber propicia a mudança de atitude? Entendendo que a práxis não se assenta apenas no plano cognitivo, exige muito mais de envolvimento do sujeito.

Ao interesse pela resignificação dos saberes individuais, atrela-se minha inquietação com a participação em uma coletividade, um grupo. Portanto, a formulação da seguinte questão: em que ponto esta necessidade de articulação, entre as condições objetivas e o envolvimento subjetivo do indivíduo, vincula-se a uma coletividade? Este questionamento está relacionado à minha preocupação em

não responsabilizar os indivíduos por tudo, associando, exclusivamente, à mudança de atitude individual, a resolução de problemas coletivos, relacionados mais à lógica de uma racionalidade capitalista dominante. Sei que, em dadas configurações históricas, as limitações estruturais e conjunturais impedem que indivíduos pratiquem aquilo que acreditam e defendem. Não se trata apenas de dissonância entre discurso e ação individuais.

São inquietações que me envolvem, particularmente, enquanto pesquisadora social e, ao mesmo tempo, como pessoa envolvida com o saber popular e ambiental. Sinto-me instigada a buscar mais aprofundamentos, que demandam um novo foco de pesquisa, porém, organicamente, vinculado às investigações e ações já desenvolvidas neste trabalho. Desse modo, a conclusão sinaliza para a continuidade desse estudo e dessas reflexões que se fazem na relação com os (as) outros (as) na direção desse mundo de desejos e significados que aspiramos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977

BERNARD, Yvonne *et al.* **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: Educ, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Emancipação**: o processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. Elaborado com base na tese de doutorado “A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social”, junto ao programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC/SP, 2005.

CARDOSO, Ana Maria Ferreira. **Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba**: perspectivas ambientais em construção. Fortaleza, CE, 2005. (Monografia apresentada à Coordenação de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará).

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. As contribuições de Paulo Freire para uma Educação Ambiental Dialógica. In: **29ª Reunião Anual da ANPEd**, 2006, Caxambu - MG. Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro - RJ: ANPEd, 2006.

_____. **Dialogicidade e Formação Humana em Paulo Freire**. Nota de aula para a disciplina Seminário Temático do o Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira - PPGEB da Universidade Federal do Ceará, 2007.

_____. **Educação Ambiental Dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina**: uma contribuição à consciência ambiental em Irauçuba – CE (Brasil). São Carlos, SP. 347 p. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas / Ecologia / Educação Ambiental) – UFSCar, 2003.

_____. Pesquisa engajada e intervenção em educação ambiental dialógica. In: **27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004**, Caxambu - MG. Anais do 27ª Reunião Anual da ANPEd. Manaus - AM: Microservice Tecnologia Digital da Amazônia LTDA, 2004.

_____. **Educação Ambiental Dialógica**: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Questões da nossa época, v. 5).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação Qualitativa**: desafios metodológicos. In: Revista Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia, 2002, disponível em meio eletrônico no sítio <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia>.

HELLER, A. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. 6ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KRISCHKE, Paulo José. Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica. In: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?**: Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005. Coleção Labirintos do Trabalho.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARQUES, Mário Osório. **Saberes e valores em interlocução na educação**. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. Coleção Mário Osório Marques, v. 6.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001.

MATOS, Kelma Socorro Lopes. **Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do Movimento Popular**. Fortaleza, CE: Gráfica Unifor, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NETTO, José Paulo e FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ver, ouvir e escrever. In: **O trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, 1999.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do Assistente Social. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4: **O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Brasília, UNB: Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/SEMAM. **Inventário Ambiental dos Sistemas Hídricos e Orla Marítima do Município de Fortaleza/Inventário Ambiental de Fortaleza**, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/SEMAM; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ/LABOMAR. **Relatório de Mapeamento Batimétrico**, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Caminhos da Geografia).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

WOOD, Elen. O que é anti-capitalismo. In: **Crítica Marxista**, nº 17. Campinas, SP: Revan, 2003.

ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DO MOVIMENTO PRÓ-PARQUE LAGOA DE ITAPERAOBA

I. Identificação

Fale sobre quem é você, o que faz e do que gosta.

II. História no movimento

Quando e como iniciou sua participação no movimento? O que a motivou? Que contribuição sua participação trouxe para o movimento? Quais as entidades ou outros movimentos dos quais participa?

Desde quando reside na área. Fale sobre sua relação com o lugar onde mora. Destacar os afetos.

III. Significado do movimento

Qual o sentido do movimento para você ou o que ele representa?

Como é sua relação com os demais membros do movimento?

O que a lagoa de Itaperaoba significa para você?

IV. Saberes percebidos

O que você considera que a participação no movimento o (a) possibilitou aprender? ou destaque os principais aprendizados ambientais e populares obtidos durante sua ação no movimento popular. Como o movimento contribuiu para isto?

Que mudanças em sua vida estes aprendizados possibilitaram em decorrência da ampliação de sua percepção ambiental?

Qual sua visão sobre a situação social e ambiental da lagoa e de seu entorno? Vê relação com a situação da cidade como um todo?

V. Articulações externas

Com que outros grupos locais, regionais, etc. o movimento se articula?

Como vê a articulação do movimento com ambientalistas de Fortaleza? Quais as contribuições que esta articulação trouxe para o movimento? Quando e por que esta articulação se iniciou?

Qual sua visão sobre a relação do movimento com o poder público municipal e estadual? O Movimento tem apoio de parlamentares?

VI. Saberes coletivos no movimento

Quais as estratégias de mobilização e reivindicação utilizadas pelo movimento?

Como surgiu a idéia de fazer o Natal Ecológico? Qual o objetivo deste evento?

Você acha que o movimento contribui de alguma forma com a educação ambiental na comunidade? Como?

VII. Situação atual do movimento

Qual a demanda central do movimento hoje? Houve mudança em relação ao início do movimento?

Como é a participação das demais pessoas da comunidade? Fale sobre esta relação. Reconhecem a relevância do movimento?

Você vê contradições no interior do movimento? Quais?

Atualmente qual a sua avaliação do movimento? Dificuldades e potencialidades. Visualiza conquistas desta luta?

Que perspectivas você vê para o movimento?

ANEXO B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DA LAGOA DO PAPICU

I. Identificação

Fale sobre quem é você, o que faz e do que gosta.

II. História no movimento

Quando e como iniciou sua participação no movimento? O que a motivou? Que contribuição sua participação trouxe para o movimento? Quais as entidades ou outros movimentos dos quais participa?

Desde quando reside na área. Fale sobre sua relação com o lugar onde mora. Destacar os afetos.

III. História do movimento

História da organização popular na comunidade. Como começou a mobilização em torno da revitalização da lagoa? O que a motivou? Quais os principais objetivos?

IV. Significado do movimento

Qual o sentido do movimento para você ou o que ele representa?

Como é sua relação com os demais membros do movimento?

O que a lagoa do Papicu significa para você?

V. Saberes percebidos

O que você considera que a participação no movimento o (a) possibilitou aprender? ou destaque os principais aprendizados ambientais e populares obtidos durante sua ação no movimento popular. Como o movimento contribuiu para isto?

Que mudanças em sua vida estes aprendizados possibilitaram em decorrência da ampliação de sua percepção ambiental?

Qual sua visão sobre a situação social e ambiental da lagoa e de seu entorno? Vê relação com a situação da cidade como um todo?

VI. Articulações externas

Com que outros grupos locais, regionais, etc. o movimento se articula?

Como vê a articulação do movimento com ambientalistas de Fortaleza? Quais as contribuições que esta articulação trouxe para o movimento? Quando e por que esta articulação se iniciou?

Qual sua visão sobre a relação do movimento com o poder público municipal e estadual? O Movimento tem apoio de parlamentares?

VII. Saberes coletivos no movimento

Quais as estratégias de mobilização e reivindicação utilizadas pelo movimento?

Como surgiu a idéia de fazer o Natal Ecológico? Qual o objetivo deste evento?

Você acha que o movimento contribui de alguma forma com a educação ambiental na comunidade? Como?

VIII. Situação atual do movimento

Qual a demanda central do movimento hoje? Houve mudança em relação ao início do movimento?

Como é a participação das demais pessoas da comunidade? Fale sobre esta relação. Reconhecem a relevância do movimento?

Você vê contradições no interior do movimento? Quais?

Atualmente qual a sua avaliação do movimento? Dificuldades e potencialidades. Visualiza conquistas desta luta?

Que perspectivas você vê para o movimento?

ANEXO C - PLANEJAMENTO DO GRUPO FOCAL

Objetivo: Possibilitar aos participantes a socialização de suas vivências no movimento e os saberes sócio-ambientais construídos a partir destas, oportunizando também uma reflexão coletiva dos fazeres individuais e do grupo.

Participantes:

MPL Itaperaoba: Inês Ângela; Sr. Ademar; Eloi; Irmã Claudina e Iran.

Papicu: Rosa; Edileuza (Neguinha); Toinha; Maria dos Prazeres e Maria da Luz

Mediadora: Ana Maria

Relatora, observadora e operadora de gravação: Mickaelli

ENCONTRO I – Saberes sócio-ambientais construídos nos movimentos

Data: 24/04/2008

Local: Casa das CEBs na Comunidade Pau Fininho (Lagoa do Papicu)

Duração: Das 14:00 às 16:00h

1. Apresentar o objetivo do momento e da pesquisa. Falar sobre o funcionamento de um grupo focal. (5 min)
2. Entrosamento inicial entre os participantes: distribuir figuras (animais, paisagens, frutas, pessoas) recortadas de revistas no centro do círculo e pedir para que @s participantes as observe e depois pegue aquela com a qual mais se identifica, que possibilita dizer algo sobre si. Em seguida pedir para que um a um se apresente e diga por que escolheu tal representação (25 min.)
3. Discussão (1h:15min)

ROTEIRO DE DEBATE

- Destaque uma experiência/um fato no movimento que mais o possibilitou algum aprendizado sócio-ambiental.

Questões a serem contempladas:

*Que aprendizados foram gerados?

*Como esta experiência gerou aprendizados?

*Que outros aspectos do movimento o possibilitaram aprendizados ambientais?

4. Cada participante manifestar suas impressões sobre o momento (o que significou para você participar deste momento? O que você achou? Algum questionamento sobre a pesquisa?). (10 min.)
5. Definições sobre o próximo encontro (data, horário, local) (5 min.)
6. Lanche

Obs.: Terminado o grupo, os participantes conhecerão a comunidade, a lagoa e a intervenção que está sendo realizada lá (passeio).

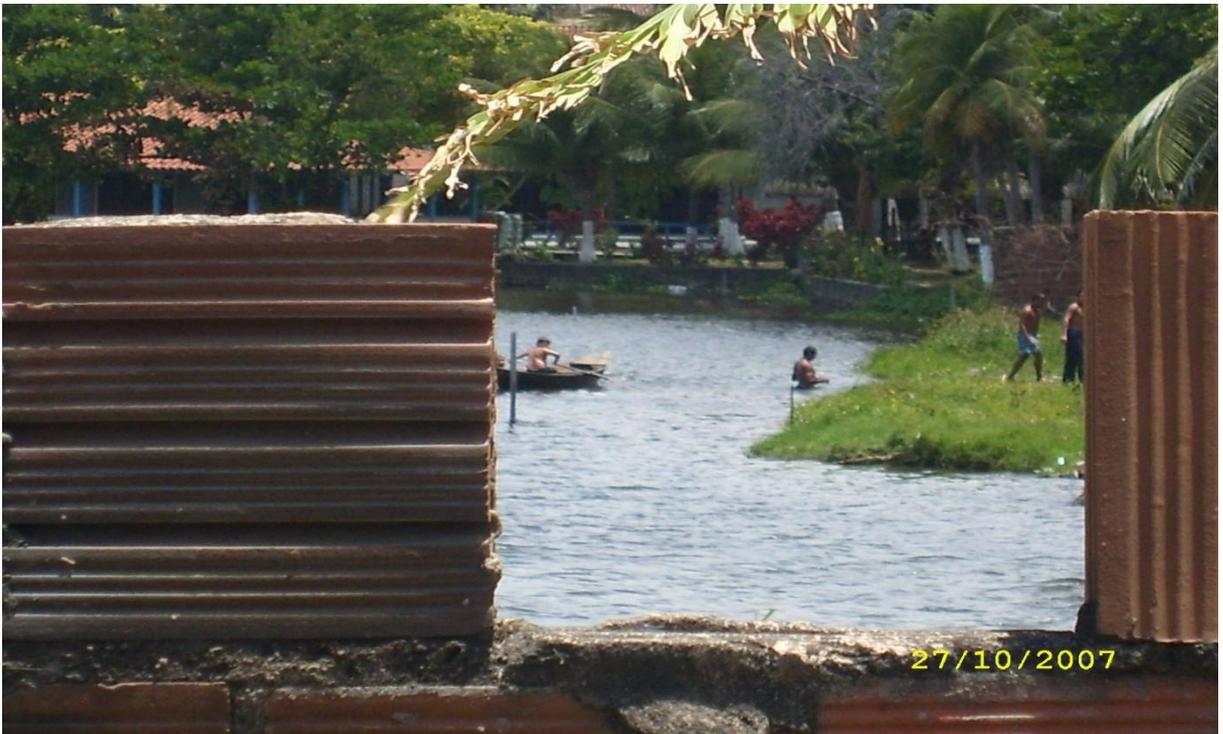
ANEXO D - LEVANTAMENTO SOBRE AS LAGOAS DE FORTALEZA

Nº	Bacia	Lagoa	Bairro	SER	Informações
1	do Rio Cocó	Lagoa da Aldeia Velha	José Walter	V	Fica entre o Açude Guarani (S), a Avenida I (O), a Avenida Presidente Costa e Silva (N) e área livre (L).
2	do Rio Cocó	Lagoa Araguari	Barroso	VI	Em visita à Comunidade Waldermar Alcântara, no encontro da Av. Paulino Rocha com a Rua Jornalista Antonio Pontes Tavares, vi esta lagoa, os moradores não souberam me dizer o nome. Buscando no Google Maps, ela aparece com o nome Araguari. Não foi citada no Inventário Ambiental de Fortaleza.
3	do Rio Cocó	Lagoa Azul (Palmirim)	Planalto Airton Sena	V	Fica entre a Rua Cel. de Queirós (N), a Av. Bernardo Manuel (L), a Av. Francisca Maria da Conceição (S) e a Rua Paranaí (O).
4	do Rio Cocó	Lagoa do Cabo Velho	Tancredo Neves	VI	A lagoa do Cabo Velho fica entre os bairros Tancredo Neves e o Conjunto Tasso Jereissati. Em abril de 2008 a imprensa chamou a atenção para a mortandade de peixes. Não consta no Inventário Ambiental.
5	do Rio Cocó	Lagoa do Coronel Germano	José Walter		Fica na Rua J.
6	do Rio Cocó	Lagoa Redonda I (Lagoa Muritipuçã)	Sabiaguaba	VI	Fica entre a Av. Curió (S) e a Av. Odilon Guimarães (N).
7	do Rio Cocó	Lagoa Redonda	Sabiaguaba	VI	Fica entre a Av. Maestro Lisboa (N), a Av. Recreio (L), Rua Jatobá (S) e Rua São Roque (O). Ligada à Lagoa da Sapiranga.
8	do Rio Cocó	Lagoa do Tijolo	Jardim das Oliveiras	VI	Passou por limpeza realizada pela PMF em 2007, na área vem sendo desenvolvido um projeto de habitação.
9	do Rio Cocó	Lagoa do Amor	Cidade 2000	II	Área urbanizada.
10	do Rio Cocó	Lagoa da Boa Vista	-		Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
11	Do Rio Cocó	Lagoa da Itaoca	Itaoca	IV	Praticamente extinta com a construção do Aeroporto.
12	Do Rio Cocó	Lagoa da Libânia	Mondubim	V	A Habitafor está em busca de financiamento federal para o desenvolvimento de projeto de urbanização da lagoa e retirada das famílias que residem nas suas margens. A Prefeitura realizou limpeza desta lagoa em 2006.
13	do Rio Cocó	Lagoa da Maraponga	Maraponga	V	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas monitoradas por este programa.
14	do Rio Cocó	Lagoa da Palmeira	José Walter	V	Ao lado da Lagoa Aldeia Velha.
15	do Rio Cocó	Lagoa da Paupina	Paupina	VI	Está delimitada ao norte pela Rua Barão de Aquiraz, a leste pela Rua Luís Francisco Xavier, ao sul pela Rua Manoel Virino, a oeste pela Rua Pe. Pedro de Alencar. Passou por limpeza realizada pela Semam em 2007.
16	do Rio Cocó	Lagoa da Precabura	Lagoa Redonda	VI	Apenas metade de seu espelho d'água, cuja área é de 2.960.000 m ² , localiza-se no Município de Fortaleza, estando o restante em Eusébio.
17	do Rio Cocó	Lagoa da Sapiranga	Sapiranga	VI	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas monitoradas por este

Nº	Bacia	Lagoa	Bairro	SER	Informações
					programa.
18	do Rio Cocó	Lagoa da Vila Cazumba	Tancredo Neves	VI	Limpa em janeiro de 2006, a lagoa já está novamente coberta de plantas, sufocada. A Habitafor começou ainda em 2006 a execução de um grande projeto de reurbanização da Lagoa da Vila Cazumba e da Zeza financiado pelo Ministério das Cidades. Estão previstas melhorias habitacionais para 167 famílias. Serão construídos equipamentos sociais, a exemplo de quadras poliesportivas, creche-escola, balcão de negócios e praça.
19	do Rio Cocó	Lagoa da Zeza	Tancredo Neves	VI	No projeto de reurbanização da Lagoa da Vila Cazumba e da Zeza financiado pelo Ministério da Cidade, estão previstas melhorias habitacionais para 186 nas adjacências da lagoa da Zeza.
20	do Rio Cocó	Lagoa da Pedra	São Cristóvão	VI	Delimitada a oeste pela Av. Castelo de Castro, ao norte pela Av. Pres. Costa e Silva, ao sul pela Av. Paisagista e a leste pela Rua Um. Destinado um projeto de urbanização com recursos do PAC, com a construção de moradias para a população que vive em suas margens.
21	do Rio Cocó	Lagoa de Itaperaoba	Serrinha	IV	Está entre as 10 lagoas em acompanhamento de sua balneabilidade pelo Programa Lagoas de Fortaleza, mas não foi realizado o seu estudo batimétrico, devido a sua área de espelho d'água ser inferior a 3ha e ter pouca profundidade. Consta no Inventário Ambientla como Lagoa Seca (Taperoaba).
22	do Rio Cocó	Lagoa de Messejana	Messejana	VI	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas monitoradas por este programa. Lagoa urbanizada, situada em centralidade de comércio e serviços do município.
23	do Rio Cocó	Lagoa do Catão	José Walter	V	Fica entre a Estrada da Pavuna (O), a Rua Sete (S), a Av. João de Araújo Lima (L) e a Rua Cinco (N). 19.Lagoa do Catão(Lagoa do Pequeno Mondubim)
24	Do Rio Cocó	Lagoa Colosso	Edson Queiroz		Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
25	Do Rio Cocó	Lagoa do Coité	Messejana	VI	Está delimitada ao norte pela Av. José Hipólito, a leste pela Rua Padre Pedro de Alencar, ao sul pela Estrada Ancuri e a oeste pela Rua José Ivo (paralela à BR 116).
26	do Rio Cocó	Lagoa do Opaia	Vila União/ Aeroporto	IV	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas monitoradas por este programa. As margens acham-se, parcialmente, preservadas pela implantação do Parque do Opaia.
27	do Rio Cocó	Lagoa do Passaré	Passaré	VI	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza.
28	do Rio Cocó	Lagoa do Porangabussu	Rodolfo Teófilo	III	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas em acompanhamento de sua balneabilidade pelo Programa Lagoas

Nº	Bacia	Lagoa	Bairro	SER	Informações
					de Fortaleza;
29	do Rio Cocó	Lagoa Grande (Lagoa do Gengibre)	Cidade 2000	II	Esta sendo desenvolvido em sua área projeto executado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades.
30	do Rio Cocó	Lagoa Jacaref	Cidade dos Funcionários	VI	Está entre as 10 lagoas em acompanhamento de sua balneabilidade pelo Programa Lagoas de Fortaleza, mas não foi realizado o seu estudo batimétrico, devido a sua área de espelho d'água ser inferior a 3ha e ter pouca profundidade.
31	do Rio Cocó	Lagoa Maria Vieira	Cajazeiras	VI	Está entre as 10 lagoas em acompanhamento de sua balneabilidade pelo Programa Lagoas de Fortaleza, mas não foi realizado o seu estudo batimétrico, devido a sua área de espelho d'água ser inferior a 3ha e ter pouca profundidade.
32	do Rio Cocó	Lagoa Pariri			Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
33	do Rio Cocó	Lagoa do Soldado			Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
34	do Rio Cocó	Lagoa Seca (Lagoa Água Fria)	Água Fria	II	Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
35	Do Rio Cocó	Lagoa São João (Açude São João)	Ancuri	VI	Sua delimitação é a leste BR 116, ao sul Rua Nunes Feijó, a oeste Estrada do Ancuri, ao norte encontro da BR 116 com esta Estrada.
36	do Rio Cocó	Lagoa São Jorge (Açude São Jorge)	José Walter	V	Fica entre a Av. Presidente Costa e Silva (S), Av. 9 Expedicionários (O), Rua Barbacena (N) e a Rua Raimundo Maciel (L).
37	do Rio Cocó	Lagoa Taíde (Riacho Itambé)			Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
38	do Rio Cocó	Lagoa do Ancuri		VI	Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
39	do Rio Cocó	Lagoa do Meio I			Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
40	do Rio Cocó	Lagoa do Meio II			Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
41	do Rio Maranguapinho	Lagoa do Mondubim	Manuel Sátiro	V	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas monitoradas por este programa.
42	do Rio Maranguapinho	Lagoa de Parangaba	Parangaba	IV	Contemplada no mapeamento batimétrico realizado entre 2006 e 2007 para o Programa Lagoas de Fortaleza; Está entre as 10 lagoas monitoradas por este programa.
43	do Rio Maranguapinho	Lagoa do Genibaú	Genibaú	V	Consta no inventário ambiental, mas sem localização.
44	do Rio Maranguapinho	Lagoa do Urubu (Álvaro Weyne)	Floresta	I	Há uma ocupação que reúne cerca de 400 famílias em suas margens. Será desenvolvido um projeto de urbanização da área pela Habitafor, com recursos do PAC.
45	Da Vertente Marítima	Lagoa do Papicu	Papicu	II	Destinado um projeto de urbanização com recursos do PAC. Foi realizada a limpeza de seu espelho d'água em 2007. Está ligada ao Riacho Maceió/Papicu.
46	Da Vertente Marítima	Lagoa do Mel	Pirambu	I	Possui uma área de 0,31 ha, através do riacho sangradouro desemboca na Praia das Goiabeiras.
47	Da Vertente Marítima	Lago da Cidade da Criança	Centro	I	Ligada ao Riacho Pajeú

ANEXO E – FOTOS DA LAGOA ITAPERAOBA



ANEXO F – FOTOS DA LAGOA DO PAPICU